



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

RELATÓRIO DA CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ANO ECONÓMICO DE 2007

VOLUME I

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	2
2.1.	<i>ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2007</i>	2
2.2.	<i>EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA</i>	3
2.2.1.	POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2007	4
2.3.	<i>SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA REGIONAL</i>	6
3.	CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	11
3.1.	ÓPTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA	11
3.2.	ÓPTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL	16
4.	RESULTADO DA CONTA	18
5.	RECEITA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	21
5.1.	<i>RECEITAS FISCAIS</i>	25
5.1.1.	IMPOSTOS DIRECTOS	26
5.1.1.1.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)	27
5.1.1.2.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC)	27
5.1.2.	IMPOSTOS INDIRECTOS	28
5.1.2.1.	IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)	29
5.1.2.2.	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	29
5.1.2.3.	IMPOSTO AUTOMÓVEL (IA)	30
5.1.2.4.	IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)	30
5.1.2.5.	IMPOSTO DO SELO (IS)	30
5.1.2.6.	OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS	31
5.2.	<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL</i>	31
5.2.1.	TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO	32
5.2.2.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA	32
5.2.3.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	33
5.3.	<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL</i>	33
5.4.	<i>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</i>	34
6.	DESPESA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	35
6.1.	<i>DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i>	39
6.1.1.	DESPESAS COM O PESSOAL	42
6.1.2.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	43
6.1.3.	SUBSÍDIOS	44
6.1.4.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	45
6.1.4.1.	TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	46
6.1.4.2.	TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	46
6.1.4.3.	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	48
6.1.5.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	48
6.1.6.	ACTIVOS FINANCEIROS	49
6.1.7.	SERVIÇO DA DÍVIDA	49

6.2.	<i>DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....</i>	<i>51</i>
6.3.	<i>DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....</i>	<i>54</i>
6.3.1.	<i>FUNÇÕES SOCIAIS.....</i>	<i>56</i>
6.3.2.	<i>FUNÇÕES ECONÓMICAS.....</i>	<i>57</i>
7.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO</i>	<i>59</i>
7.1.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....</i>	<i>61</i>
7.2.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA</i>	<i>63</i>
7.3.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL</i>	<i>64</i>
8.	<i>ANÁLISE DOS SUBSECTORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</i>	<i>66</i>
8.1.	<i>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA</i>	<i>66</i>
8.2.	<i>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL.....</i>	<i>67</i>
8.3.	<i>VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL.....</i>	<i>68</i>
8.4.	<i>SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS.....</i>	<i>70</i>
8.5.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA</i>	<i>72</i>
8.6.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES.....</i>	<i>75</i>
8.7.	<i>SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS</i>	<i>77</i>
8.8.	<i>SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO.....</i>	<i>79</i>
8.9.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS.....</i>	<i>81</i>
8.10.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS</i>	<i>84</i>
9.	<i>OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS</i>	<i>87</i>
10.	<i>SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS</i>	<i>90</i>
10.1.	<i>RECEITA</i>	<i>92</i>
10.2.	<i>DESPESA</i>	<i>97</i>
11.	<i>DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</i>	<i>101</i>
11.1.	<i>CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</i>	<i>101</i>
11.2.	<i>ENCARGOS COM A DÍVIDA.....</i>	<i>101</i>
11.3.	<i>TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRECTA</i>	<i>103</i>
11.4.	<i>SALDO DA DÍVIDA DIRECTA</i>	<i>103</i>
11.5.	<i>DÍVIDA INDIRECTA.....</i>	<i>104</i>
12.	<i>SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL</i>	<i>107</i>

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO).....	2	QUADRO 28 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	39
QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIAÇÃO REAL).....	4	QUADRO 29 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2006-2007).....	40
QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5	QUADRO 30 – DESPESAS COM O PESSOAL (2006-2007) ...	42
QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL	6	QUADRO 31 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2006-2007)	43
QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM	7	QUADRO 32 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2007	44
QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB)	8	QUADRO 33 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFECTUADAS, 2007	45
QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM	9	QUADRO 34 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2007	47
QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS	10	QUADRO 35 - ACTIVOS FINANCEIROS (2007).....	49
QUADRO 9 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2007	12	QUADRO 36 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	51
QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2006 – 2007)	13	QUADRO 37 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	53
QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2007	14	QUADRO 38 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	54
QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2007	15	QUADRO 39 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2006-2007)	55
QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2007	16	QUADRO 40 - PIDAR POR DEPARTAMENTOS - FONTES DE FINANCIAMENTO	59
QUADRO 14 - QUADROS 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO DE 2008	17	QUADRO 41 - PIDAR 2007 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PROGRAMAS	60
QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2005-2007)	18	QUADRO 42 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2002-2007)	60
QUADRO 16 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2005-2007).....	21	QUADRO 43 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	61
QUADRO 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS EM 2007.....	22	QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2006-2007)	63
QUADRO 18 – RECEITAS DE 2007	23	QUADRO 45 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES.....	64
QUADRO 19 – RECEITAS EFECTIVAS (2006 – 2007)	24	QUADRO 46 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - ALM	67
QUADRO 20 – IMPOSTOS DIRECTOS (2005-2007)	26	QUADRO 47 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - PGR	67
QUADRO 21 - IMPOSTOS INDIRECTOS (2005-2007)	28	QUADRO 48 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - VP	68
QUADRO 22 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	31	QUADRO 49 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - VP	70
QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS.....	32	QUADRO 50 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRRH	71
QUADRO 24 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL	33		
QUADRO 25 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2006-2007) .	34		
QUADRO 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2007.....	37		
QUADRO 27 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFECTUADAS (2005-2007)	37		

QUADRO 51 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRRH.....	72
QUADRO 52 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRTC.....	73
QUADRO 53 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRTC.....	74
QUADRO 54 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRES.....	75
QUADRO 55 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRES.....	76
QUADRO 56 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRES.....	77
QUADRO 57 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRAS.....	78
QUADRO 58 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRAS.....	79
QUADRO 59 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRE.....	79
QUADRO 60 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRE.....	80
QUADRO 61 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRE.....	81
QUADRO 62 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRPF.....	82
QUADRO 63 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRPF.....	83
QUADRO 64 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRPF.....	83

QUADRO 65 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRA.....	84
QUADRO 66 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA.....	85
QUADRO 67 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRA.....	86
QUADRO 68 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS DE 2007.....	87
QUADRO 69 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS EM 2007	88
QUADRO 70 – RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2006-2007).....	92
QUADRO 71 – RECEITAS PRÓPRIAS E RECEITAS TOTAIS DOS SFA EM 2007.....	96
QUADRO 72 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS EM 2007.....	97
QUADRO 73 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007).....	102
QUADRO 74 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO.....	103
QUADRO 75 - DÍVIDA DA RAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007.....	104
QUADRO 76 - ESTRUTURA SECTORIAL DOS AVALES CONCEDIDOS PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2006-2007).....	105

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SECTORES.....	8
GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2007.....	11
GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM.....	20
GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2006 – 2007).....	24
GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRECTOS (2005-2007).....	26
GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRECTOS (2005-2007).....	29
GRÁFICO 7 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL.....	34
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS AUTORIZADAS E EFECTUADAS (2002-2007).....	38

GRÁFICO 9 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2006-2007).....	41
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2007.....	45
GRÁFICO 11 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2007.....	46
GRÁFICO 12 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2007.....	48
GRÁFICO 13 – SERVIÇO DA DÍVIDA, 2007.....	50
GRÁFICO 14 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2006-2007).....	56
GRÁFICO 15 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2006-2007.....	57

GRÁFICO 16 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2006-2007.....	58
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	63
GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2006/2007, POR DEPARTAMENTOS.....	66
GRÁFICO 19 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - VP	69
GRÁFICO 20 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRRH.....	71
GRÁFICO 21 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRTC	73
GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRES	76
GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRAS	78

GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRE.....	80
GRÁFICO 25 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRPF	82
GRÁFICO 26 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRA.....	85
GRÁFICO 27 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2006-2007).....	91
GRÁFICO 28 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2007 ..	93
GRÁFICO 29 – RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2007...	94
GRÁFICO 30 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SFA EM 2007 ..	95
GRÁFICO 31 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2007 ..	98
GRÁFICO 32 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2007 ..	99

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2007 foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Janeiro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007. Na sua elaboração foi tida em consideração a estrutura orgânica do IX Governo Regional da Madeira, definida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2004/M, de 17 de Dezembro.

A despesa pública de investimento para 2007 foi concretizada através do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR) e inseriu-se na estratégia de médio prazo para o desenvolvimento da sociedade e economia regional, delineada no Programa do Governo Regional para o período 2005-2008 e no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) definido para o período 2007-2013.

Em consonância com as prioridades estratégicas e temáticas estabelecidas no PDES 2007-2013, em 2007, pela primeira vez e de forma a facilitar o acompanhamento e verificação da execução da estratégia definida, agruparam-se as despesas de investimento em medidas e em programas.

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Fevereiro de 2007, que produziu efeitos à data de entrada em vigor do Orçamento da Região para 2007, foram definidas as disposições necessárias à execução do Orçamento da Região para 2007, complementadas com a Resolução do Conselho do Governo 1642/2006, aprovada em reunião do Conselho de Governo realizada no dia 29 de Dezembro, em que foram definidas regras em matéria de congelamentos de dotações orçamentais.

No decorrer do ano de 2007, verificou-se uma mudança de Governo. Porém, a presente Conta da Região reflecte a estrutura orgânica do IX Governo Regional.

A Conta da Região de 2007, segue nos seus traços gerais a metodologia adoptada para as Contas dos anos anteriores. Contudo, de forma a complementar a informação apresentada e no seguimento das recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas, aquando do parecer sobre a Conta da Região de 2006, apresentamos informação sobre a Conta consolidada da administração pública Regional na óptica da contabilidade nacional, através do qual é possível identificar a existência de um saldo positivo de 85,9 milhões de euros, evidenciando uma elevada capacidade de financiamento da Região e um contributo assinalável para o equilíbrio das contas das Administrações Públicas (consolidada). A análise da execução orçamental dos Departamentos do Governo Regional é apresentada num capítulo separado, onde são destacados os respectivos projectos de investimento mais relevantes bem como uma abordagem das despesas consolidadas desses agrupamentos orgânicos com os respectivos Serviços e Fundos Autónomos. Foi incluído ainda um capítulo dedicado ao sistema de controlo interno da Administração Pública Regional.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2007

O crescimento da actividade mundial em 2007 foi assinalável, para o qual contribuíram os bons resultados das economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia, que marcaram a primeira metade do ano. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as previsões apontam para uma expansão anual de 4,9 por cento do PIB mundial, num contexto de abrandamento gradual das economias avançadas.

O fraco crescimento das economias dos Estados Unidos, Japão e em menor grau da área euro, que a partir de meados do ano caracterizaram-se por uma grande volatilidade dos mercados financeiros, proveniente da percepção de risco acrescido ao nível monetário e da dívida nos sectores bancários, contribuíram para o agudizar desse contexto.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO)

Designação	2005	2006	2007
Produto Interno Bruto			
Economia mundial	4,4	5,0	4,9
EUA	3,1	2,9	2,2
América Latina	4,6	5,5	5,6
Área euro	1,7	2,9	2,6
Alemanha	1,0	3,1	2,6
França	1,7	2,2	1,9
Itália	0,6	1,8	1,5
Espanha	3,6	3,9	3,8
Portugal	0,9	1,3	1,9
Reino Unido	1,8	2,9	3,1
China	10,4	11,1	11,4
Índia	9,1	9,7	9,2
Japão	1,9	2,4	2,0

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Primavera 2008

A manutenção de uma forte procura mundial e as limitações da capacidade disponível de recursos produtivos, em termos globais, contribuíram para a persistência de níveis elevados dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. A política monetária das principais economias avançadas continuou a evoluir em resposta aos preços das matérias-primas em níveis elevados.

O petróleo registou uma trajectória de aumento do seu preço que foi interrompido em meados do ano, na sequência da turbulência dos mercados financeiros, retomando posteriormente a níveis *record*, dado o contexto de forte aumento da procura sem capacidade de resposta produtiva instalada e de tensões geopolíticas no médio oriente. A Europa não foi tão afectada como os EUA, tendo em conta a desvalorização do dólar face ao euro, permitindo suportar melhor o impacto da subida dos preços do petróleo.

O BCE, dadas as pressões sobre os preços decidiu aumentar a taxa de juro na área euro com vista a manter no médio prazo a inflação abaixo dos 2,0 por cento, enquanto o Reserva Federal (RF) norte-americana manteve a taxa de referência inalterada num quadro de crescimento moderado da actividade económica, indiciando a existência de riscos sobre a inflação. Próximo do final do ano, a RF, decidiu reduzir a taxa de referência, com o objectivo de absorver os efeitos adversos da crise do mercado de habitação e incentivar o crescimento da economia.

2.2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2007, o crescimento da actividade económica em Portugal situou-se em 1,9 por cento, o que representa uma evolução de 0,6 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior, estando subjacente os contributos da Formação Bruta de capital Fixo (FBCF), e a par dos últimos anos, das exportações, apesar da redução desta última componente¹.

O crescimento real da actividade económica, está em grande medida, relacionado com o bom desempenho que a FBCF induziu à procura interna, que aumentou significativamente, contrabalançando a diminuição da procura externa líquida².

As condicionantes intrínsecas da economia portuguesa em 2007, continuaram a dificultar a competitividade nacional – no actual processo de globalização económica, caracterizada pelo aprofundamento das relações concorrenciais e pela volatilidade crescente dos mercados financeiros e energéticos. Acresceu, um desadequado agravamento da carga fiscal, nomeadamente, ao nível dos impostos indirectos e da desaceleração das transferências para as famílias.

Por outro lado, o aumento das taxas de juro, foi um dos principais factores para o moderado crescimento do consumo privado, devido à evolução menos favorável do mercado de trabalho, e ao reduzido nível de criação líquida de emprego, como do crescente aumento da taxa de desemprego, que em conjunto têm contribuído, para essa situação. O baixo nível do rendimento disponível das

¹ Induzida pela retracção da componente de bens (2,8 pontos percentuais) e da componente dos serviços (que manteve-se nos 12,4%).

² Resultante da desaceleração das exportações, em sentido inverso às importações de bens e serviços.

famílias, afectou quer os níveis de amortização de capital em dívida, como elevou os níveis do crédito mal parado.

QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIAÇÃO REAL)

Designação	2006	2007
Produto Interno Bruto	1,3	1,9
Consumo privado	1,2	1,5
Consumo público	-1,2	-0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,6	3,2
Exportações	9,2	7,5
Importações	4,3	5,7
IHPC	3,0	2,4

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Primavera 2008

Em Dezembro de 2007, a taxa de variação homóloga do IPC diminuiu 0,1 p.p. para 2,7 por cento, enquanto a taxa de variação média anual aumentou 0,1 p.p. para 2,5 por cento. Em período semelhante, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em Dezembro, manteve-se em 3,1 por cento, enquanto a taxa de variação média anual fixou-se nos 2,4 por cento.

2.2.1. POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2007

Em 2007, a política orçamental do sector público administrativo, reflectiu o fundamento do crescimento sustentado da economia portuguesa no médio e longo prazo, que visou a redução das despesas com o pessoal e o aumento da receita fiscal com vista à consolidação das contas públicas, resultando num défice das administrações públicas na ordem dos 2,6 por cento do PIB.

Este objectivo, foi alcançado pelo impacto do forte crescimento da receita em 2007 (9,2%), que reflectiu o aumento da arrecadação de impostos, em grande medida alcançado pela conjugação dos resultados das empresas (2006) e do “alargamento da base” da colecta, acrescido do “aumento das contribuições sociais em rácio do PIB, com particular destaque para o subsistema Segurança Social”. Por seu turno, na parte da despesa pública³, as reduções resultaram, à semelhança do ano anterior, da diminuição do número de funcionários públicos, do congelamento das progressões automáticas

³ Apesar da redução da despesa da Administração Pública, assistiu-se ao forte crescimento da despesa da administração local, que registou um crescimento em termos de despesa corrente de 9,8%, “muito influenciado pelos aumentos da despesa com aquisição de bens e serviços e dos encargos com juros da dívida”.

nas carreiras, da redução do salário médio por efeito da aposentação/contratação e da actualização da tabela salarial abaixo da taxa de inflação. Acresce a diminuição da despesa com subsídios de desemprego e o aumento da carreira contributiva. Este decréscimo da despesa também está relacionado com outras medidas, como a “empresarialização de alguns hospitais públicos em Março e Outubro de 2007”.

Portugal atingiu o rácio de referência para o défice no âmbito de Estabilidade e Crescimento, permitindo desta forma o encerramento do procedimento dos défices excessivos relativamente a Portugal por parte da Comissão Europeia. O rácio da dívida pública deverá situar-se nos 63,6 por cento, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Designação	UNIDADE: Milhões de euros			
	2004 (Final)	2005 (Final)	2006 (Provisório)	2007 (Preliminar)
Capacidade/necessidade líquida de financiamento				
Administrações Públicas	-4.843,80	-9.096,30	-6.029,50	-4.257,40
<i>Administração Central</i>	-8.271,90	-9.158,80	-6.648,60	-5.483,90
<i>Administração Local</i>	59,30	-425,50	39,30	8,90
<i>Fundos de Segurança Social</i>	3.368,80	488,00	579,80	1.217,60
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada)	84.032,50	94.791,60	100.522,00	103.552,00
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	144.128,00	149.123,50	155.277,50	162.919,30
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-3,4%	-6,1%	-3,9%	-2,6%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada no PIBpm)	58,3%	63,6%	64,7%	63,6%

Fonte: INE, Destaque, 26 de Março de 2008

O défice conjunto das balanças corrente e de capital diminuiu em resultado da melhoria do saldo da balança de capital. O agravamento da balança corrente prende-se com o aumento do défice da balança de mercadorias e de rendimentos, em maior grau que a evolução positiva do saldo da balança de serviços e das transferências correntes.

2.3. SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA REGIONAL

Um novo quadro de desenvolvimento económico e social delineou-se em 2007. Após um ciclo de infraestruturação de que carecia todo o território regional, redireccionou-se sustentadamente os objectivos de desenvolvimento numa vertente de conhecimento, de inovação, e tecnologia. O facto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) prever estas prioridades revela o nível de consonância com este novo modelo competitivo proposto.

De facto, não maximizar os recursos disponibilizados pela União Europeia, teria com certeza repercussões no nível de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (RAM), e constituiria uma perda única de oportunidades de financiamento para projectos infraestruturantes, de premente importância para a coesão interna territorial, cujos desequilíbrios daí advindos dificultariam em muito, a passagem aos próximos paradigmas de desenvolvimento que se avizinham.

Face aos excelentes níveis de execução dos programas comunitários estruturantes, os madeirenses dispõem de melhor preparação para os novos tempos de competitividade global, sendo certo que o mesmo constituiu mais um desafio de adaptabilidade fortemente caracterizado pelas qualificações individuais diferenciadas.

Atendendo a que se por um lado, o crescimento dos fluxos de comércio internacional e dos movimentos de capital, criam novos desafios e oportunidades, por outro, a envolvimento é de crescente diversidade, complexidade e dinâmica que determina um nível de exigência superior.

Apesar de tudo, resultante do concretizar das adequadas políticas económicas e sociais, os madeirenses hoje encontram-se numa região, que apesar de ultraperiférica, é das que detém um dos melhores indicadores de crescimento e desenvolvimento sócio económico, num contexto nacional de dificuldades acrescidas, resultantes das necessidades de contenção das despesas públicas num quadro de exigência de controle do défice público, que marcou o ano económico de 2007.

QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB pm	(10 ⁶ Euro)	3.242	3.227	3.884	3.884	4.156	4.348
	<i>Taxa crescimento</i>		-0,5%	20,4%	0,0%	7,0%	4,6%
PIB per capita	(10 ³ Euro)	13,5	13,5	16,2	16,1	17,1	17,8
	<i>Taxa crescimento</i>		0,0%	20,0%	-0,6%	6,2%	4,1%
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> RAM, em relação à Média Nacional	(PT=100)	113	107	124	121	124	126
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> PPP RAM, em relação à Média UE25	(UE25=100)	81	76	88	87	87	89
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> PPP RAM, em relação à Média UE27	(UE27=100)	89	83	96	93	93	95

FONTE: INE - Contas Regionais 2005

Faz todo o sentido crer que o caminho percorrido até aqui nos diversos domínios não só económicos, como nos domínios da problemática social com a premente preocupação com a educação e a formação, permitiram elevar as aptidões e os níveis e padrões qualitativos da população em geral e em particular das gerações vindouras.

O facto de a Região Autónoma da Madeira (RAM) ter materializado um crescimento do produto superior à média nacional, e em clara convergência com a média comunitária, apesar desta última ter-se reduzido após os sucessivos alargamentos, é produto de uma conjugação de factores, que passam entre outros, também pela correcta leitura do ciclo de desenvolvimento acompanhada de acções estratégicas de fomento empresarial.

No QUADRO 4, para o período de 2000 a 2005, são apresentados os valores do Produto Interno Bruto regional a preços de mercado (PIB pm) e *per capita*, e respectivas taxas de crescimento nominais e índices de disparidade em relação à média nacional e comunitária.

De referir que os valores agora apresentados, diferem em todos os seus itens da conta anterior, apesar da mesma ter considerado os últimos dados definitivos das contas regionais referentes ao triénio de 2000 a 2003. Com efeito, posteriormente à publicação da Conta da RAM de 2006, o INE publicou novos resultados definitivos para o período de 2000 a 2005.

Este reacerto reflecte um crescimento médio anual do PIB superior ao anterior apuramento que determinava um crescimento na ordem dos 5,3% (+1,2 pontos percentuais que a média nacional), fixando-se agora nos 6,0 %, correspondendo a +1,9 pontos percentuais que a média anual nacional. Desde modo, a RAM vê reforçado o seu peso relativo no todo nacional. O PIB *per capita*, que reflecte a relação entre o PIB gerado e a população residente na RAM, em 2005, foi superior à média nacional em 26 pontos percentuais, aumentando ainda mais o fosso existente. Contudo, dá-se uma aproximação ao nível da distribuição do rendimento pelas famílias, conforme reflecte o quadro seguinte.

QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Rendimento Primário Bruto das famílias	(10 ⁶ Euro)	1.951	2.071	2.224	2.388	2.498	2.630	*
Índice de disparidade do Rendimento Primário das Famílias da RAM, em relação à Média Nacional	(PT=100)	95	96	100	104	106	107	
Rendimento Disponível Bruto das famílias	(10 ⁶ Euro)	1.783	2.033	2.237	2.338	2.448	2.525	*
Índice de disparidade do Rendimento Disponível das Famílias da RAM, em relação à Média Nacional	(PT=100)	91	99	105	106	107	106	
Peso do Rendimento Disponível no Rendimento Primário	(%)	91,4	98,2	100,6	97,9	98,0	96,0	*

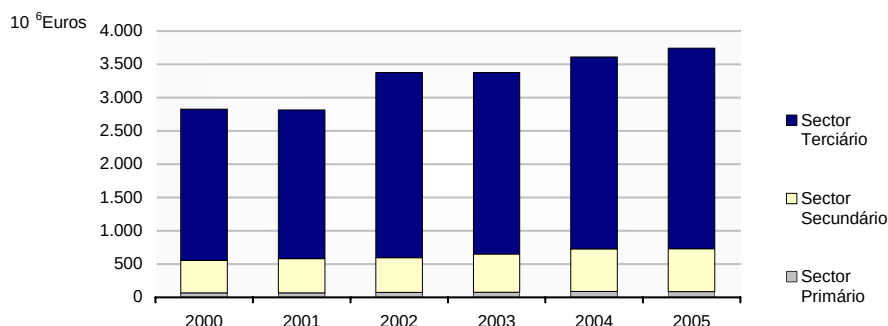
FONTE: INE - Contas Regionais 2005

* Dados não divulgados à data da elaboração do presente relatório

Simultaneamente, o Rendimento Primário (RP) e o Rendimento Disponível (RD) das famílias da RAM continuam a registar um crescimento acima do nacional para o período compreendido de 2000 a

2005, registando um crescimento médio anual de 6,2% do RP e de 7,2% do RD, superior ao crescimento nacional que comparativamente se fixou nos 4,0 e 4,2 % respectivamente.

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SECTORES



Fonte: INE, Contas Regionais Definitivas de 2000-2005 - SEC95.

A economia regional assenta fundamentalmente no sector terciário, conforme ilustrado no gráfico abaixo, onde se apresenta a evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sectores, em volume, para o período de 2000 a 2005.

As principais actividades geradoras de riqueza continuam a ser as relacionadas com o sector terciário, nomeadamente as *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* que assumiram um peso relativo em 2005 de 18,9%, seguidas do *Comércio por grosso e a retalho, reparação veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico*, que reforçou o seu peso relativo (15,2%) e da *Administração Pública, defesa segurança social obrigatória* (11,9%). No sector secundário continua a destacar-se o ramo de actividade da *Construção*, que se manteve praticamente inalterado (-0,3 pontos percentuais) e representou 9,5% do total do VAB para o ano considerado de 2005.

QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB)

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
VAB	(10 ⁶ Euro)	2.825	2.816	3.377	3.376	3.613	3.743	*
	Taxa variação		-0,3%	19,9%	0,0%	7,0%	3,6%	
Peso do VAB da RAM no total PT	(%)	2,7%	2,5%	2,9%	2,8%	2,9%	2,9%	
Formação bruta de capital fixo	(10 ⁶ Euro)	1.399	1.182	1.263	1.064	1.502	1.480	*
	Taxa variação		-15,5%	6,9%	-15,8%	41,2%	-1,5%	
Peso da FBCF da RAM no total PT	(%)	4,2%	3,5%	3,7%	3,4%	4,6%	4,5%	
Taxa de investimento aparente (FBCF/VAB)	(%)	50%	42%	37%	32%	42%	40%	*

FONTE: INE - Contas Regionais 2005

* Dados não divulgados à data da elaboração do presente relatório

À semelhança dos anos anteriores, a RAM figurou como uma das regiões do país com maior aplicação de recursos em investimentos, em crescimento até 2004, quando atingiu o seu máximo. Em 2005, o valor não apresentou diminuições significativas. Com efeito, pela análise do indicador que mede a relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o VAB, conclui-se que RAM foi uma das Regiões que apresentou uma proporção de riqueza investida superior à média nacional (QUADRO 6).

Os resultados do Inquérito ao Emprego indicam que a população activa da RAM aumentou em 2007 aproximadamente 0,7% relativamente o ano anterior, na proporção inversa da população empregada (Vd. QUADRO 7). Assim, a taxa de desemprego aumentou 1,4 pontos percentuais face a 2006, fixando-se nos 6,8%. Sublinhe-se que, apesar do crescimento verificado, a taxa de desemprego continua a ser inferior à nacional, que nesse ano ascendeu a 7,7%.

QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População total	(N.º pessoas)	240.025	240.099	240.757	242.378	243.806	244.376	245.740	246.217
	Taxa variação	-2,3%	0,0%	0,3%	0,7%	0,6%	0,2%	0,6%	0,2%
População activa	(N.º pessoas)	110.608	110.407	114.742	116.241	116.985	122.696	123.984	124.907
	Taxa variação	-10,2%	-0,2%	3,9%	1,3%	0,6%	4,9%	1,0%	0,7%
População empregada	(N.º pessoas)	107.830	107.597	111.922	112.312	113.477	117.123	117.303	116.463
	Taxa variação	-7,9%	-0,2%	4,0%	0,3%	1,0%	3,2%	0,2%	-0,7%
Taxa de actividade	(percentagem)	46,1	46,0	47,7	48,0	48,0	50,2	50,5	50,7
Taxa de desemprego	(percentagem)	2,5	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	6,8

Fonte: DRE, Estatísticas do Emprego da Região Autónoma da Madeira.

No que respeita à distribuição dos activos empregados pelos sectores de actividade económica, o sector com maior peso no total do emprego é o dos *Serviços* (64,2%), seguido da *Indústria, Construção, Energia e Água* (24,5%) e da *Agricultura, Silvicultura e Pesca* (11,3%). Relativamente ao emprego total, dentro de cada sector, os ramos com maior peso são, no caso do sector dos *Serviços*, o *Comércio* (12,1%), *Alojamento e Restauração* (12,0%) e *Administração Pública* (7,9%); no sector *Indústria, Construção, Energia e Água*, a *Construção* (16,0%) e as *Indústrias Transformadoras* (7,2%).

Em 2007, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,4%. Os dados incluídos no QUADRO 8 demonstram um abrandamento do crescimento dos preços na RAM, cuja taxa de inflação anual tem vindo a diminuir desde o ano de 2001.

Se conjugarmos estes dados com a evolução dos salários (crescimento moderado) e do VAB por pessoa empregada (aumento da produtividade), podemos afirmar que esta região tem conseguido

aumentar a competitividade dos seus produtos e serviços. Com efeito, se avaliarmos o *Índice de produtividade* da RAM, constata-se que em 2005 esta Região Autónoma se situa a um nível superior à média nacional em 22 pontos percentuais.

QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de inflação	(percentagem)	2,3	3,6	3,5	3,0	2,8	2,7	2,6	1,4
Remunerações	(10 ⁶ Euro)	1.342	1.433	1.545	1.671	1.780	1.870	*	*
	Taxa variação		6,8%	7,8%	8,2%	6,5%	5,1%		
VAB por pessoa empregada	milhares de euros	23,9	24,2	28,7	28,3	29,1	30,6	*	*
	Taxa variação		1,0%	18,7%	-1,2%	2,7%	5,3%		
Índice Produtividade RAM/Média Nacional	(PT=100)	113	110	125	120	119	122	*	*

FONTE: INE - Contas Regionais 2005

* Dados não divulgados à data da elaboração do presente relatório

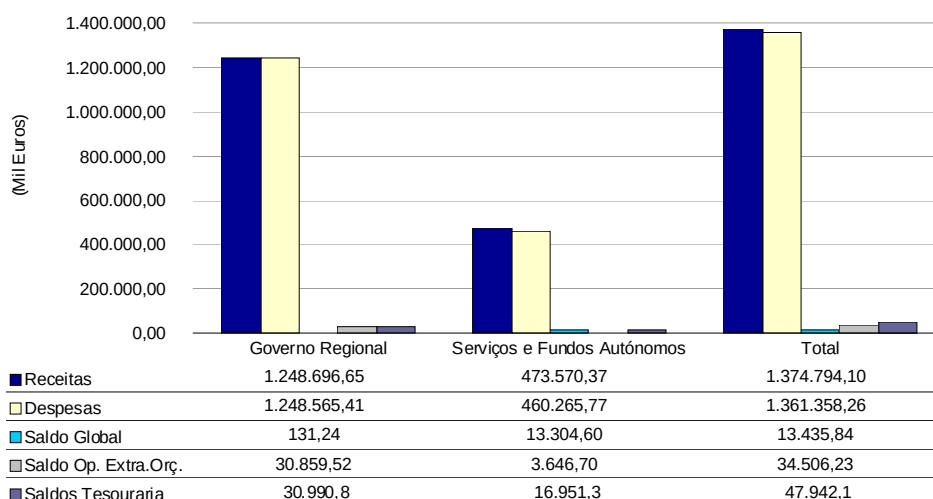
Em termos gerais, a economia da RAM tem revelado bons resultados económico-sociais, superiores à média nacional, sustentando de forma inequívoca a correcta execução dos programas de desenvolvimento, num contexto de condicionamento externo – com o aumento da concorrência internacional –, e interno – derivado da falta de capacidade competitiva e fraco crescimento da economia portuguesa.

3. CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

3.1. ÓPTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Nos GRÁFICO 2 e QUADRO 9 está expresso o resumo da conta consolidada da administração pública regional - Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos - para o ano de 2007.

GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2007



Em 2007, o *saldo global* da conta consolidada foi de 13,4 milhões de euros, afectos na quase totalidade aos serviços e fundos autónomos (13,3 milhões de euros). Acrescendo a este valor o *saldo de operações extra-orçamentais*, que totaliza 34,5 milhões de euros, temos um *saldo de tesouraria* no valor de 47,9 milhões de euros, distribuído do seguinte modo:

Governo Regional: 30,99 milhões de euros;

Serviços e fundos autónomos: 16,95 milhões de euros.

À semelhança do ano anterior, o *saldo de operações extra-orçamentais* é constituído, na sua maioria, quer na parte respeitante ao Governo Regional, quer na parte respeitante aos serviços e fundos autónomos, por verbas afectas ao agrupamento dos *Recursos próprios de terceiros*.

QUADRO 9 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2007

	(euros)		
Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
1. Receitas correntes	953.956.402,16	377.522.113,59	998.840.821,21
1.1. Impostos directos	275.044.505,41	734.308,45	275.778.813,86
1.2. Impostos indirectos	441.789.619,34	426.178,93	442.215.798,27
1.3. Transferências correntes	203.246.527,07	362.805.610,25	233.414.442,78
1.3.1. Administrações públicas	111.083.760,80	334.816.438,16	113.262.504,42
1.3.2. Comunidades Europeias	2.162.764,27	5.830.736,65	7.993.500,92
1.3.3. Outras transferências	90.000.002,00	22.158.435,44	112.158.437,44
1.4. Outras receitas correntes	33.875.750,34	13.556.015,96	47.431.766,30
2. Despesas correntes	890.315.964,32	369.978.681,70	927.639.255,05
2.1. Pessoal	341.272.841,30	33.772.429,67	375.045.270,97
2.2. Aquisição de bens e serviços	110.003.291,60	99.932.028,89	209.935.320,49
2.3. Transferências correntes	392.595.724,50	231.266.231,72	291.206.565,25
2.3.1. Administrações públicas	333.675.186,38	386.665,69	1.406.461,10
2.3.2. Outras transferências	58.920.538,12	230.879.566,03	289.800.104,15
2.4. Outras despesas correntes	46.444.106,92	5.007.991,42	51.452.098,34
3. Saldo corrente (3)=(1)-(2)	63.640.437,84	7.543.431,89	71.201.566,16
4. Receitas de capital	293.852.399,16	95.584.421,84	374.601.593,42
4.1. Transferências de capital	177.977.110,38	87.360.614,38	251.132.914,64
4.1.1. Administrações públicas	97.319.969,54	29.714.904,81	112.830.064,23
4.1.2. Comunidades Europeias	20.656.868,40	57.645.709,57	78.302.577,97
4.1.3. Outras transferências	60.000.272,44	-	60.000.272,44
4.2. Outras receitas de capital	115.875.288,78	8.223.807,46	123.468.678,78
5. Despesas de capital	358.249.447,38	90.287.093,00	433.719.009,23
5.1. Aquisição de bens de capital	161.751.875,47	4.759.162,20	166.511.037,67
5.2. Transferências de capital	57.402.769,35	77.786.736,60	120.371.974,80
5.2.1. Administrações públicas	55.980.883,15	39.198.985,84	80.362.337,84
5.2.2. Outras transferências	1.421.886,20	38.587.750,76	40.009.636,96
5.3. Outras despesas de capital	139.094.802,56	7.741.194,20	146.835.996,76
6. Saldo capital (6)=(4)-(5)	- 64.397.048,22	5.297.328,84	- 59.117.415,81
7. Reposições não abatidas nos pagamentos	887.851,97	463.834,45	1.351.686,42
8. Saldo global (8)=(3)+(6)+(7)	131.241,59	13.304.595,18	13.435.836,77
9. Saldo de operações extra-orçamentais	30.859.523,52	3.646.703,39	34.506.226,91
10. Saldos de tesouraria	30.990.765,11	16.951.298,57	47.942.063,68

As receitas e as despesas totais consolidadas foram de 1 373,4 milhões de euros e de 1 361,4 milhões de euros, respectivamente. Tal como nos anos anteriores, estas verbas continuaram, maioritariamente, afectas ao Governo Regional.

As receitas correntes consolidadas, que representam 72,6% das receitas totais de 2007, foram de 998,8 milhões de euros, destacando-se nestas as cobranças dos *impostos directos* e dos *impostos indirectos* com 275,8 milhões de euros e 442,2 milhões de euros, respectivamente. Seguiram-se as *transferências correntes* com 233,4 milhões de euros e as *outras receitas correntes* com 47,4 milhões de euros.

Nas receitas de capital, cujo valor global foi de 374,6 milhões de euros, as cobranças provêm, na quase totalidade, de *transferências de capital*, 251,1 milhões de euros, dado que, excluídos os *passivos financeiros*, as cobranças afectas às *outras receitas de capital* são pouco significativas.

As despesas correntes consolidadas foram de 927,6 milhões de euros, destacando-se as *Despesas com o pessoal* e as *Transferências correntes* no valor de 375,0 milhões de euros e de 291,2 milhões de euros, respectivamente. Seguem-se as *Aquisições de bens e serviços* com 209,9 milhões de euros e as *Outras despesas correntes* com 51,5 milhões de euros. Em 2007, as despesas de natureza corrente representaram 68,1% do total despendido.

As despesas de capital consolidadas ascenderam a 433,7 milhões de euros, dos quais 166,5 milhões de euros estiveram afectos à *Aquisição de bens de capital* e 120,4 milhões de euros às *Transferências de capital*. O remanescente distribuiu-se pelos demais agrupamentos das despesas de capital.

QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2006 – 2007)

Designação	(milhões de euros)								
	2006			2007			Variação 2006/2007		
	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total
1. Receitas correntes	893,4	338,7	936,5	954,0	377,5	998,8	6,8	11,5	6,7
2. Receitas de capital	271,4	99,3	359,3	293,9	95,6	374,6	8,3	-3,7	4,3
3. Receitas totais	1.164,8	438,0	1.295,9	1.247,8	473,1	1.373,4	7,1	8,0	6,0
4. Despesas correntes	794,0	339,3	837,7	890,3	370,0	927,6	12,1	9,0	10,7
5. Despesas de capital	372,2	92,6	453,5	358,2	90,3	433,7	-3,7	-2,5	-4,4
6. Despesas totais	1.166,3	431,9	1.291,2	1.248,6	460,3	1.361,4	7,1	6,6	5,4
7. Saldo corrente (7)=(1)-(4)	99,4	-0,5	98,8	63,6	7,5	71,2	-36,0	-1.486,1	-28,0
8. Saldo capital (8)=(2)-(5)	-100,8	6,6	-94,2	-64,4	5,3	-59,1	-36,1	-20,1	37,2
9. Reposições não abatidas nos pagamentos	1,4	0,3	1,8	0,9	0,5	1,4	-38,3	47,8	-22,8
10. Saldo global (10)=(7)+(8)+(9)	0,0	6,4	6,4	0,1	13,3	13,4	155.362,7	108,0	110,0
11. Saldo de operações extra-orçamentais	23,8	6,7	30,6	30,9	3,6	34,5	29,6	-45,9	12,9
12. Saldos de tesouraria	23,8	13,1	36,9	31,0	17,0	47,9	30,2	29,0	29,8

Comparando a conta consolidada de 2007 com a de 2006 (Vd. QUADRO 10), sobressai o acréscimo do saldo total de tesouraria de 29,8%, do *saldo de capital* (37,2%) e do saldo global total (110,0%).

Em termos totais, de 2006 para 2007, as diminuições ocorreram ao nível do valor das *Despesas de capital* (-4,4%), do *saldo corrente* (-28,0%) e das *reposições não abatidas nos pagamentos* (-22,8%).

No QUADRO 11 é efectuada uma distribuição da despesa consolidada por classificação funcional.

QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2007

(Euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
1 Funções gerais de soberania:	66.844.814,25	83.845.182,55	126.510.153,12
1.1 Serviços gerais de administração pública	58.333.799,09	81.790.082,77	118.348.520,10
1.2 Defesa nacional	-	-	-
1.3 Segurança e ordem públicas	8.511.015,16	2.055.100	8.161.633,02
2 Funções sociais:	805.090.125,62	343.134.104,02	840.667.070,85
2.1 Educação	370.493.616,30	26.686.254	380.765.729,08
2.2 Saúde	273.670.250,20	280.260.539	295.921.909,64
2.3 Segurança e acção sociais	-	-	-
2.4 Habitação e serviços colectivos	93.202.915,29	1.975.836	94.987.475,40
2.5 Serviços culturais, recreativos e religiosos	67.723.343,83	34.211.476	68.991.956,73
3 Funções económicas:	224.911.983,10	33.286.488,13	242.462.551,58
3.1 Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	52.675.075,61	2.749.541	52.473.737,68
3.2 Indústria e energia	2.176.393,72	1.668.117	3.575.580,48
3.3 Transportes e comunicações	126.703.554,76	-	125.552.754,76
3.4 Comércio e turismo	27.834.032,77	22.093.007	43.948.918,33
3.5 Outras funções económicas	15.522.926,24	6.775.823	16.911.560,33
4 Outras funções:	151.718.488,73	-	151.718.488,73
4.1 Operações da dívida pública	151.718.488,73	-	151.718.488,73
4.2 Transferências entre administrações	-	-	-
4.3 Diversas não especificadas	-	-	-
Total	1.248.565.411,70	460.265.774,70	1.361.358.264,28

Das verbas despendidas, 840,7 milhões de euros estiveram afectos às *Funções sociais*, 242,5 milhões de euros às *Funções económicas*, 126,5 milhões de euros às *Funções gerais de soberania* e o remanescente, 151,7 milhões de euros, às *Outras funções*.

Destaca-se assim o peso das *Funções sociais*, no total despendido em 2007, pelos serviços da administração pública regional. Por subfunções sobressaem as despesas com a *Educação* (380,8 milhões de euros), afectas na quase totalidade ao Governo Regional, e as despesas com a *Saúde* com 295,9 milhões de euros.

Nas *Funções económicas*, sobressaem as despesas com os *Transportes e comunicações* com 125,6 milhões de euros, com a *Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca* com 52,5 milhões de euros e com o *Comércio e turismo* (43,9 milhões de euros).

Nas *Funções gerais de soberania* com 126,5 milhões de euros destacam-se as despesas afectas aos serviços e fundos autónomos o que se explica pelo peso das despesas do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Por classificação orgânica, a distribuição da despesa consolidada é a que se apresenta no QUADRO 12.

QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2007

			(Euros)
Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
Assembleia Legislativa da Madeira	17.431.247,00	16.030.656,58	16.030.656,58
Presidência do Governo Regional	1.440.621,12		1.440.621,12
Vice-Presidência do Governo Regional	19.853.108,98	18.615.434,88	34.093.468,08
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	16.738.836,52	6.775.823,09	18.127.470,61
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	25.066.981,83	337.944,75	25.072.087,69
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	188.911.319,02	1.668.116,76	189.161.955,78
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	270.679.315,35	282.315.638,32	292.581.592,65
Secretaria Regional de Educação	368.283.152,52	60.559.784,68	379.494.060,45
Secretaria Regional do Plano e Finanças	254.890.705,65	64.729.367,71	316.741.624,36
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	85.270.123,71	9.233.008	88.614.726,96
	1.248.565.411,70	460.265.774,70	1.361.358.264,28

As despesas foram mais significativas na Secretaria Regional de Educação (379,5 milhões de euros), na Secretaria Regional do Plano e Finanças (316,7 milhões de euros) e na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (292,6 milhões de euros). Seguiu-se a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes com 189,2 milhões de euros e a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 88,6 milhões de euros.

3.2. ÓPTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL

A estimativa da Administração Pública Regional de 2007 na óptica da Contabilidade Nacional, para a notificação de Março de 2008 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), foi elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística com a colaboração de um grupo de trabalho formado por técnicos do Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal e da Direcção-Geral do Orçamento.

QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2007

(mil euros)		
Contabilidade Nacional	Código	Administração Pública Regional
1. Impostos sobre a Produção e Importação	D.2	435.706
2. Impostos correntes sobre Rendimento e Património	D.5	280.882
3. Contribuições para Fundos da Segurança Social	D.61	20.065
das quais: Contribuições Sociais Efectivas	D.611	5.761
4. Vendas	(1)	23.819
5. Outra Receita Corrente	D.7r+D.4r+D.39r	403.167
6. Total das Receitas Correntes (1+2+3+4+5)		1.163.639
7. Consumo Intermediário	P.2	104.860
8. Despesas com pessoal	D.1	375.667
9. Prestações Sociais	(2)	282.229
das quais: em espécie		21.233
10. Juros	D.41	39.457
11. Subsídios	.	17.643
12. Outra Despesa Corrente	(3)	416.686
das quais: Transferências Administrações Públicas	D.73p	333.896
13. Total das Despesas Correntes (7+8+9+10+11+12)		1.236.542
14. Poupanças Bruta ('6-13)	B.8g	-72.903
15. Transferências de Capital Receita	D.9r	294.202
16. Total Receita ('6+15)		1.457.841
17. Formação Bruta Capital Fixo	P.51	116.246
18. Outra Despesa Capital	(4)	19.075
das quais: Transferências Administrações Públicas	D.93p	74.103
19. Total Despesa Capital (17+18)'		135.321
20. Total Despesa (13+19)'		1.371.863
21. Capacidade(+) / Necessidade(-) Financiamento Líquido (16-20)'	B.9	85.978
Consumo Final das Administrações Públicas		811.085
Saldo Primário		125.435
Carga Fiscal (Impostos+Prestações sociais Efectivas)		722.349

(1): P.11+P.12+P.131

(2): D.62+D.6311+D.63121+D.63131

(3): D.29p+D.42p+D.43p+D.44p+D.45p+D.5p+D.7p

(4): P.52+P.53+K.2+D.9p

A passagem das contas das Administrações Públicas na óptica das Contas Públicas à óptica das Contas Nacionais compreende um conjunto de ajustamentos que se podem agrupar em categorias

distintas. Com efeito, os ajustamentos efectuados revestem-se de uma natureza diversa, identificando-se, neste domínio, os seguintes:

- **Ajustamentos de Especialização do Exercício**

A rubrica “Outras contas a pagar” apresenta um impacto positivo sobre o saldo da Administração Pública Regional em cerca de 60.617 mil euros, sendo este montante o saldo apurado entre despesas pagas de anos anteriores e despesas vencidas e não pagas.

- **Ajustamentos de Universo**

De realçar que o ajustamento na Administração Pública Regional foi de -3.594 mil euros, relativo à reclassificação de empresas públicas.

- **Outros ajustamentos**

Outros ajustamentos com impacto no saldo não tipificáveis nas duas categorias anteriores, onde se incluem reclassificações de operações de receita e despesa. Em 2007 o conjunto de outros ajustamentos, não tipificáveis, com impacto no saldo, atingiu o montante de 2 mil euros no saldo da Administração Pública Regional. Destes ajustamentos destacam-se as reclassificações no Serviço Regional de Saúde, EPE.

O quadro 2 da notificação do PDE de Março de 2008 mostra os ajustamentos fundamentais entre a contabilidade pública e a contabilidade nacional.

QUADRO 14 - QUADROS 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO DE 2008

Ano: 2007	Administração Pública Regional
Valores em mil euros	
Saldo Global incluindo Activos Financeiros (Óptica da Contabilidade Pública)	5.697,0
Operações Financeiras consideradas no Saldo Global incluindo Activos Financeiros	23.256,0
Empréstimos (+/-)	9.041,0
Ações e outras participações (+/-)	14.216,0
Outras operações financeiras (+/-)	-1,0
Outras contas a receber (+)	0,0
Outras contas a pagar (-)	60.617,0
Ajustamento de Universo	-3.594,0
Empresas Públicas reclassificadas	-3.594,0
Outros ajustamentos	2,0
Prémios brutos de seguros	27,0
Reclassificações	-25,0
Necessidade (-) / Capacidade líquida de financiamento (+) (B.9)	85.978,0

Será de salientar o saldo final apurado para a Região Autónoma da Madeira, que representa uma capacidade líquida de financiamento no montante de cerca de 86,0 milhões de euros, cujo impacto positivo é relevante para o equilíbrio da conta das Administrações Públicas de Portugal.

4. RESULTADO DA CONTA

A conta da Administração Pública Regional registou em 2007, na óptica da contabilidade pública, um *superavit* de 1,1 milhões de euros, ligeiramente superior ao saldo registado no ano anterior. O QUADRO 15 evidencia a evolução do resultado da Conta da Região no período 2005-2007.

QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2005-2007)

(mil euros)			
Designação	2005	2006	2007
Execução orçamental			
Receitas efectivas (a)	1.096.774,3	1.036.643,9	1.135.146,5
Correntes	862.876,1	893.429,5	953.956,4
De capital	231.930,3	141.776,5	180.302,2
Reposições não abatidas	1.967,9	1.437,9	887,9
Despesas efectivas (b)	1.095.472,1	1.035.574,4	1.134.042,4
Correntes	755.877,9	794.048,8	890.316,0
De capital	339.594,2	241.525,6	243.726,4
Défice da Conta da Região	-1.302,2	-1.069,5	-1.104,0
Encargos correntes da dívida	13.514,8	24.532,0	37.195,5
Saldo primário com activos	14.817,0	25.601,5	38.299,5
Amortizações da dívida pública e outros passivos	1.329,4	130.677,5	114.523,0
Necessidades de financiamento (Brutas)	27,2	129.608,0	113.419,0
Situação de tesouraria			
Disponibilidades de tesouraria:			
Saldo inicial	13.815,7	19.029,4	23.806,4
Produto da aplicação de empréstimos	0,0	129.604,3	113.550,1
Internos	-	129.604,3	113.550,1
Externos	-	-	-
Operações extra-orçamentais	5.240,9	4.780,7	7.053,2
Disponibilidades de tesouraria:			
Saldo final	19.029,4	23.806,4	30.990,8

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos.

(b) Não inclui os encargos com a amortização da dívida pública.

À semelhança do verificado no ano anterior as despesas efectivas ficaram aquém das receitas efectivas cobradas.

O valor da cobrança líquida das receitas efectivas foi de 1 135,1 milhões de euros, e distribuiu-se pelas *Receitas correntes* com 954,0 milhões de euros, pelas *Receitas de capital* com 180,3 milhões de euros e pelas *Reposições não abatidas nos pagamentos* com 0,9 milhões de euros.

No que concerne às despesas efectivas, destacam-se as *Despesas correntes* com 890,3 milhões de euros, seguindo-se as *Despesas de capital* com 243,7 milhões de euros.

Excluindo os *Encargos correntes da dívida* às despesas efectivas, o saldo primário em 2007, que ascende a 38,3 milhões de euros, aumenta 12,7 milhões de euros em relação ao saldo registado no ano anterior, verificando-se assim o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 4.º da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, Lei n.º 28/92, de 01 de Setembro.

Considerando as *Amortizações da dívida pública* e *Outros passivos* as necessidades brutas de financiamento ascenderam a 113,4 milhões de euros, que se explicam pela operação de refinanciamento realizada pelo Governo Regional em 2007. Com efeito, a Região Autónoma da Madeira procedeu, de acordo com o previsto na Resolução n.º 677/2006 do Conselho do Governo de 25 de Maio, no ano económico em análise, à 2.ª emissão de um empréstimo obrigacionista destinado a substituir dívida existente, no montante de 113,7 milhões de euros.

Não obstante estar prevista a contracção de empréstimos destinados ao financiamento da contrapartida nacional dos projectos co-financiados por fundos comunitários, até ao montante de 50 milhões de euros, nos termos do n.º 2 do artigo 125.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2007, em conjugação com o disposto no art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2007/M de 9 de Janeiro (aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2007) a RAM não obteve autorização para contrair esse financiamento, apesar de ter sido apurada uma capacidade líquida de financiamento de cerca de 86 milhões de euros (Vd. ponto 3.2 deste relatório).

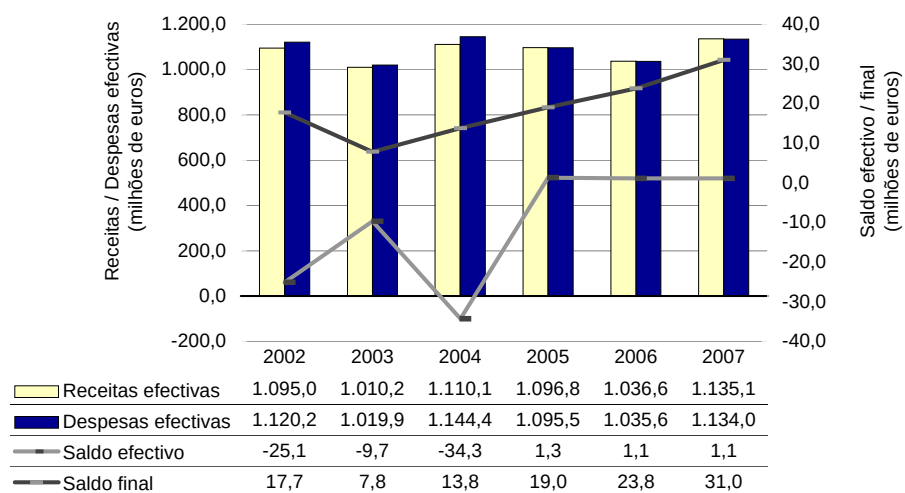
O saldo líquido das operações extra-orçamentais realizadas em 2007 foi de 7,1 milhões de euros e está afecto na totalidade a *Recursos próprios de terceiros* e a *Outras operações de tesouraria*. Em relação a 2006, este saldo aumentou 47,5%.

O saldo final de tesouraria é positivo de 31,0 milhões de euros, o que representa mais 7,2 milhões de euros em relação ao saldo registado em 2006. A quase totalidade deste saldo está afecto a *Recursos próprios de terceiros* e *Outras operações extra-orçamentais*, conforme expresso no Anexo I – Conta Geral dos fluxos financeiros da Região Autónoma da Madeira.

Observando a evolução dos agregados desde 2005, constatamos que, em termos acumulados, quer a despesa efectiva, quer a receita efectiva apresentam acréscimos no período 2006-2007 que contrariam as diminuições ocorridas no período 2005-2006. Verifica-se um aumento da receita em 98,5 milhões de euros (+9,5%) – decorre do aumento das cobranças registadas em receitas correntes (+60,5 milhões de euros) e em receitas de capital (+38,5 milhões de euros).

O GRÁFICO 3 ilustra a evolução do resultado da conta da Região no período 2002-2007.

GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM



A análise que se segue, nos pontos 5 e 6, evidencia os factos que determinaram a evolução dos agregados e do saldo da Conta da Região de 2007.

5. RECEITA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As receitas arrecadadas em 2007 atingiram os 1 248.7 milhões de euros, mais 82,4 milhões de euros do que no ano anterior, e mais 151,9 milhões de euros do que em 2005, o que em termos relativos traduziu-se, respectivamente, em mais 7,1% e em mais 13,9%. Sem considerar os *Passivos financeiros*, que em 2007 foram de 113,6 milhões de euros, as receitas efectivas cresceram 98,5 milhões de euros de 2006 para 2007, observando-se no período de 2005 a 2007 uma taxa média anual de crescimento de 1,7% e um ligeiro aumento do peso das receitas de capital (QUADRO 16).

QUADRO 16 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2005-2007)

Descrição	Em valor			Taxas de variação (%)	
	2005	2006	2007	2006 / 2005	2007 / 2006
Receitas correntes	862.876,1	893.429,5	953.956,4	3,5	6,8
Receitas de capital	231.930,3	271.380,8	293.852,3	17,0	8,3
Das quais: <i>Passivos financeiros</i>	-	129.604,3	113.550,1	-	- 12,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.967,9	1.437,9	887,9	- 26,9	- 38,3
Receitas totais	1.096.774,3	1.166.248,2	1.248.696,6	6,3	7,1
Receitas efectivas	1.096.774,3	1.036.643,9	1.135.146,5	- 5,5	9,5

Para explicar estas variações estiveram causas de diferentes naturezas que deverão ser explanadas:

- As receitas provenientes de parcerias público-privadas atingiram em 2005 e 2007, respectivamente, 75 e 150 milhões de euros;
- O recebimento em 2005 e 2006 de 85,4 milhões de euros de acertos de receitas fiscais imputadas ao período 1998 – 2003;
- O recebimento em 2007 de menos 34 milhões de euros de transferências do Orçamento do Estado e de menos 13,8 milhões de euros de IVA, em comparação com 2006, efeitos da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas;
- O recebimento em 2007 de 23,8 milhões de euros de acertos de transferências do Orçamento de Estado, no âmbito da Lei das Finanças Regionais das quais 14,6 milhões de euros relativos à regularização da retenção verificada em 2006;

- O aprofundamento da redução das taxas praticadas nos impostos sobre o rendimento.

Considerando os acertos recebidos das receitas fiscais e das transferências do Orçamento do Estado, imputando-os aos respectivos anos a que respeitam, a receita efectiva aumentaria 10,2% perante os valores do ano anterior e 5,8% face a 2005.

Considerando a evolução das receitas próprias⁴ da Região Autónoma da Madeira, imputando os acertos aos exercícios económicos a que respeitam e sem considerar as parcerias público-privadas, regista-se a variação relativa de mais 16,7% relativamente ao ano anterior.

O QUADRO 17 compara o orçamento final com o inicial, e a execução orçamental com o orçamento final das receitas totais e efectivas.

QUADRO 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS EM 2007

(mil euros)					
	Orçamento inicial	Orçamento final	Execução orçamental	Diferenças	
	(1)	(2)	(3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)
Receitas totais	1.556.270,9	1.557.681,5	1.248.696,6	1.410,7	- 308.985,0
Receitas efectivas	1.392.545,9	1.393.956,5	1.135.146,5	1.410,7	- 258.810,1
Passivos financeiros	163.725,0	163.725,0	113.550,1	-	- 50.174,9

Durante o ano de 2007 ocorreram doze despachos de abertura de créditos especiais, os quais resultaram no aumento do orçamento em três rubricas de receita, duas em *Taxas multas e outras penalidades* e uma em *Transferências correntes*, pelos valores expressos no QUADRO 18. Sublinha-se que 76,6% do valor total dos 1.410,7 mil euros de aumentos ao orçamento inicial se consignaram a investimentos do plano e 66,9% a despesas de capital.

Nas receitas fiscais, nas diferenças para menos entre a execução e orçamento presencia-se uma maior diferença relativa nos impostos directos do que nos impostos indirectos.

O facto de não ter sido acolhida resposta por parte do Ministério das Finanças, ao pedido de autorização para contratação de financiamento destinado ao co-financiamento de projectos de investimento, à luz do artigo 125 da Lei n.º 53-A/2006 de 29/12 – Orçamento do Estado para 2007, explica o hiato de 50 milhões de euros elucidado nos *Passivos financeiros*.

Nas *transferências correntes* assinala-se a evidência da execução ter ultrapassado o orçamento, em virtude do registo da receita proveniente de parcerias público-privadas.

⁴ Receitas efectivas sem considerarmos as transferências provenientes do Orçamento do Estado e da Segurança Social

QUADRO 18 – RECEITAS DE 2007

(mil euros)

Designação	Orçamento inicial	Alterações orçamentais		Orçamento final	Execução orçamental	Diferenças		
		Créditos especiais	Rectificativo			Entre orçamento final e orçamento inicial		Entre a execução orçamental e o orçamento
						Valor	%	Valor
Receitas correntes	946.651,9	1.410,7	-	948.062,5	953.956,4	1.410,7	0,1	7.304,5
			-					
Impostos directos	317.300,0	-	-	317.300,0	275.044,5	-	-	- 42.255,5
Impostos indirectos	483.407,0	-	-	483.407,0	441.789,6	-	-	- 41.617,4
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	8.475,0	-	-	8.475,0	5.760,7	-	-	- 2.714,3
Taxas, multas e outras penalidades	27.902,9	1.225,2	-	29.128,0	20.937,2	1.225,2	4,4	- 6.965,7
Rendimentos da propriedade	3.050,0	-	-	3.050,0	3.435,3	-	-	385,3
Transferências correntes	102.722,0	185,5	-	102.907,5	203.246,5	185,5	0,2	100.524,5
Venda de bens e serviços correntes	3.465,0	-	-	3.465,0	3.373,8	-	-	- 91,2
Outras receitas correntes	330,0	-	-	330,0	368,7	-	-	38,7
Receitas de capital	608.309,0	-	-	608.309,0	293.852,3	-	-	- 314.456,7
Venda de bens de investimento	150.000,0	-	-	150.000,0	751,4	-	-	- 149.248,6
Transferências de capital	274.584,0	-	-	274.584,0	177.977,1	-	-	- 96.606,9
Activos financeiros	20.000,0	-	-	20.000,0	1.573,6	-	-	- 18.426,4
Passivos financeiros	163.725,0	-	-	163.725,0	113.550,1	-	-	- 50.174,9
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.310,0	-	-	1.310,0	887,9	-	-	- 422,1
Total das receitas	1.556.270,9	1.410,7	-	1.557.681,5	1.248.696,6	1.410,7	0,1	- 307.574,3
Total sem Passivos Financeiros	1.392.545,9	1.410,7	-	1.393.956,5	1.135.146,5	1.410,7	0,1	- 257.399,4

Através do QUADRO 19 são evidenciadas as variações ocorridas de 2006 para 2007 e os pesos de cada um dos capítulos de receitas efectivas em cada um dos anos em análise. Nas variações face ao ano anterior realça-se o comportamento nas *transferências correntes* e de *capital* devido primordialmente à variação ocorrida nas *outras transferências*. Em menor escala quer a restituição em 2007 da retenção realizada em 2006, quer o recebimento de acertos relativos a anos anteriores e relativos às *transferências do Orçamento do Estado*, no valor de 23,7 milhões de euros, resultaram mesmo num crescimento destas transferências.

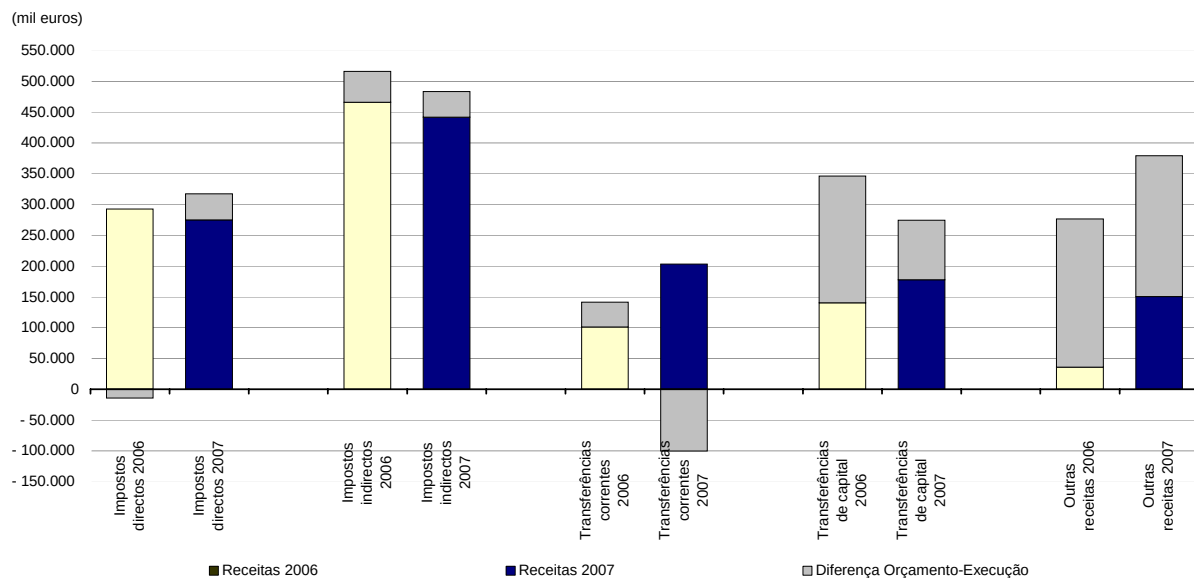
QUADRO 19 – RECEITAS EFECTIVAS (2006 – 2007)

(mil euros)

Designação	2006		2007		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Receitas correntes	893.429,5	86,2	953.956,4	84,0	60.526,9
Impostos directos	292.680,7	28,2	275.044,5	24,2	- 17.636,2
Impostos indirectos	466.223,9	45,0	441.789,6	38,9	- 24.434,2
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	3.882,2	0,4	5.760,7	0,5	1.878,6
Taxas, multas e outras penalidades	22.979,0	2,2	20.937,2	1,8	- 2.041,9
Rendimentos da propriedade	2.681,1	0,3	3.435,3	0,3	754,2
Transferências correntes	101.402,7	9,8	203.246,5	17,9	101.843,8
Venda de bens e serviços correntes	3.040,1	0,3	3.373,8	0,3	333,7
Outras receitas correntes	539,7	0,1	368,7	0,0	- 171,0
Receitas de capital	141.776,5	13,7	180.302,2	15,9	38.525,7
Venda de bens de investimento	123,1	0,0	751,4	0,1	628,3
Transferências de capital	140.478,1	13,6	177.977,1	15,7	37.499,0
Activos financeiros	1.175,2	0,1	1.573,6	0,1	398,4
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.437,9	0,1	887,9	0,1	- 550,1
Total	1.036.643,9	100,0	1.135.146,5	100,0	98.502,6

Nas receitas fiscais salienta-se que em 2006 concluíram-se as transferências relativas a acertos de anos anteriores, apurados no âmbito do grupo de trabalho. Conjuntamente com os dados conhecidos de 2008 e também relativos a acertos, foram especializados os acertos recebidos aos anos em que respeitaram tendo-se inferido uma manutenção das receitas fiscais arrecadadas face ao ano anterior (+0.1%), cerca de 652 mil euros.

GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2006 – 2007)



5.1. RECEITAS FISCAIS

A redução das taxas relativas aos impostos sobre o rendimento, a nova fórmula de cálculo do IVA a transferir para as Regiões Autónomas e o período inicial de recuperação nos processos de execução fiscal realizada pela Direcção Regional dos Assuntos Fiscais, sintetizam a evolução presenciada nas receitas fiscais nos últimos anos.

Em sede de IRC a alteração da taxa aplicável à matéria colectável para cálculo da colecta da Região Autónoma da Madeira passou a ser em 2007 de 22,5% ao invés dos 25% do ano anterior, para os sujeitos passivos sedeados fora da Região Autónoma da Madeira e que possuam estabelecimento estável nesta Região. Em sede de IRS e no ano de 2007, perante o ano de 2006, mantiveram-se os níveis de redução nas taxas aplicáveis aos diferentes escalões de rendimentos face à circunscrição fiscal Continente.

Por entidades, as receitas fiscais entregues em 2007 foram as seguintes:

- **Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público ... € 535 731 025,09**

Do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., anterior Direcção-Geral do Tesouro e Finanças são transferidas as cobranças relativas aos impostos directos na sua quase totalidade, o IVA, o Imposto de selo e os impostos rodoviários.

- **Gabinete do Representante da República para a Região € 41 707 000,00**

Do Gabinete do Representante da República para a Região adveio a compensação do IVA, que aqui é classificada consistentemente pela razão de ser transferida para compensar o hiato entre o valor transferido nos anos anteriores, calculado com base na capitação da população e os valores transferidos no decorrer do ano de 2007, já à luz da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas).

- **Direcção-Geral de Impostos € 16 416 189,31**

Da Direcção-Geral de Impostos, além do Imposto de jogo, são transferidas as cobranças coercivas dos diversos impostos.

- **Direcção Geral das Alfândegas € 122 979 910,35**

Da Direcção-Geral de Alfândegas e de Impostos Especiais sobre o Consumo 99,8% advieram dos impostos especiais sobre o consumo, nomeadamente ISP, Imposto automóvel/Imposto sobre veículos (a partir de Julho de 2007), Imposto de consumo sobre o tabaco e Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas.

5.1.1. IMPOSTOS DIRECTOS

No período em referência, de 2005 a 2007, os impostos directos mantiveram o peso na estrutura das receitas fiscais em cerca de 38% sendo a taxa de execução média anual de 101%, para a qual contribuíram a execução do IRC com a mencionada taxa nos 109% (QUADRO 21). Por impostos, mantiveram-se os respectivos pesos na estrutura das receitas fiscais, sendo que face ao total dos impostos directos existiu um ténue aumento de peso do IRS em contrapartida do IRC.

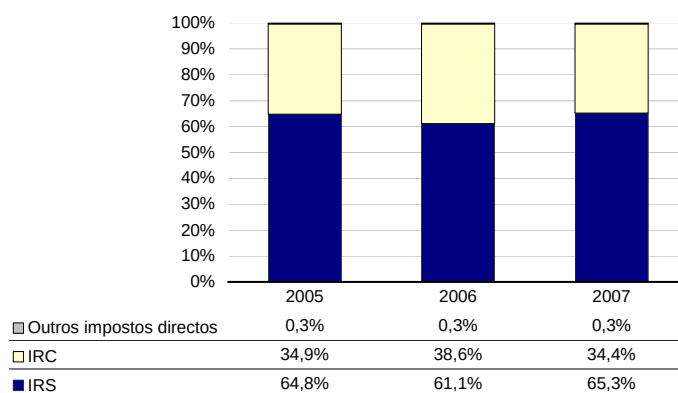
QUADRO 20 – IMPOSTOS DIRECTOS (2005-2007)

(mil euros)

Designação	2005		2006		2007	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS	181.405,9	109,6	178.889,3	90,3	179.482,6	93,9
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - IRC	97.624,1	130,9	112.927,0	142,2	94.641,7	75,5
Restantes impostos directos	899,7	79,2	864,5	86,4	920,2	127,8
Total	279.929,7	116,0	292.680,7	105,1	275.044,5	86,7

No cômputo dos impostos directos e considerando os acertos aos períodos a que dizem respeito, temos um crescimento de 14,8% em 2006 relativamente a 2005, e um decréscimo de 4,9% em 2007 comparativamente a 2006. Conforme se pode constatar pelo GRÁFICO 5, o IRS continua a assumir o maior peso em termos absolutos e relativos, no total dos *Impostos directos*.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRECTOS (2005-2007)



5.1.1.1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

As variações de 2005 para 2006 e de 2006 para 2007 são respectivamente -1,4% e mais 0,3% devido essencialmente aos factos indicados no ponto anterior.

O valor das cobranças coercivas em 2007 foi de aproximadamente 9,8 milhões de euros.

Estima-se que o IRS gerado pelas remunerações pagas aos funcionários públicos dos serviços integrados do Governo Regional ascendeu a 19,6 milhões de euros, cerca de 10,9% do total arrecadado.

A evolução menos acentuada do crescimento dos rendimentos das famílias, sobretudo em 2007, é uma das causas para o não crescimento mais intensivo neste imposto.

Imputando os acertos recebidos aos respectivos anos económicos, a evolução da arrecadação deste imposto regista uma taxa média anual de crescimento, no período de 2005 a 2007, de 6,9%.

5.1.1.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC)

O *Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas* totalizou 94,6 milhões de euros em 2007, denotando-se que neste imposto a execução de um ano resulta dos rendimentos gerados no ano anterior, quer pela autoliquidação quer pelos pagamentos por conta daí resultantes.

Neste imposto constata-se uma diminuição da receita no montante de 18,3 milhões de euros, ou seja, de -16,2% em relação a 2006, que pode ser explicado por:

- O ano de 2007 foi caracterizado pela reorientação do plano de investimentos dinamizado pelo Governo Regional da Madeira;
- Aumento dos custos dos factores de produção;
- Dispensa do envio do pedido de limitação dos pagamentos por conta, por via electrónica, a partir de 2007.

No *Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas*, foram cobrados coercivamente cerca de 4,8 milhões de euros.

No IRC e dado que em 2006, 2007 e 2008, foram acertados 3,5, 0,7 e -2,7 milhões de euros respectivamente respeitantes aos anos de 2005, 2006 e 2007, teríamos uma manutenção da arrecadação do IRC. De notar que apesar da redução da taxa de IRC praticada, a taxa média anual de crescimento de 2005 a 2007, com os acertos imputados ao período, foi de 0,3%.

5.1.2. IMPOSTOS INDIRECTOS

A arrecadação dos *Impostos indirectos* ascendeu a 441,8 milhões de euros em 2007, tendo apresentado uma taxa de execução de 90,3% face ao valor orçamentado. Pela observação do QUADRO 21 é possível verificar que esta taxa de execução foi a melhor do período 2005 – 2007. O comportamento dos impostos indirectos estão intrinsecamente relacionados quer pelas cobranças do IVA, quer pelo volume de acertos recebidos e relativos a períodos anteriores, e a anos diferentes dentro do período em análise.

Relativamente ao IVA, a fórmula de cálculo advinda da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas explica o não acompanhamento da arrecadação do IVA na Região Autónoma da Madeira, em relação ao crescimento do IVA apurado a nível nacional.

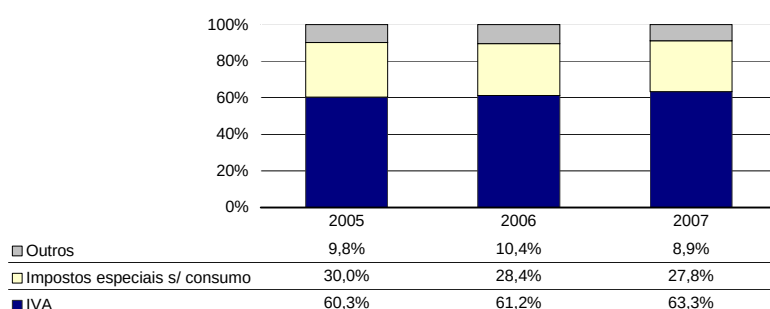
QUADRO 21 - IMPOSTOS INDIRECTOS (2005-2007)

(mil euros)

Designação	2005		2006		2007		
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Orçamento	Execução	Taxa Exec.
Imposto sobre os produtos petrolíferos	73.198,4	91,5	69.200,3	80,0	85.760,0	70.449,4	82,1
Imposto sobre o valor acrescentado	274.318,7	93,6	285.346,9	91,6	279.807,0	279.807,0	100,0
Imposto automóvel	24.391,4	96,4	24.121,1	92,1	24.560,0	20.662,5	84,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	25.018,1	73,6	25.247,9	84,2	25.600,0	24.284,5	94,9
Imposto sobre o álcool e as bebidas bebidas alcoólicas	13.779,4	86,1	13.817,7	92,1	14.950,0	7.372,9	49,3
Imposto do selo	43.020,3	89,6	47.295,8	107,2	50.730,0	37.699,8	74,3
Restantes impostos indirectos	1.382,0	19,7	1.194,1	39,8	2.000,0	1.513,4	75,7
Total	455.108,2	90,4	466.223,9	90,3	483.407,0	441.789,6	91,4

Nos *Impostos indirectos*, o IVA é o imposto mais significativo (63,3%), seguindo-se os *Impostos especiais sobre o consumo* (27,8%) e outros *impostos indirectos* (8,9%), conforme se pode visualizar pelo GRÁFICO 6. Denota-se no triénio um ligeiro reforço do IVA em detrimento dos *Impostos especiais sobre o consumo*. No entanto considerando a receita cobrada no período assiste-se a uma manutenção do peso do IVA nos *impostos indirectos* e um reforço dos *Outros impostos indirectos* em contrapartida dos *Impostos especiais sobre o consumo*.

GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRECTOS (2005-2007)



5.1.2.1. IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)

Em 2007, o ISP atingiu 57,4% do total dos *Impostos especiais sobre o consumo* e representou 15,9% dos *Impostos indirectos*. Este imposto registou um aumento de 1,8% em comparação com o ano económico anterior, e dada a actualização das taxas de ISP aplicáveis, que no caso do gasóleo não era actualizada desde 2004, presenciou-se uma diminuição nas quantidades consumidas.

A Portaria n.º 10/2007 de 31/01, estabeleceu as taxas de *Imposto sobre os produtos petrolíferos* (ISP) a vigorar a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

5.1.2.2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

O QUADRO 21 evidencia um aumento de 4% de 2005 para 2006 e uma diminuição de 1,9% de 2006 para 2007. Estas variações resultam dos seguintes acertos:

- Em 2005 foram recebidos acertos de capitação no valor de 47,4 mil euros relativos ao ano de 2004;
- Em 2007 foram recebidos acertos de capitação no valor de 3,5 milhões de euros relativos ao ano de 2005;
- Em 2008 foram recebidos acertos de capitação no valor de menos 3,7 milhões de euros relativos ao ano de 2006;
- Em 2008 foram recebidas Liquidações oficiosas no valor de 3,3 e de 1,9 milhões de euros respectivamente relativos aos anos de 2006 e 2007;

Imputando a receita ao período obteríamos respectivamente de 2005 para 2006 e de 2006 para 2007 variações de 1,3% e 0.1%.

De acordo com o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, “em caso algum poderá ser adoptado um modo de cálculo que origine um menor montante de receitas do que o auferido pelo regime vigente [capitação]”, compromisso corroborado pela redacção da alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro.

5.1.2.3. IMPOSTO AUTOMÓVEL (IA)

Em 2007 a receita do IA registou um decréscimo de 14,3% em relação a 2006, devido à evolução das unidades vendidas de automóveis novos. Representa, respectivamente, 16,8% e 4,7% dos *Impostos especiais sobre o consumo* e dos *Impostos indirectos* cobrados e continua a ser o terceiro imposto especial sobre o consumo mais significativo. O *Imposto automóvel* arrecadado, por local de cobrança, foi o seguinte:

- Continente 18,8 milhões de euros
- Madeira 1,9 milhões de euros

A partir de Julho de 2007 o Imposto automóvel foi abolido e substituído pelo Imposto sobre veículos, pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho.

5.1.2.4. IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)

A receita do *Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas* registou em 2007, em relação a 2006, um decréscimo de 46,6%. Contudo, a evolução foi influenciada pelo recebimento em 2005 e 2006 de valores de acertos de anos anteriores, respectivamente de 6,5 e de 6,6 milhões de euros referentes ao período de 2001 a 2002, e ao período 1998 a 2000. Imputando as receitas ao período a que respeitam, a evolução seria de menos 0,5% de 2005 para 2006 e de mais 2,3% de 2006 para 2007.

5.1.2.5. IMPOSTO DO SELO (IS)

A receita do *Imposto do selo* registou em 2007, face ao ano anterior, um decréscimo de 20,3% pelos valores recebidos, mas dado que foram recebidos acertos de valor considerável nos anos de 2005 e de 2006 respectivamente de 13,4 e de 13,1 milhões de euros referentes ao período de 2000 a 2002,

o comportamento de 2005 para 2006 seria de mais 15,7% e de 2006 para 2007 de mais 10,3%, realçando-se que na óptica da receita ao período foi o imposto que mais cresceu em termos médios anuais de 2005 a 2007 (+12,9%).

5.1.2.6. OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS

Nos impostos indirectos diversos incluem-se o *Imposto do jogo* (493,4 mil euros), os *Impostos rodoviários* (892,5 mil euros) e os *Impostos indirectos diversos* (127,0 mil euros), destacando-se por impostos e em relação ao ano anterior a melhor variação em termos relativos (+26.7%).

5.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

No QUADRO 22 é apresentada a evolução dos montantes transferidos para a Região Autónoma da Madeira, no período de 2005 a 2007, por natureza corrente e de capital, cuja análise é apresentada nos pontos seguintes.

QUADRO 22 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

(mil euros)								
Designação	2005		2006		2007		Variação 2007 / 2006	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Valor	%
TRANSFERENCIAS CORRENTES								
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS								
PUBLICAS	0,0	s/s	0,0	s/s	90.000,0	s/s	90.000,0	s/s
PRIVADAS	79,1	74,6	6,0	0,1	0,0	s/s	-6,0	-100,0
ADMINITRACAO CENTRAL								
ESTADO (OE)	91.063,8	81,7	91.061,6	73,3	97.767,0	109,5	6.705,4	7,4
SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	0,0	s/s	144,9	47,9	136,6	40,6	-8,2	-5,7
ADMINISTRACAO REGIONAL								
REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	0,7	s/s	1,1	5,7	37,3	s/s	36,2	3.343,2
SEGURANCA SOCIAL								
SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANCA SOCIAL	8.691,5	71,2	9.128,7	74,9	13.142,9	100,0	4.014,2	44,0
RESTO DO MUNDO								
UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	436,6	87,3	1.060,6	212,1	2.103,5	1.654,3	1.042,9	98,3
Total Transferências correntes	100.382,5	80,8	101.402,7	71,7	203.246,5	197,5	101.843,8	100,4
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL								
SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS								
PUBLICAS	0,0	s/s	0,1	s/s	60.000,0	s/s	59.999,9	45.028.042,6
PRIVADAS	75.028,9	75,0	25,5	s/s	0,3	0,0	-25,2	-98,9
ADMINISTRACAO CENTRAL								
ESTADO	113.827,0	67,3	99.247,7	64,0	97.056,1	88,6	-2.191,6	-2,2
ESTADO - PARTIC.PORTUGUESA PROJECTOS CO-FINANCIADOS	37,6	s/s	507,6	s/s	174,9	s/s	-332,6	-65,5
SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	0,0	s/s	0,0	s/s	88,9	s/s	88,9	s/s
RESTO DO MUNDO								
UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	42.161,8	19,7	40.697,2	21,3	20.656,9	20,7	-20.040,4	-49,2
Total Transferências de capital	231.144,3	47,8	140.478,1	40,6	177.977,1	64,8	37.499,0	26,7

5.2.1. TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO

As verbas transferidas para a RAM ascenderam a 194,6 milhões de euros no ano de 2007. Nesse montante incluem-se as provenientes do Orçamento do Estado ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, conforme se apresenta:

- *Custos de insularidade e desenvolvimento* – 162,9 milhões de euros; das quais em:
 - *Correntes* – 97,8 milhões de euros
 - *Capital* – 65,2 milhões de euros
- *Fundo de Coesão* – 31,7 milhões de euros.

De notar que em 2006 o Estado reteve o montante de 14,6 milhões de euros (registado na classificação económica *Custos de insularidade e desenvolvimento*, de capital), a título de penalização pelo alegado incumprimento do artigo 70.º da Lei do Orçamento de Estado, verba esta reposta à Região no decorrer do ano de 2007, na sequência da providência cautelar proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal. Por outro lado, foram transferidos 9,2 milhões de euros relativos a acertos dos anos de 1999 a 2003 e conforme alínea I) do artigo 109 da Lei 53-A/2006 de 29 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2007. Somando a reposição respeitante ao ano de 2006, subtraindo-a a 2007 e também o valor do acerto relativo ao período acima citado, a variação de 2006 para 2007 seria negativa em menos 34 milhões de euros, isto é menos 16,6%.

5.2.2. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA

As *Transferências correntes e de capital* provenientes da União Europeia, atingiram o valor de 22,8 milhões de euros. Apresentamos no QUADRO 23, por fundos comunitários, as verbas transferidas para os serviços integrados do Governo Regional da Madeira e que constituíram receita própria da Região.

QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Descrição	(mil euros)			
	Correntes	Capital	Total	%
FEDER	-	19.921,3	19.921,3	87,3
FEOGA	-	32,4	32,4	0,1
Fundo Social Europeu	2.085,2	359,5	2.444,7	10,7
IFOP	-	35,7	35,7	0,2
Outros programas comunitários	77,6	307,9	385,5	1,7
Total	2.162,8	20.656,9	22.819,6	100,0

5.2.3. OUTRAS TRANSFERÊNCIAS

As *Transferências de correntes e de capital de Sociedade e quase-sociedades não financeiras - Privadas*, explicam a variação das *Transferências de capital*. Com efeito, no ano económico de 2007 foram registadas transferências na ordem dos 150,0 milhões de euros, decorrentes do contrato celebrado com a PATRIRAM – Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

5.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

As outras receitas correntes e de capital têm um valor residual no total das receitas efectivas na receita atingindo em 2006 e 2007, respectivamente, 3,3% e 3,2%.

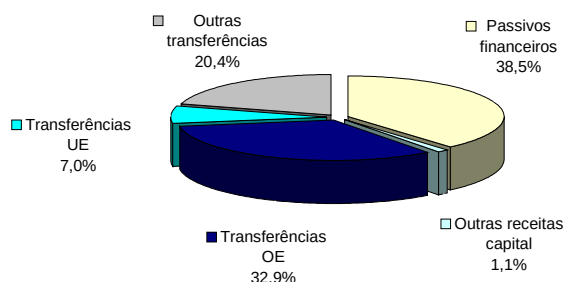
QUADRO 24 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	2006		2007		2006 - 2007	
	valor	%	valor	%	valor	%
Contribuições para a SS, a CGA e a ADSE:	3.882,2	11,3	5.760,7	15,9	1.878,6	48,4
Comparticipações para a ADSE	3.882,2	11,3	5.760,7	15,9	1.878,6	48,4
Taxas, multas e outras penalidades:	22.979,0	66,8	20.937,2	57,8	- 2.041,9	- 8,9
Taxas	13.108,4	38,1	9.561,7	26,4	- 3.546,8	- 27,1
Multas e outras penalidades	9.870,6	28,7	11.375,5	31,4	1.504,9	15,2
Rendimentos da propriedade:	2.681,1	7,8	3.435,3	9,5	754,2	28,1
Dividendos e part. nos lucros de sociedades financeiras	2.289,3	6,7	2.354,5	6,5	65,2	2,8
Outros	391,9	1,1	1.080,8	3,0	689,0	175,8
Venda de bens e serviços correntes:	3.040,1	8,8	3.373,8	9,3	333,7	11,0
Venda de bens	1.006,5	2,9	1.035,2	2,9	28,7	2,9
Serviços	1.683,2	4,9	1.995,3	5,5	312,1	18,5
Rendas	350,4	1,0	343,2	0,9	- 7,1	- 2,0
Outras receitas correntes:	539,7	1,6	368,7	1,0	- 171,0	- 31,7
Outras	539,7	1,6	368,7	1,0	- 171,0	- 31,7
Venda de bens de investimento	123,1	0,4	751,4	2,1	628,3	510,3
Activos financeiros	1.175,2	0,0	1.573,6	0,0	398,4	33,9
Total outras receitas correntes e de capital	34.420,5	100,0	36.200,8	100,0	1.780,4	5,2

Destaca-se a variação em Contribuições para a Segurança Social e a ADSE, provocado pelo aumento da taxa de desconto da ADSE, incidente sobre as remunerações.

As receitas arrecadadas em 2007 com natureza de capital estruturam-se do modo apresentado no GRÁFICO 7.

GRÁFICO 7 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL



5.4. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS

As receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos em anos anteriores, ou decorrentes de não terem sido utilizados na globalidade ou em parte pelas entidades que os receberam, ascenderam a 887,8 mil euros, menos 61,7% do que em 2006. Do QUADRO 25, destacam-se as variações ocorridas, em sentido lato na Secretaria Regional de Educação e em sentido relativo na Secretaria Regional dos Recursos Humanos.

QUADRO 25 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2006-2007)

(euros)		
Secretarias Regionais	2006	2007
Assembleia Legislativa da Madeira	-	-
Presidência do Governo Regional	1.636,87	1.557,24
Vice-Presidência do Governo Regional	23.497,70	65.943,17
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	5.163,87	23.395,30
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	4.195,49	13.633,25
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	-	-
Secretaria Regional Assuntos Sociais	212.729,63	108.466,90
Secretaria Regional de Educação	921.468,78	479.115,31
Secretaria Regional do Plano e Finanças	30.691,06	5.692,06
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	238.534,06	190.048,74
Total	1.437.917,46	887.851,97

6. DESPESA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em 2007, à semelhança dos anos anteriores, o processo de organização, elaboração e execução do Orçamento da Região decorreu à luz dos princípios e normas contemplados na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira. Com efeito, através do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Janeiro, foi aprovado o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2007, sendo dotados os Serviços da Administração Pública Regional dos meios financeiros necessários à prossecução das suas atribuições.

Em matéria de disciplina orçamental, continuou-se a adoptar uma política de rigor orçamental nas despesas com o funcionamento normal dos Serviços, para a qual contribuiu a aplicação da Resolução n.º 1642/2006, de 29 de Dezembro. De entre outras medidas adoptadas para a contenção das despesas públicas, o Conselho do Governo resolveu:

- Congelar em 10% as dotações orçamentais dos códigos de classificação económica 04.04 (transferências correntes para administração regional), excepto as que se referem às despesas com o pessoal dos serviços e fundos autónomos, e 08.04 (transferências de capital para administração regional);
- Congelar na totalidade as dotações relativas a *Equipamento de informática* (07.01.07) e *Software informático* (07.01.08), condicionando a sua utilização a regras específicas.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Fevereiro, veio estabelecer as regras necessárias à execução do Orçamento da Região para 2007, designadamente no que concerne a: Controlo das despesas; Utilização das dotações orçamentais; Regime duodecimal; Alterações orçamentais; Requisições de Fundos pelos Serviços e Fundos Autónomos; Fundos de maneo; Saldos de gerência; Prazos para autorização de despesas; Admissão ou contratação de pessoal; Condições específicas para a aquisição de determinados tipos de bens e serviços (veículos com motor, equipamento e aplicações informáticas) e para os contratos de locação financeira.

A Circular n.º 1/ORÇ/2007, de 27 de Fevereiro, complementou as instruções para a execução do Orçamento da Região para 2007.

Ainda no decorrer do ano de 2007, foram emitidas outras circulares, de âmbito orçamental, que visaram regulamentar os seguintes assuntos:

- Transição automática de processos de 2006 para o orçamento de 2007 — Circular n.º 2/ORÇ/2007;

- Cumprimento do regime jurídico de realização de despesas — Circular n.º 3/ORÇ/2007;
- Admissão e contratação de pessoal em 2007 — Circular n.º 4/ORÇ/2007;
- Processo das alterações orçamentais da competência do Governo Regional e sua tramitação — Circular n.º 5/ORÇ/2007;
- Instruções para o processamento de Vencimentos, do Abono para Falhas e dos impressos relativos ao Abono de Família — Circulares números 6/ORÇ/2007, 8/ORÇ/2007 e 9/ORÇ/2007.

Em 2007, registaram-se alterações orçamentais, sob a forma de abertura de créditos especiais, que originaram o aumento da dotação orçamental em 1 410,7 mil euros relativamente ao orçamento inicial. As alterações orçamentais relativas à utilização da dotação provisional e as respeitantes à gestão orçamental flexível⁵, pela natureza que revestem, não estão reflectidas na variação global da despesa orçamentada.

Classificação Orgânica	Descrição do programa	Valor (mil euros)
Vice-Presidência do Governo Regional	INCM – Emissão de passaportes electrónicos	280,0
S. R. Ambiente e Recursos Naturais	Acompanhamento, gestão e controlo das ajudas	185,5
S.R. Assuntos Sociais	Serviço Regional de protecção Civil	50,1
S. R. Plano e Finanças	Modernização e apetrechamento da PSP	895,1

As aberturas de crédito especiais traduziram-se na inscrição ou reforço das dotações orçamentais com compensação no aumento da previsão das receitas consignadas, nas classificações orçamentais que se indicam no quadro acima.

O valor orçamentado na *Dotação provisional* ascendeu a 29,6 milhões de euros, englobados na Secretaria Regional do Plano e Finanças: 19,6 milhões de euros classificados em *Outras despesas correntes* e 10,0 milhões de euros em *Outras despesas de capital*. Ao longo do ano, foram efectuadas transferências de verbas com contrapartida na dotação provisional, no valor global de 29,4 milhões de euros.

No ano de 2007, a execução orçamental das despesas ascendeu a 1 248,6 milhões de euros, constituindo 80,2% da dotação orçamental (QUADRO 26).

Os encargos suportados com *Passivos financeiros* ascenderam a 114,5 milhões de euros (99,8% da respectiva dotação orçamental), na sequência de uma operação de renegociação da dívida pública regional (substituição de um dos empréstimos obrigacionistas existente).

⁵ Alterações orçamentais resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, e do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Fevereiro.

QUADRO 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2007

(mil euros)

Descrição	Orçamento inicial	Orçamento final	Execução orçamental	Diferenças	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(1)	(5)=(3)-(2)
Despesas totais	1.556.270,9	1.557.681,5	1.248.565,4	1.410,7	- 309.116,1
Despesas efectivas	1.441.544,9	1.443.040,1	1.134.042,4	1.495,2	- 308.997,7
Passivos financeiros	114.725,9	114.641,4	114.523,0	- 84,5	- 118,4

Analisando a despesa efectiva, ou seja deduzindo os *Passivos financeiros* ao total da despesa (Vd. QUADRO 27), verifica-se que esta aumentou 9,5% em relação ao ano anterior.

As despesas totais afectas ao ano de 2007, que reflectem a evolução da receita, foram de 1 248,6 milhões de euros. Estas excedem em 7,1% as despesas realizadas em 2006 e em 13,8% as despesas de 2005. Contudo, deduzindo os *Passivos financeiros* às despesas de capital verifica-se um ligeiro aumento em relação às despesas realizadas em 2006 (0,9%), ainda que, este valor fique muito aquém da despesa afecta ao ano de 2005, o que resulta de nesse ano se ter encerrado o ciclo de programação a médio prazo (2001-2005) do Governo Regional e explica os elevados níveis de execução orçamental.

QUADRO 27 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFECTUADAS (2005-2007)

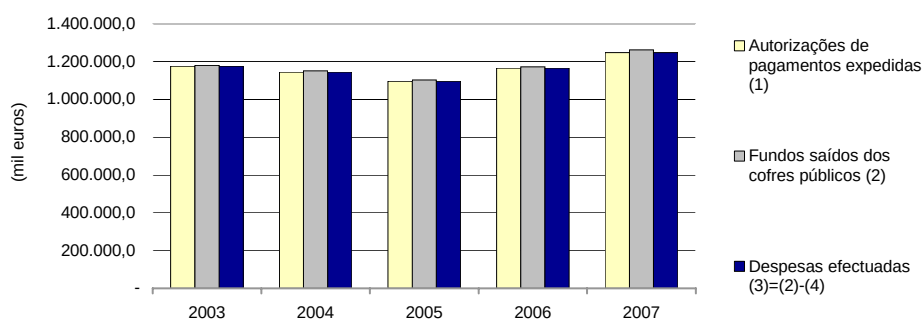
(mil euros)

Descrição	Em valor			Taxas de variação (%)	
	2005	2006	2007	2006 / 2005	2007 / 2006
Despesas correntes	755.877,9	794.048,8	890.316,0	5,0	12,1
Despesas de capital	340.923,6	372.203,1	358.249,4	9,2	- 3,7
Das quais: Passivos financeiros	1.329,4	130.677,5	114.523,0	9.729,5	- 12,4
Despesas totais	1.096.801,5	1.166.251,9	1.248.565,4	6,3	7,1
Despesas efectivas	1.095.472,1	1.035.574,4	1.134.042,4	- 5,5	9,5

No GRÁFICO 8 é apresentada a evolução dos montantes autorizados, bem como dos fundos saídos dos cofres da Região e da despesa realizada, de 2003 a 2007. Verifica-se que no ano económico de 2007, os fundos saídos dos cofres públicos ascenderam a 1 263,0 milhões de euros, dos quais 14,5 milhões de euros corresponderam a reposições abatidas nos pagamentos. As despesas caducadas foram de 3 173,29 euros.

As reposições abatidas nos pagamentos foram mais expressivas na Secretaria Regional do Plano e Finanças e na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais tendo ascendido a 11,8 milhões de euros e 2,6 milhões de euros, respectivamente (conforme anexo XXVII).

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS AUTORIZADAS E EFECTUADAS (2002-2007)



	(mil euros)				
Descrição	2003	2004	2005	2006	2007
Autorizações de pagamentos expedidas (1)	1.176.961,9	1.145.138,6	1.096.805,3	1.166.251,9	1.248.568,6
Fundos saídos dos cofres públicos (2)	1.180.178,3	1.151.912,2	1.103.414,2	1.173.283,7	1.263.042,7
Despesas efectuadas (3)=(2)-(4)	1.176.961,3	1.145.107,6	1.096.801,5	1.166.251,9	1.248.565,4
Reposições abatidas nos pagamentos (4)	3.217,0	6.804,6	6.612,7	7.031,8	14.477,3
Despesas por pagar (5)=(1)-(3)	0,6	31,0	3,8	-	3,2

em resultado da adopção do novo classificador de receitas e despesas (as operações extra-orçamentais deixaram de constar do orçamento dos serviços integrados).

Nos pontos seguintes irão ser analisadas, por classificação económica, orgânica e funcional, as alterações orçamentais ocorridas no ano económico de 2007, sendo confrontadas as dotações corrigidas com a correspondente execução orçamental. Por outro lado, será efectuada uma análise comparativa das despesas pagas em 2007 com o total do ano anterior.

6.1. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

As alterações orçamentais por via de abertura de créditos especiais foram de 1,4 milhões de euros, tendo sido reforçados essencialmente os agrupamentos económicos *Aquisição de bens de capital*, *Outras despesas correntes* e *Despesas com o pessoal*, que conjuntamente representam 94,8% do total, conforme se pode verificar pelo QUADRO 28.

QUADRO 28 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(mil euros)								
Descrição	Orçamento inicial	Alterações				Orçamento final	Execução Orçamental	Diferença Execução - Orçamento
		Natureza de que se revestem						
		Créditos especiais	Provisional	Transferências diversas*	TOTAL			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2)+(3)+(4)	(6)=(1)+(5)	(7)	(8) = (7)-(6)
Despesas correntes	940.618,0	467,3	- 7.550,5	90.934,0	83.850,8	1.024.468,8	890.316,0	- 134.152,8
Despesas com o pessoal	349.246,1	163,0	2.263,3	- 4.809,5	- 2.383,2	346.862,9	341.272,8	- 5.590,0
Aquisição de bens e serviços	83.062,5	23,0	3.771,1	101.807,9	105.602,0	188.664,6	110.003,3	- 78.661,3
Juros e outros encargos	34.755,9	-	2.517,4	101,6	2.619,0	37.374,9	37.224,7	- 150,2
Transferências correntes	443.024,3	1,3	3.023,2	- 16.449,7	- 13.425,1	429.599,1	392.595,7	- 37.003,4
Subsídios	10.176,7	-	-	10.249,8	10.249,8	20.426,5	8.130,2	- 12.296,2
Outras despesas correntes	20.352,4	280,0	- 19.125,4	33,8	- 18.811,6	1.540,8	1.089,2	- 451,7
Despesas de capital	615.652,9	943,4	7.550,5	- 90.934,0	- 82.440,1	533.212,8	358.249,4	- 174.963,3
Aquisição de bens de capital	364.604,5	894,6	16.050,9	- 78.042,0	- 61.096,5	303.508,0	161.751,9	- 141.756,1
Transferências de capital	95.044,8	48,8	835,2	- 1.124,6	- 240,6	94.804,2	62.847,1	- 31.957,1
Activos financeiros	31.239,4	-	700,0	- 11.682,9	- 10.982,9	20.256,5	19.127,5	- 1.129,0
Passivos financeiros	114.725,9	-	-	- 84,5	- 84,5	114.641,4	114.523,0	- 118,4
Outras despesas de capital	10.038,3	-	- 10.035,6	-	- 10.035,6	2,7	-	- 2,7
Total	1.556.270,9	1.410,7	-	-	1.410,7	1.557.681,5	1.248.565,4	- 309.116,1

* No âmbito do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril e nos termos do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Fevereiro.

Os reforços atribuídos por contrapartida da *Dotação provisional*, foram aplicados especialmente em:

- *Despesas com o pessoal* - no valor de +2,3 milhões de euros, 53,4% dos quais foram registados na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes;
- *Juros da dívida pública* – no valor de 2,5 milhões de euros orçamentados na totalidade na Secretaria Regional do Plano e Finanças;
- *Transferências correntes* – no valor de 3,0 milhões de euros registados na quase totalidade na Secretaria Regional de Educação;
- *Aquisição de bens e serviços* - no valor de +3,8 milhões de euros, 70,1% dos quais destinados às Secretarias Regionais dos Recursos Humanos, Plano e Finanças e Equipamento Social e Transportes;

- *Aquisição de bens de capital* - no valor de 16,1 milhões de euros, 85,1% dos quais registados na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, para a *Melhoria Acessibilidades Int. e Externas e Reforço da Mobilidade*.

O agrupamento económico *Aquisição de bens e serviços* foi aquele onde se registaram maiores reforços orçamentais o que decorre, essencialmente, dos compromissos assumidos no âmbito dos contratos de concessão da exploração e manutenção, em regime de serviço público, de exclusividade e de portagem sem cobrança aos utilizadores (SCUT), de diversos troços de estradas regionais.

As *Transferências correntes* para os Serviços e Fundos Autónomos, logo após as *Despesas com o pessoal*, assumem um peso preponderante no total das despesas correntes, em especial as transferências para o sector da Saúde. Com efeito, deduzindo os efeitos do sector da saúde no orçamento do ano económico de 2007, constata-se que o peso relativo das verbas inscritas em rubricas de despesas correntes aproxima-se do peso das despesas de capital. Do exposto, é evidente a importância que as despesas em bens de investimento continuam a representar no conjunto das despesas, em detrimento dos gastos correntes.

QUADRO 29 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2006-2007)

Designação	2006			2007			Variação 2007 - 2006	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	794.048,8	68,1	80,3	890.316,0	71,3	86,9	96.267,2	12,1
Despesas com o pessoal	340.581,8	29,2	98,8	341.272,8	27,3	98,4	691,1	0,2
Aquisição de bens e serviços	71.365,3	6,1	39,4	110.003,3	8,8	58,3	38.638,0	54,1
Juros e outros encargos	24.534,9	2,1	100,0	37.224,7	3,0	99,6	12.689,8	51,7
Transferências correntes	346.166,8	29,7	82,3	392.595,7	31,4	91,4	46.429,0	13,4
Subsídios	10.597,3	0,9	73,1	8.130,2	0,7	39,8	-2.467,0	- 23,3
Outras despesas correntes	802,8	0,1	25,7	1.089,2	0,1	70,7	286,4	35,7
Despesas de capital	372.203,1	31,9	65,2	358.249,4	28,7	67,2	- 13.953,7	- 3,7
Aquisição de bens de capital	153.818,2	13,2	49,6	161.751,9	13,0	53,3	7.933,7	5,2
Transferências de capital	77.732,2	6,7	78,1	62.847,1	5,0	66,3	-14.885,1	- 19,1
Activos financeiros	9.975,3	0,9	65,5	19.127,5	1,5	94,4	9.152,2	91,7
Passivos financeiros	130.677,5	11,2	91,0	114.523,0	9,2	99,9	-16.154,5	- 12,4
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.166.251,9	100,0	74,8	1.248.565,4	100,0	80,2	82.313,5	7,1

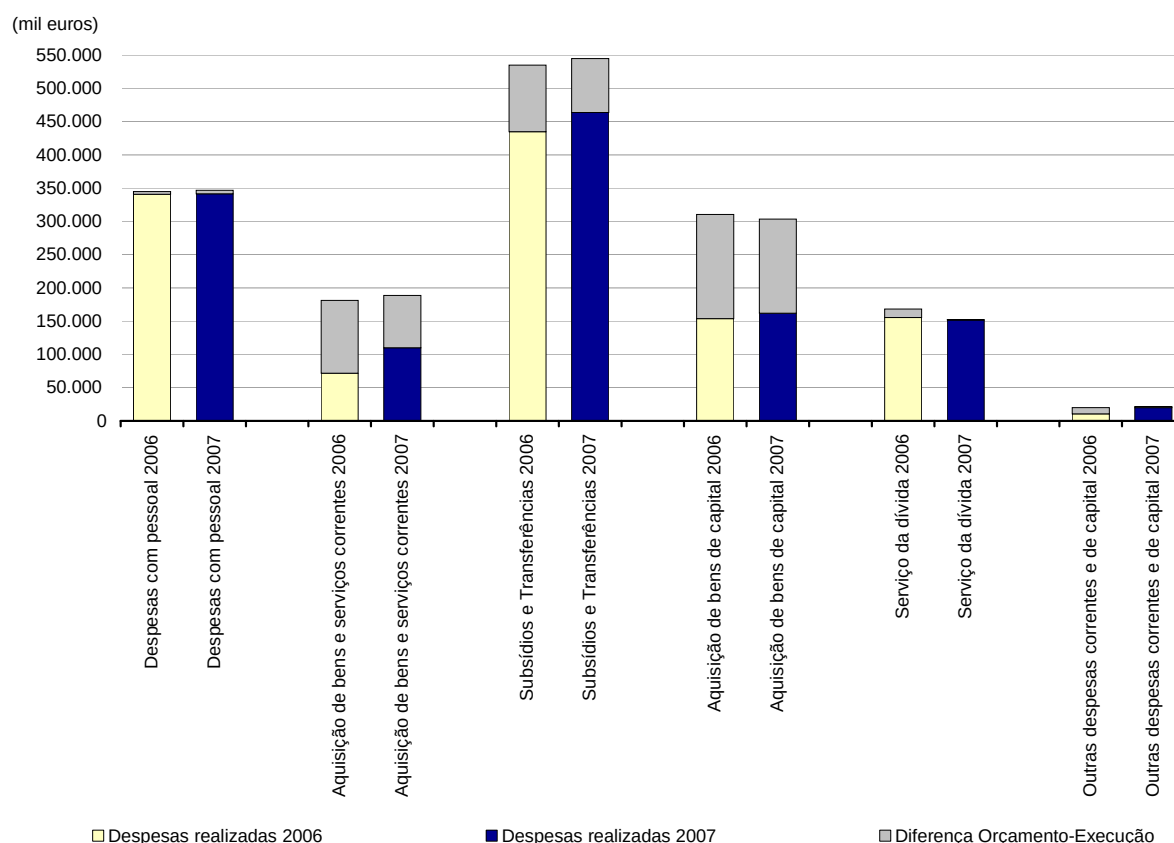
Conforme se pode verificar pelo QUADRO 29, as *Despesas com o pessoal* e as *Transferências correntes* representam 82,4% da totalidade das despesas correntes. Nas despesas de capital, as *Aquisições de bens de capital* representam 45,2% do total desses encargos e 66,4% das Despesas de capital deduzidas dos Passivos financeiros.

Em 2007, as despesas de capital efectivas, aumentaram ligeiramente, em relação ao ano anterior, devido ao acréscimo das despesas em *Aquisição de bens de capital* (+7,9 milhões de euros) e em

Activos financeiros (+9,2 milhões de euros). Paralelamente verifica-se a diminuição das verbas dispendidas em *Transferências de capital* (-14,9 milhões de euros).

O GRÁFICO 9 ilustra, por grandes agrupamentos económicos, a evolução da despesa realizada nos anos de 2006 e 2007, que são objecto de análise nos pontos seguintes.

GRÁFICO 9 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2006-2007)



Apesar do Orçamento Regional de 2007 apostar na contenção das despesas, de 2006 para 2007 os acréscimos da despesa são mais notórios na *Aquisição de bens e serviços* (devido aos encargos emergentes dos contratos de concessão da exploração e manutenção das Estradas Regionais serem registados neste agrupamento) e nas *Transferências correntes* (onde se incluem as transferências para os serviços da área da saúde). Os encargos com a dívida são semelhantes aos do ano anterior, dado que, o Governo Regional incorreu numa operação de substituição da dívida existente, no montante de 113,7 milhões de euros (Vd. 11 deste relatório), situação esta similar à ocorrida no ano de 2006.

6.1.1. DESPESAS COM O PESSOAL

Em 2007, o peso das *Despesas com o pessoal*, no total das despesas de funcionamento (38,8%) diminuiu face aos valores registados em 2006 (40,6%). Em termos absolutos, o aumento foi muito pouco significativo, ou seja, 0,2% o que reflecte o conjunto de medidas implementadas pelo Governo Regional no domínio dos recursos humanos da Administração Pública regional.

As *Despesas com pessoal*, por si só, representam cerca de 27,3% das despesas realizadas em 2007, tendo ascendido a 341,3 milhões de euros, conforme ilustrado no QUADRO 30.

QUADRO 30 – DESPESAS COM O PESSOAL (2006-2007)

(mil euros)								
Designação	2006			2007			Variação 2007 - 2006	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	291.518,3	85,6	99,4	294.735,5	86,4	98,9	3.217,2	1,1
Abonos variáveis ou eventuais	13.000,1	3,8	87,8	12.194,0	3,6	88,7	-806,1	- 6,2
Segurança social	36.063,4	10,6	99,1	34.343,4	10,1	97,5	-1.720,1	- 4,8
Total despesas com pessoal	340.581,8	100,0	98,8	341.272,8	100,0	98,4	691,1	0,2

O aumento das *Despesas com o pessoal* é explicado pela variação ocorrida ao nível dos sub-agrupamentos económicos 01.01_*Remunerações certas e permanentes*. A diminuição dos *Abonos variáveis ou eventuais* decorre essencialmente das medidas de contenção adoptadas pelo Governo Regional.

No âmbito das medidas de contenção destacam-se as instruções constantes do capítulo IX da Circular n.º 1/ORÇ/2007, de 27 de Fevereiro: “O trabalho extraordinário, em dias de descanso semanal, de descanso complementar e em feriados fica reduzido em 50% do trabalho verificado, em média, durante o ano 2000” e a Circular n.º 4/ORÇ/2007 que contém novas regras relativas à admissão e contratação de pessoal em 2007, tais como: “Regra do não aumento líquido de efectivos”, com excepção para o pessoal das carreiras específicas da saúde e da educação e da admissão de pessoal resultante da criação de novos serviços. Por outro lado, têm vindo a ser incentivados os mecanismos de mobilidade geral pelos diversos sectores da Administração Regional visando simplificações nas estruturas administrativas.

6.1.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A evolução da despesa com a *Aquisição de bens e serviços* em 2007 relaciona-se, no essencial, com os compromissos emergentes dos contratos de concessão celebrados entre o Governo Regional e a Vialitoral e a Viaexpresso, registados na rubrica *02.02.21 – Utilização de infra-estruturas de transportes*, de 2006 para 2007.

Conforme se pode apurar pelo QUADRO 31, o montante registado no agrupamento económico em apreço, deduzido dos pagamentos respeitantes à *Utilização de infra-estruturas de transportes*, aumenta apenas 2,8 milhões de euros, devido, essencialmente, ao peso da rubrica *Alimentação — Géneros para confeccionar e Alimentação — refeições confeccionadas*, despesas estas necessárias para assegurar um bom funcionamento das Escolas da RAM.

QUADRO 31 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2006-2007)

(mil euros)								
Designação	2006			2007			Variação 2007 - 2006	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Aquisição de bens	14.935,8	20,9	68,7	17.735,9	16,1	80,7	2.800,1	18,7
<u>Rubricas mais significativas:</u>								
Combustíveis e lubrificantes	1.455,1	2,0	83,3	1.790,4	1,6	86,5	335,4	23,0
Munições, explosivos e artifícios	1.538,5	2,2	90,5	1.599,1	1,5	87,4	60,6	3,9
Alimentação — Refeições confeccionadas	844,9	1,2	111,3	1.431,5	1,3	70,5	586,6	69,4
Alimentação — Géneros para confeccionar	4.227,2	5,9	89,4	4.958,3	4,5	87,7	731,1	17,3
Outros bens	1.906,8	2,7	71,7	1.970,7	1,8	73,5	63,8	3,3
Aquisição de serviços	56.429,4	79,1	35,4	92.267,4	83,9	55,4	35.838,0	63,5
<u>Rubricas mais significativas:</u>								
Encargos das instalações	5.036,9	7,1	74,1	5.300,3	4,8	69,3	263,3	5,2
Conservação de bens	2.211,1	3,1	73,4	2.631,0	2,4	74,7	419,9	19,0
Locação de edifícios	3.019,9	4,2	98,2	2.996,4	2,7	81,7	-23,5	- 0,8
Comunicações	2.894,4	4,1	60,2	3.112,2	2,8	60,0	217,8	7,5
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	8.605,8	12,1	29,1	5.137,2	4,7	31,6	-3.468,5	- 40,3
Utilização de infra-estruturas de transportes	13.821,4	19,4	56,8	49.211,1	44,7	55,7	35.389,8	256,1
Total Aquisição de bens e serviços	71.365,3	100,0	39,4	110.003,3	100,0	58,3	38.638,0	54,1

Na *Aquisição de bens*, destacam-se ainda as despesas afectas a *combustíveis e lubrificantes*. Relativamente à *Aquisição de serviços*, saliente-se a importância das classificações económicas *Encargos das Instalações* e *Estudos, pareceres, projectos e consultadoria*, onde se incluem os encargos respeitantes à elaboração de projectos de empreitadas de obras públicas e às assessorias à fiscalização, despesas estas que têm um carácter infra-estruturante.

De facto, muito embora estes encargos tenham uma natureza corrente, 69,4% dos mesmos estão afectos a projectos de investimento do Governo Regional, correspondendo a despesas necessárias à concretização desses investimentos. Refira-se que a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes assume 51,9% do total destas despesas.

6.1.3. SUBSÍDIOS

O Governo Regional tem seguido uma política de atribuir apenas apoios devidamente justificáveis por razões de equidade e justiça social, conforme se pode comprovar pela informação constante do QUADRO 32.

QUADRO 32 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2007

(mil euros)		
Descrição	Valor	%
Sistema de gestão transportes	3.775,2	46,4
Indemnizações compensatórias para as empresas do sector dos transportes, incluídas no orçamento da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, com vista a garantir níveis de preços sociais ao utilizador, inferiores aos custos dos transportes públicos colectivos urbanos e interurbanos.		
Pólo Científico e Tecnológico da Madeira - Madeira Tecnopólo, S.A.	339,9	4,2
Desenvolvimento de projectos de destinados ao fomento da utilização de computadores e da Internet - projectos:		
Uma família um computador	190,2	
Um computador para todos	149,6	
IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.	1.811,7	22,3
Apoio compensatório à habitação com fins sociais		
Modernização e diversificação da economia rural	1.547,4	19,0
Acções de apoio à agricultura madeirense	1.046,4	
Apoios à exploração do CARAM, EPE	501,0	
Outros apoios concedidos	656,1	8,1
Incentivos para o aproveitamento de energia sector residencial (DRCIE)	147,3	
Contratos-programa de apoio a instituições na área da juventude	7,5	
Integração profissional de deficientes (DREER)	79,5	
Apoio à frota pesqueira e indústria - DRP	421,7	
Total subsídios	8.130,2	100,0

Realça-se que, 46,4% dos montantes despendidos estiveram a cargo da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, devido à importância relativa dos gastos com indemnizações compensatórias atribuídas às empresas de transportes colectivos urbanos e interurbanos de passageiros, para manutenção de tarifas sociais. Em 2007 foram ainda atribuídos, pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, apoios no âmbito do *apoio compensatório à habitação com fins sociais* (1,8 milhões de euros).

O montante despendido pelo Governo Regional em *Subsídios*, no ano económico em apreço, assume um peso residual no total das despesas realizadas (0,6%), perspectivando-se uma redução das despesas desta natureza para os anos subsequentes.

6.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

O aumento das transferências correntes no período 2006-2007 decorreu do aumento do valor das transferências para os Serviços e Fundos Autónomos.

QUADRO 33 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFECTUADAS, 2007

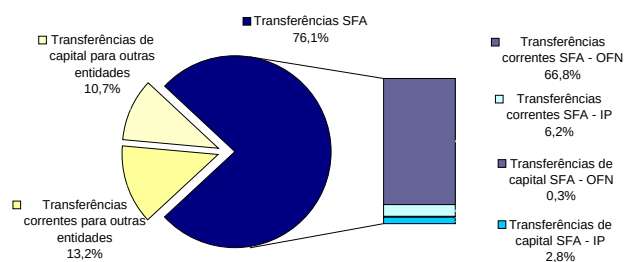
(mil euros)

	Transferências correntes			Transferências de capital			Transferências Totais		
	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	8.955,8	12.777,5	21.733,3	139,6	5.304,7	5.444,3	9.095,4	18.082,2	27.177,6
Sociedades financeiras	1.455,1	-	1.455,1	-	-	-	1.455,1	-	1.455,1
Administração central	-	7,0	7,0	-	6.534,6	6.534,6	-	6.541,6	6.541,6
Administração regional	305.402,3	28.218,0	333.620,4	1.541,9	12.662,9	14.204,8	306.944,2	40.881,0	347.825,2
RAM - Cartórios e Conservatórias	1.000,6	-	1.000,6	-	-	-	1.000,6	-	1.000,6
Serviços e Fundos Autónomos	304.401,8	28.218,0	332.619,8	1.541,9	12.662,9	14.204,8	305.943,7	40.881,0	346.824,6
Administração local	-	47,8	47,8	-	35.241,4	35.241,4	-	35.289,3	35.289,3
Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições sem fins lucrativos	24.331,8	8.328,9	32.660,8	14,7	1.395,0	1.409,7	24.346,5	9.723,9	34.070,4
Famílias	2.161,4	883,8	3.045,2	1,0	11,2	12,2	2.162,4	895,0	3.057,4
Resto do mundo	-	26,1	26,1	-	-	-	-	26,1	26,1
TOTAL	342.306,5	50.289,2	392.595,7	1.697,2	61.149,9	62.847,1	344.003,7	111.439,1	455.442,8

Verifica-se pelo QUADRO 33 que 86,2% do total das transferências têm natureza corrente, 87,2% das quais inscritas em rubricas do orçamento de funcionamento normal. Por outro lado, 24,5% dos montantes transferidos incluem-se nos investimentos do Plano, sendo 54,9% desse valor destinado a financiar as despesas de capital inerentes aos projectos.

O GRÁFICO 10 ilustra a estrutura das transferências do Governo Regional para as diferentes entidades, sendo evidente o peso que as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos assumem no total.

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2007



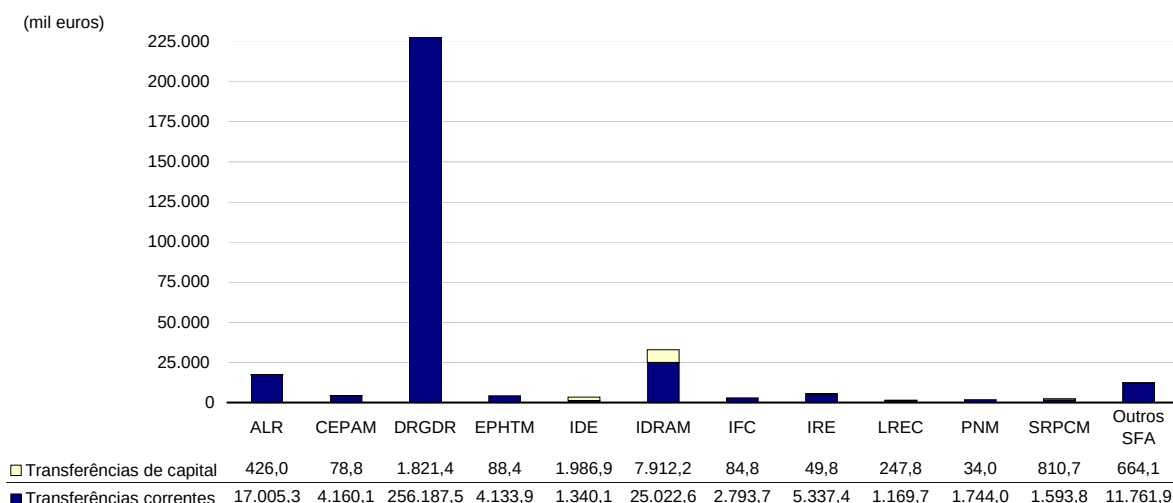
6.1.4.1. TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

As *Transferências correntes e de capital* para os Serviços e Fundos Autónomos, num total de 346,8 milhões de euros, representam 76,2% das despesas desta natureza, superiores em 13,2% às registadas no ano económico de 2006, devido, essencialmente, ao aumento das transferências para:

- Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos (DRGDR) – mais 35,9 milhões de euros do que em 2006, reflexo da reestruturação no sector da saúde;
- Instituto do Desporto da RAM (IDRAM) – mais 2,6 milhões de euros do que em 2006.

No GRÁFICO 11 sobressaem os serviços acima assinalados.

GRÁFICO 11 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2007



Acresce mencionar que, do montante transferido para a DRGDR, cerca de 178,8 milhões de euros (69,3%) destinaram-se ao Serviço Regional de Saúde, EPE, de forma a serem prosseguidas as suas atribuições de financiamento, contratação e pagamento das prestações de cuidados de saúde integrados no Sistema Regional de Saúde.

6.1.4.2. TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

As importâncias transferidas em 2007 para as demais entidades, excluindo Serviços e Fundos Autónomos, representam 23,8% do total das *Transferências correntes e de capital*. Saliente-se, em especial, as *Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, a *Administração local* e as *Instituições*

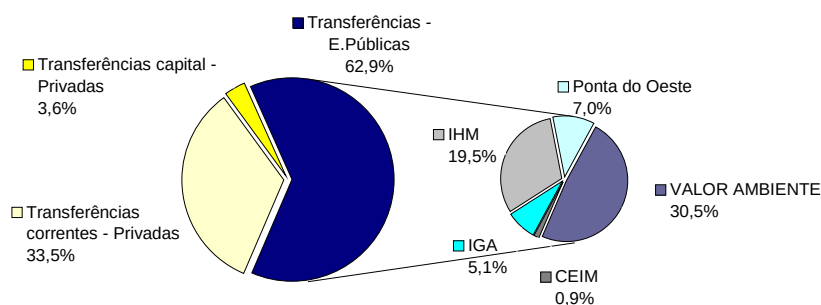
sem fins lucrativos, que beneficiaram em 2007 de 6,0%, 7,7% e 7,5% do total das transferências do Governo Regional, respectivamente.

QUADRO 34 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2007

Cl.Org.	Designação	Valor (mil euros)	%
VP	Modernização e inovação empresarial <i>CEIM - Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.</i>	251,8	0,9
SRES	Variante Este à vila da Ribeira Brava - DRE <i>Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.</i>	1.893,2	7,0
SRES	Novo navio de ligação ao Porto Santo <i>Porto Santo Line, Lda</i>	301,8	1,1
SRE	Comparticipações financeiras para creches e estabelecimentos de educação pré-escolar <i>Creches e Jardins Infância, Externatos, outros</i>	8.955,8	33,0
SRE	Apoio à construção e reapetrechamento de escolas particulares <i>Escolas Particulares</i>	527,1	1,9
	Promoção directa e indirecta de habitação social:	5.303,9	19,5
SRPF	Apoio a Municípios	1.205,3	4,4
	Apoio ao financiamento	2.786,5	10,3
	Apoio a particulares - Arrendamento privado <i>IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.</i>	1.312,1	4,8
	Sistema de gestão de resíduos sólidos:	8.275,6	30,5
SRA	Programa de equilíbrio do sistema	1.341,3	4,9
	Exploração do sistema <i>Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.</i>	6.934,3	25,5
	Apoio, reforço, melhoria do sistema de captação, adução e tratamento de água:	1.377,4	5,1
SRA	Apoio reforço e melhoria do sistema de captação, adução e tratamento de água	369,1	1,4
	Medidas de combate aos períodos de seca <i>IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.</i>	1.008,2	3,7
SRA	Apoio, promoção, medidas protecção das aves marinhas em Portugal <i>Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves</i>	26,8	0,1
	Apoios à agricultura madeirense	31,1	0,1
SRA	Ações de Apoio à Agricultura Madeirense	26,6	0,1
	Participação em certames e promoção de produtos regionais <i>AJAM, AJAMPS e Outras</i>	4,5	0,0
SRA	Cooperação Técnica e Científica com o CEDE - Conselho Europeu do Direito do Ambiente	81,5	0,3
	Subtotal	27.026,0	99,4
	Outras transferências correntes e de capital <i>Entidades diversas</i>	151,6	0,6
	Total 04.01 e 08.01 _ Transferências correntes e de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	27.177,6	100,0

No QUADRO 34 são discriminados os montantes das transferências correntes e de capital para as *Sociedades e quase-sociedades não financeiras* (sub-agrupamentos económicos 04.01 e 04.02), sendo a respectiva distribuição apresentada no GRÁFICO 12.

GRÁFICO 12 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2007



6.1.4.3. TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES

As transferências para as Autarquias da RAM, num total de 35,3 milhões de euros incluídos no capítulo 50 – investimentos do Plano da Secretaria Regional do Plano e Finanças, correspondem à comparticipação do Governo Regional no financiamento de obras realizadas nos diversos municípios da Região, no âmbito de contratos-programa celebrados.

Sublinhe-se ainda que foram transferidas em 2007 para *Instituições sem fins lucrativos* verbas no valor de 34,1 milhões de euros, mais 16,2% do que no ano anterior. De referir que 71,5% das transferências para estas entidades têm natureza corrente.

Nos Anexos IX e XI a este relatório consta informação mais pormenorizada acerca das *Transferências correntes e de capital para Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, administração central, regional e local, instituições sem fins lucrativos, famílias e resto do mundo.

6.1.5. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

As verbas despendidas com a *Aquisição de bens de capital* no ano económico de 2007 foram de 161,8 milhões de euros, mais 7,9 milhões de euros do que as inerentes ao ano de 2006. A Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes realizou 65,3% desse montante o que deve-se ao facto da realização das principais obras do Governo Regional encontrarem-se sob a responsabilidade desta Secretaria.

Seguiu-se a Secretaria Regional do Plano e Finanças com 30,9 milhões de euros e a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 18,7 milhões de euros.

6.1.6. ACTIVOS FINANCEIROS

Em 2007, as despesas em *Activos Financeiros* excederam em 9,2 milhões de euros as despesas do ano anterior, devido a operações financeiras com a aquisição de títulos (acções e outras participações) e com a concessão de empréstimos. Estas despesas distribuem-se do modo apresentado no QUADRO 35, representando apenas 1,5% do total da despesa executada no ano.

QUADRO 35 - ACTIVOS FINANCEIROS (2007)

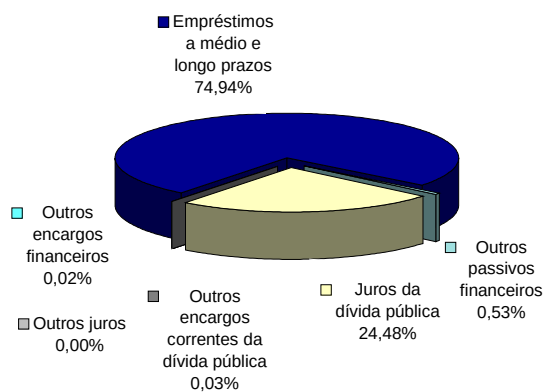
(mil euros)					
Entidade	Empréstimos a curto prazo	Empréstimos a médio e longo prazos	Acções e outras participações	Activos financeiros	%
APRAM - Administração dos Portos da RAM, S.A.	-	-	5.950,0	5.950,0	31,1
CARAM - Centro de Abate da RAM, EPE	-	-	625,0	625,0	3,3
Empresa Jornal da Madeira, Lda.	-	3.800,0	-	3.800,0	19,9
PATRIRAM - Titularidade e gestão de património público regional, S.A.	-	-	900,0	900,0	4,7
Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.	-	515,0	-	515,0	2,7
RAMEDM Estradas da Madeira, S.A.	-	-	1.500,0	1.500,0	7,8
SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	-	-	2.940,0	2.940,0	15,4
SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	-	-	1.935,0	1.935,0	10,1
SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	-	-	365,8	365,8	1,9
Total Activos Financeiros	596,71	4.315,0	14.215,8	19.127,5	100,0

A Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes executou mais de 39% do valor indicado, seguindo-se a Vice-Presidência com 30,1%. O remanescente ficou a cargo das Secretarias Regionais dos Recursos Humanos, do Ambiente e Recursos Naturais e do Plano e Finanças.

6.1.7. SERVIÇO DA DÍVIDA

As verbas despendidas em 2007 com a amortização de empréstimos e respectivos encargos financeiros totalizaram cerca de 151,7 milhões de euros, representando 12,1% do total da despesa. O GRÁFICO 13 ilustra a estrutura dos encargos com a dívida regional, no ano económico em apreço.

GRÁFICO 13 – SERVIÇO DA DÍVIDA, 2007



Em relação ao ano anterior, os gastos desta natureza sofreram uma ligeira diminuição ainda que tenha ocorrido, igualmente, uma operação de substituição da dívida realizada. No ponto 11 deste relatório é apresentada uma descrição pormenorizada das operações relacionadas com a Dívida da Região Autónoma da Madeira.

6.2. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

O orçamento final da RAM de 2007 superou o inicialmente aprovado em 1 410,7 mil euros, por força da receita extraordinária que determinou a abertura de créditos especiais nas Secretarias Regionais do Ambiente e Recursos Naturais, do Plano e Finanças, dos Assuntos Sociais e da Vice-Presidência do Governo Regional. Nos demais departamentos do Governo Regional, com exceção da Assembleia Legislativa da Madeira e da Presidência do Governo Regional que não registaram qualquer alteração ao nível do valor global dos valores orçamentados, as diferenças entre o orçamento final e o inicial decorreram, da utilização da *dotação provisional* para efeitos de reforço das dotações de despesa.

Conforme se pode verificar no QUADRO 36, as alterações orçamentais mais significativas ocorreram nas Secretarias Regionais do Plano e Finanças e do Equipamento Social e Transportes.

QUADRO 36 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

(mil euros)

Descrição	Orçamento inicial	Alterações			Orçamento final	Execução Orçamental	Diferença Execução - Orçamento
		Natureza de que se revestem					
		Créditos especiais	Provisional	TOTAL			
	(1)	(2)	(3)	(4) = (2)+(3)	(5)=(1)+(4)	(6)	(7) = (6)-(5)
Assembleia Legislativa da Madeira	17.573,3	-	-	-	17.573,3	17.431,2	- 142,0
Presidência do Governo Regional	2.065,1	-	-	-	2.065,1	1.440,6	- 624,5
Vice-Presidência do Governo Regional	28.059,4	280,0	251,3	531,3	28.590,7	19.853,1	- 8.737,6
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	16.094,6	-	1.815,2	1.815,2	17.909,9	16.738,8	- 1.171,0
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	30.794,5	-	886,0	886,0	31.680,5	25.067,0	- 6.613,6
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	344.559,4	-	15.576,7	15.576,7	360.136,1	188.911,3	- 171.224,8
Secretaria Regional Assuntos Sociais	308.499,8	50,1	54,3	104,4	308.604,2	270.679,3	- 37.924,9
Secretaria Regional de Educação	382.393,7	-	4.287,7	4.287,7	386.681,5	368.283,2	- 18.398,3
Secretaria Regional do Plano e Finanças	302.126,0	895,1	- 22.871,3	- 21.976,2	280.149,8	254.890,7	- 25.259,1
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	124.105,0	185,5	-	185,5	124.290,5	85.270,1	- 39.020,4
Total	1.556.270,9	1.410,7	-	1.410,7	1.557.681,5	1.248.565,4	- 309.116,1

A variação negativa ocorrida no orçamento da Secretaria Regional do Plano e Finanças decorre das anulações da *Dotação provisional* (-22,9 milhões de euros), que tiveram por contrapartida reforços nos orçamentos de outras Secretarias, nomeadamente:

- Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes (+15,6 milhões de euros);
- Secretaria Regional de Educação (+4,3 milhões de euros);
- Secretaria Regional dos Recursos Humanos (+1,8 milhões de euros)

- Secretaria Regional do Turismo e Cultura (+0,9 milhões de euros)
- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (+,05 milhões de euros) e
- Vice-Presidência do Governo Regional (+0,3 milhões de euros).

Comparando os valores do orçamento inicial e final as variações positivas mais significativas ocorreram nos seguintes agrupamentos orgânicos:

- Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes (+15,6 milhões de euros) - Os reforços foram efectuados na totalidade pela dotação provisional e destinaram-se maioritariamente (91,3%) às classificações orçamentais afectas a investimentos do Plano, mais concretamente à medida *Melhoria de acessibilidades internas e externas e reforço da mobilidade*. Os demais reforços foram efectuados no Gabinete do Secretário para efeitos de reforço de rubricas afectas a *despesas com o pessoal*.
- Secretaria Regional de Educação (+4,3 milhões de euros) — Do valor reforçado 3,5 milhões de euros destinaram-se a rubricas de natureza corrente, afectas ao funcionamento normal dos serviços, mais concretamente 2,9 milhões de euros para *Transferências correntes*, 0,4 milhões de euros para *Aquisição de serviços* e 0,1 milhões de euros para *outras despesas correntes*. A verba remanescente, 0,8 milhões de euros reverteu para *Apoio construção, remodelação e apetrechamento de estabelecimentos de ensino da rede privada – DRPRE*;
- Secretaria Regional dos Recursos Humanos (+1,8 milhões de euros) — Os reforços destinaram-se na totalidade a rubricas afectas ao Capítulo 01, destacando-se o peso dos reforços para *Aquisição de serviços* (+1,1 milhões de euros).
- Secretaria Regional do Turismo e Cultura (+0,9 milhões de euros) — As verbas reforçadas por conta da dotação provisional, destinaram-se proporcionalmente ao funcionamento (0,44 milhões de euros) e aos investimentos do Plano (0,45 milhões de euros). Nos investimentos do Plano os reforços destinaram-se ao *Arquivo Regional* (DRAC) e às *Iluminações decorativas* (DRT).

Na Vice-Presidência do Governo Regional as variações globais de 0,5 milhões de euros derivaram da abertura de créditos especiais (+0,3 milhões de euros) decorrentes da emissão de passaportes electrónicos e de reforços pela dotação provisional (251,3 mil euros).

Na Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais o aumento da dotação resultou apenas do reforço de verbas através da abertura de créditos especiais no valor de 0,2 milhões de euros, para efeitos de *Acompanhamento, gestão e controlo das ajudas*.

Por último, na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, as aberturas de créditos especiais (50,1 mil euros) estiveram consignadas ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros e o reforço de verbas pela dotação provisional destinou-se à *aquisição de serviços*.

No QUADRO 37 é comparada a execução orçamental da despesa no ano económico de 2007 com o ano económico anterior, em cada um dos Departamentos do Governo Regional, sendo apresentadas as respectivas taxas de execução orçamental e peso relativo.

QUADRO 37 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

(mil euros)

Designação	2006			2007			Variação 2007 - 2006	
	Valor	Estrutura	Taxa Exec	Valor	Estrutura	Taxa Exec	Valor	%
Assembleia Legislativa Regional	17.355,1	1,5	98,0	17.431,2	1,4	99,2	76,1	,4
Presidência do Governo Regional	1.990,1	,2	76,9	1.440,6	,1	69,8	-549,5	-27,6
Vice-Presidência do Governo Regional	17.969,9	1,5	71,3	19.853,1	1,6	69,4	1.883,2	10,5
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	15.942,4	1,4	90,5	16.738,8	1,3	93,5	796,4	5,0
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	23.026,9	2,0	73,7	25.067,0	2,0	79,1	2.040,1	8,9
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	162.931,0	14,0	44,2	188.911,3	15,1	52,5	25.980,3	15,9
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	237.363,1	20,4	79,1	270.679,3	21,7	87,7	33.316,2	14,0
Secretaria Regional de Educação	358.635,0	30,8	95,3	368.283,2	29,5	95,2	9.648,1	2,7
Secretaria Regional do Plano e Finanças	249.296,1	21,4	84,9	254.890,7	20,4	91,0	5.594,6	2,2
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	81.742,1	7,0	64,7	85.270,1	6,8	68,6	3.528,0	4,3
Total	1.166.251,9	100,0	74,8	1.248.565,4	100,0	80,2	82.313,5	7,1

Em 2007, tal como em 2006, os departamentos do Governo Regional que assumem maior relevo em termos de despesa realizada, são as Secretarias Regionais da Educação, do Plano e Finanças e dos Assuntos Sociais (totalizam 71,6% da despesa realizada em 2007). No que respeita à taxa de execução, a Assembleia Legislativa da Madeira, a Secretaria Regional de Educação – a par do ano anterior – e a Secretaria Regional dos Recursos Humanos, constituíram os agrupamentos orgânicos que registaram uma maior aproximação entre a despesa realizada e a dotação orçamental final.

De notar que, de 2006 para 2007, os acréscimos de despesa realizada foram mais significativos na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes (+15,9%), na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (+14,0%) e na Vice-Presidência do Governo Regional (+10,5%). Apenas a Presidência do Governo Regional apresentou uma execução orçamental inferior à do ano anterior devido à transferência dos serviços afectos ao Notário do Governo Regional para a Vice-Presidência do Governo Regional.

No ponto 8 deste relatório apresentamos uma análise pormenorizada da execução orçamental de cada um dos Departamentos do Governo Regional, destacando os projectos de investimento de maior relevo. Nesse ponto incluímos os valores consolidados de cada Secretaria Regional com os Serviços e Fundos Autónomos da respectiva tutela.

6.3. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

As alterações orçamentais ocorreram, essencialmente, por via dos reforços com contrapartida na *Dotação provisional*, conforme se pode verificar pelo QUADRO 38. Constatase que, em termos globais, todas as classificações funcionais sofreram um aumento com excepção das *Outras funções*, cuja dotação disponível diminuiu devido à utilização da dotação provisional para reforço das verbas afectas às *Funções sociais* (+7,5 milhões de euros), às *Funções económicas* (+17,9 milhões de euros), às *Funções gerais de soberania* (1,5 milhões de euros) e às *Operações da dívida pública* (+2,5 milhões de euros).

QUADRO 38 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

							(mil euros)
Descrição	Orçamento inicial	Alterações			Orçamento final	Execução Orçamental	Diferença Execução - Orçamento
		Natureza de que se revestem					
		Créditos especiais	Provisional	TOTAL			
	(1)	(2)	(3)	(4) = (2)+(3)	(5)=(1)+(4)	(6)	(7) = (6)-(5)
Funções gerais de soberania:	73.377,3	1.225,2	1.488,5	2.713,7	76.090,9	66.844,8	-9.246,1
Serviços gerais da administração pública	62.649,4	1.175,1	1.401,6	2.576,7	65.226,1	58.333,8	-6.892,3
Segurança e ordem públicas	10.727,9	50,1	86,9	136,9	10.864,8	8.511,0	-2.353,8
Funções sociais:	974.879,3	-	7.490,8	7.490,8	982.370,0	805.090,1	-177.279,9
Educação	418.113,9	-	4.287,7	4.287,7	422.401,6	370.493,6	-51.908,0
Saúde	319.523,8	-	54,3	54,3	319.578,1	273.670,3	-45.907,9
Habituação e serviços colectivos	147.708,2	-	2.742,0	2.742,0	150.450,2	93.202,9	-57.247,3
Serviços culturais, recreativos e religiosos	89.533,4	-	406,7	406,7	89.940,1	67.723,3	-22.216,8
Funções económicas:	328.924,2	185,5	17.896,3	18.081,8	347.006,0	224.912,0	-122.094,0
Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca	63.952,1	185,5	-	185,5	64.137,6	52.675,1	-11.462,5
Indústria e energia	4.082,1	-	-	-	4.082,1	2.176,4	-1.905,7
Transportes e comunicações	207.124,5	-	15.576,7	15.576,7	222.701,2	126.703,6	-95.997,7
Comércio e turismo	39.138,9	-	479,4	479,4	39.618,3	27.834,0	-11.784,3
Outras funções económicas	14.626,6	-	1.840,2	1.840,2	16.466,8	15.522,9	-943,9
Outras funções:	179.090,1	-	- 26.875,5	- 26.875,5	152.214,6	151.718,5	-496,1
Operações da dívida pública	149.469,3	-	2.517,4	2.517,4	151.986,7	151.718,5	-268,2
Diversas não especificadas	29.620,8	-	- 29.392,9	- 29.392,9	227,9	-	-227,9
Total	1.556.270,9	1.410,7	-	1.410,7	1.557.681,5	1.248.565,4	-309.116,1

Os reforços de maior valor verificaram-se nas dotações orçamentais afectas às *Funções económicas* (+18,1 milhões de euros). A subfunção *Transportes e comunicações* explica esta variação (+15,6 milhões de euros), tendo também sido reforçadas as subfunções *Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca* (+0,2 milhões de euros), *Comércio e turismo* (+0,5 milhões de euros) e *Outras funções económicas* (+1,8 milhões de euros).

As dotações afectas às *Funções sociais*, aumentaram 7,5 milhões de euros, destacando-se os acréscimos ao nível da *Educação* (+4,3 milhões de euros) e da *Habituação e serviços colectivos* (+2,7

milhões de euros). Estas despesas assinalaram um crescimento significativo em relação a 2006, em termos absolutos e relativos.

No que respeita às *Funções gerais de soberania*, as respectivas dotações orçamentais aumentaram em 2,7 milhões de euros, por via da abertura de créditos especiais (+1,2 milhões de euros) e da dotação provisional (+1,5 milhões de euros). A subfunção *Serviços gerais de soberania* explica esta variação quase na totalidade, tendo as verbas inscritas aumentado 2,6 milhões de euros em relação à dotação aprovada.

Os encargos despendidos em *Funções económicas* aumentaram 15,6% em relação a 2006. Em 2007 estas despesas totalizaram apenas 18,0% do total da despesa. Atendendo à execução orçamental, conclui-se que as despesas afectas à classificação *Funções económicas* apresentaram a menor taxa de execução (Vd. QUADRO 39), dadas as prioridades definidas e as restrições orçamentais impostas.

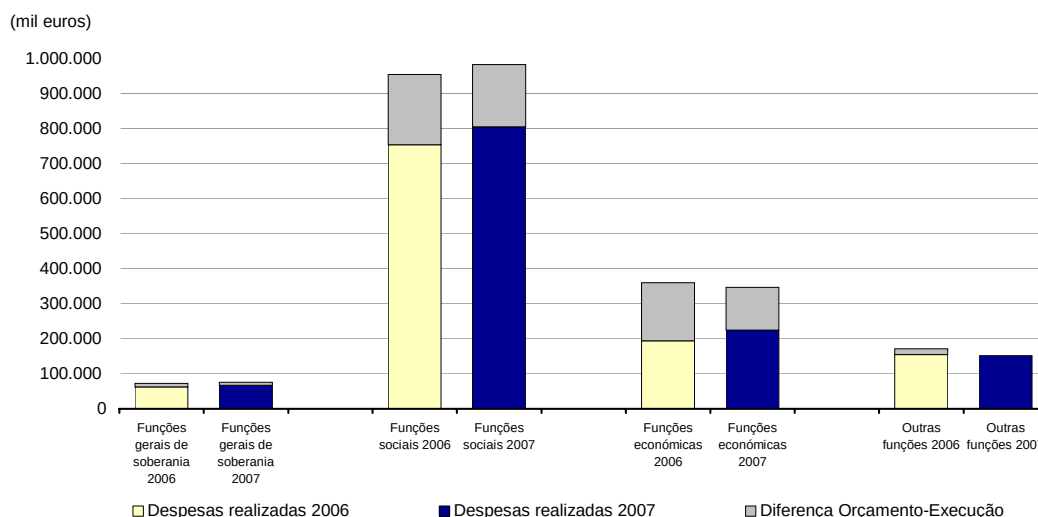
QUADRO 39 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2006-2007)

Designação	2006			2007			Variação 2007 - 2006	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Funções gerais de soberania:	62.835,5	5,4	85,9	66.844,8	5,4	87,8	4.009,3	6,4
Serviços gerais da administração pública	57.310,7	4,9	90,1	58.333,8	4,7	89,4	1.023,1	1,8
Segurança e ordem públicas	5.524,8	,5	58,0	8.511,0	,7	78,3	2.986,2	54,1
Funções sociais:	753.586,0	64,6	79,0	805.090,1	64,5	82,0	51.504,2	6,8
Educação	363.237,3	31,1	88,7	370.493,6	29,7	87,7	7.256,3	2,0
Saúde	252.893,7	21,7	77,7	273.670,3	21,9	85,6	20.776,5	8,2
Habituação e serviços colectivos	74.420,6	6,4	58,5	93.202,9	7,5	61,9	18.782,3	25,2
Serviços culturais, recreativos e religiosos	63.034,3	5,4	69,0	67.723,3	5,4	75,3	4.689,1	7,4
Funções económicas:	194.620,9	16,7	54,0	224.912,0	18,0	64,8	30.291,1	15,6
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	54.644,0	4,7	81,3	52.675,1	4,2	82,1	-1.968,9	-3,6
Indústria e energia	2.050,1	,2	64,5	2.176,4	,2	53,3	126,3	6,2
Transportes e comunicações	98.492,2	8,4	41,6	126.703,6	10,1	56,9	28.211,3	28,6
Comércio e turismo	23.007,8	2,0	66,6	27.834,0	2,2	70,3	4.826,3	21,0
Outras funções económicas	16.426,8	1,4	90,6	15.522,9	1,2	94,3	-903,9	-5,5
Outras funções:	155.209,5	13,3	90,3	151.718,5	12,2	99,7	-3.491,0	-2,2
Operações da dívida pública	155.209,5	13,3	92,3	151.718,5	12,2	99,8	-3.491,0	-2,2
Diversas não especificadas							-	
Total	1.166.251,9	100,0	74,8	1.248.565,4	100,0	80,2	82.313,5	7,1

Os dados constantes do GRÁFICO 14 espelham a orientação estratégica traçada pelo Governo Regional, em que a vertente social assume uma importância cada vez mais notória. Com efeito, as

despesas afectas às *Funções sociais* atingiram valores máximos em termos absolutos e relativos, representando cerca de 64,5% do total dos recursos despendidos no ano de 2007.

GRÁFICO 14 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2006-2007)



6.3.1. FUNÇÕES SOCIAIS

As verbas orientadas para as *Funções sociais* continuam a destacar-se no cômputo total, e a apresentar taxas de crescimento positivas quando comparadas com o ano anterior. De referir que cerca de 25,0% deste total foram inscritos em rubricas dos investimentos do Plano concretizadas essencialmente através das Secretarias Regionais do Equipamento Social e Transportes e da Educação, respectivamente com 44,5% e 19,1% desse montante. Atendendo à classificação económica, destacam-se os gastos em *Transferências correntes* com 346,6 milhões de euros e as *Despesas com o pessoal* com 276,5 milhões de euros.

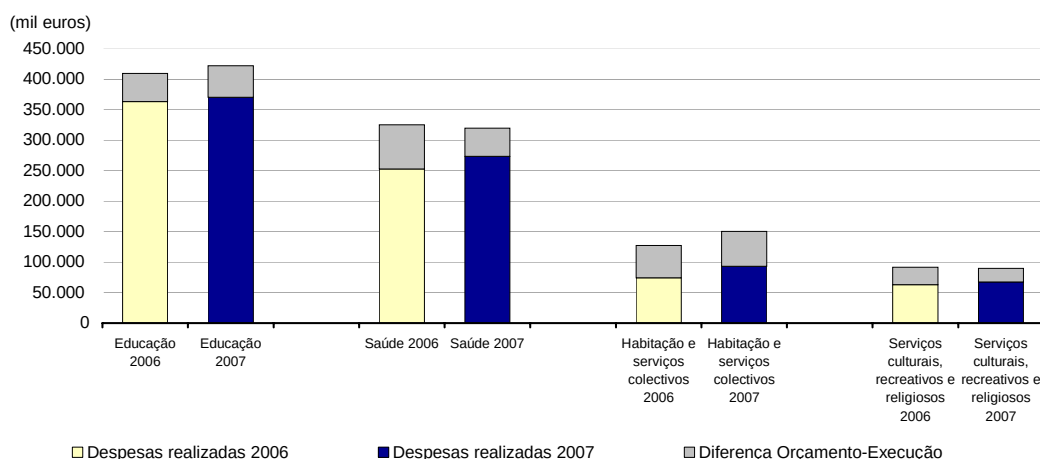
A *Educação* com 370,5 milhões de euros é a subfunção com maior expressão, representando cerca de 46,0% da execução total ao nível das *Funções sociais*. De 2006 para 2007, as despesas inerentes a esta subfunção aumentaram 2,0%. De notar que, do total despendido, 90,5% foi prosseguido através da *Secretaria Regional de Educação*.

Segue-se a subfunção *Saúde* que registou no ano económico em apreço um aumento de 8,2% em relação a 2006. Constata-se que 264,5 milhões de euros do total despendido esteve afecto à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e maioritariamente através do agrupamento das *Transferências correntes*.

Para a *Habituação e serviços colectivos*, foram pagas despesas no montante de 93,2 milhões de euros, ou seja, +25,2% do que no ano anterior, sendo as Secretarias Regionais do Plano e Finanças, do Ambiente e Recursos Naturais e do Equipamento Social e Transportes responsáveis pela execução destas despesas. Por classificação económica salienta-se o peso das despesas com *Aquisição de bens de capital* (65,1 milhões de euros, isto é, 69,8%).

Nos *Serviços culturais, recreativos e religiosos*, que totalizaram os 67,7 milhões de euros, a parte destinada a investimentos do Plano foi de 75,2% do total da subfunção. Do valor total, 32,9 milhões de euros estiveram afectos à Secretaria Regional de Educação, 24,0 milhões de euros à Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes e 9 milhões de euros à Secretaria Regional do Turismo e Cultura. As verbas remanescentes estiveram afectas à Secretaria Regional do Plano e Finanças e à Secretaria Regional dos Recursos Humanos. Atendendo à natureza da despesa, por classificação económica, destacam-se as verbas realizadas com *Aquisição de bens de capital* (25,8 milhões de euros), *Transferências correntes* (25,9 milhões de euros) e *Transferências de capital* (8,1 milhões de euros).

GRÁFICO 15 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2006-2007



Pelo GRÁFICO 15 podemos concluir acerca da importância relativa das diversas sub-funções e da respectiva execução nos anos económicos de 2007 e 2006.

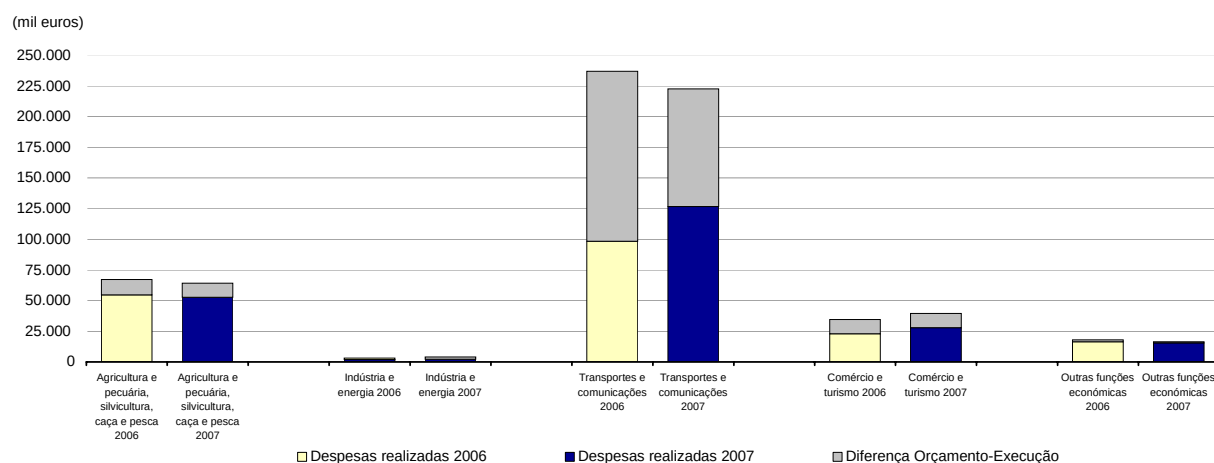
6.3.2. FUNÇÕES ECONÓMICAS

Nas *Funções económicas*, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes continua a assumir a maior importância relativa (34,1%), seguindo-se a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais e a Secretaria Regional do Plano e Finanças. Por classificação económica,

constata-se que cerca de 83,3 milhões de euros foram despendidos em *Despesas de capital* e o remanescente em *Despesas correntes* (141,6 milhões de euros). O GRÁFICO 16 ilustra o peso relativo dos diversos agregados incluídos nas *Funções económicas*, e a respectiva execução nos anos económicos de 2007 e 2006.

As despesas com *Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca* representam 23,4% do total da classificação funcional em apreço, tendo a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais executado a totalidade dessas despesas.

GRÁFICO 16 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2006-2007



Nos *Transportes e comunicações*, as despesas registadas aumentaram 28,6% de 2006 para 2007. O peso relativo destes encargos no total da despesa aumentou de 8,4% em 2006 para 10,1% em 2007. A Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes foi a entidade do Governo Regional que realizou grande parte destas despesas, em especial inerentes aos investimentos do Plano, seguindo-se a Secretaria Regional do Plano e Finanças com despesas no valor de 32,6 milhões de euros.

As despesas incluídas em *Comércio e turismo* totalizaram 27,8 milhões de euros (2,2% do total da despesa), com uma taxa de execução de 70,3%. A Secretaria Regional do Turismo e Cultura foi responsável por 16,1 milhões de euros desse montante, a Vice-Presidência por 9,0 milhões de euros e a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais por 2,7 milhões de euros. Do montante total executado 77,1% reverteu a favor de programas e projectos incluídos nos investimentos do Plano. Estes indicadores ilustram a importância que o Governo Regional continua a atribuir a um sector vital para a economia madeirense, tendo realizado investimentos importantes, designadamente através das Sociedades de Desenvolvimento.

7. INVESTIMENTOS DO PLANO

Em 2007 as despesas afectas a investimentos do Plano — capítulo 50 do Orçamento da Região— foram de 372,6 milhões de euros. Considerando os programas e projectos incluídos no PIDDAR de 2007, a execução global foi de 385,0 milhões de euros, distribuídos pelos seguintes departamentos do Governo Regional (QUADRO 40).

QUADRO 40 - PIDDAR POR DEPARTAMENTOS - FONTES DE FINANCIAMENTO

(Un.: Euros)

DEPARTAMENTOS	FINANCIAMENTO PÚBLICO		FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
TOTAL	347.956.031	90,4	37 009 723	9,6	384.965.754
VICE-PRESIDÊNCIA	10.569.878	79,4	2 743 160	20,6	13.313.038
RECURSOS HUMANOS	1.966.393	37,9	3 221 329	62,1	5.187.722
TURISMO E CULTURA	15.106.207	87,3	2 203 968	12,7	17.310.175
EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES	161.489.442	93,6	10 957 378	6,4	172.446.820
ASSUNTOS SOCIAIS	6.005.913	94,9	319 601	5,1	6.325.514
EDUCAÇÃO	32.560.344	77,2	9 589 784	22,8	42.150.128
PLANO E FINANÇAS	75.329.564	98,1	1 481 664	1,9	76.811.228
AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	44.928.290	87,4	6 492 839	12,6	51.421.129

Da verba global afecta ao PIDDAR, 313,2 milhões de euros tiveram financiamento regional (81,4%) e 37,0 milhões de euros foram financiados através da União Europeia.

Ao nível do capítulo 50, da despesa global realizada, 311,4 milhões de euros tiveram origem em financiamento regional e 26,4 milhões de euros provieram de financiamento comunitário (Anexo XIV).

As verbas provenientes da União Europeia tiveram maior relevância na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, na Secretaria Regional de Educação e na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

A distribuição das verbas por áreas programas é apresentada no QUADRO 41. Analisando essa informação juntamente com o Anexo XIV, destacam-se as verbas despendidas com as *Infra-estruturas e equipamentos colectivos* (167,4 milhões de euros), com a *Gestão do Ambiente e do Património Natural* (49,0 milhões de euros), com o *Desenvolvimento Territorial Equilibrado* (56,7 milhões de euros) e com o *Desporto e Juventude* (19,3 milhões de euros).

Património Natural (49,0 milhões de euros), com o *Desenvolvimento Territorial Equilibrado* (56,7 milhões de euros) e com o *Desporto e Juventude* (19,3 milhões de euros).

QUADRO 41 - PIDDAR 2007 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PROGRAMAS

(Un.: Euros)

PROGRAMAS	FINANCIAMENTO REGIONAL		FINANCIAMENTO NACIONAL		FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
TOTAL	313 235 196	81,4	34 720 835	9,0	37 009 723	9,6	384 965 754
INOVAÇÃO E QUALIDADE	1 587 798	64,0	-		892 231	36,0	2 480 029
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	760 260	50,0	-		760 260	50,0	1 520 520
GESTÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO NATURAL	39 591 808	80,7	4 608 835	9,4	4 837 398	9,9	49 038 041
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	1 833 389	16,0	584 777	5,1	9 033 839	78,9	11 452 005
DESporto E JUVENTUDE	19 311 827	100,0	-		0	0,0	19 311 827
EMPREGO E TRABALHO	1 180 637	27,2	-		3 155 504	72,8	4 336 141
SAÚDE	2 045 651	87,8	-		283 998	12,2	2 329 649
INTEGRAÇÃO E EQUIDADE SOCIAL	275 356	100,0	-		-		275 356
HABITAÇÃO E REALOJAMENTO	7 115 594	100,0	-		-		7 115 594
CULTURA E PATRIMÓNIO	5 363 159	49,1	3 658 056	33,5	1 892 629	17,3	10 913 844
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO	51 831 170	91,4	4 600 945	8,1	270 969	0,5	56 703 084
TURISMO	11 793 908	91,3	-		1 125 006	8,7	12 918 914
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	14 567 449	95,5	-		688 469	4,5	15 255 918
PESCAS E AQUICULTURA	1 544 795	51,5	148 130	4,9	1 306 327	43,6	2 999 252
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	4 821 644	62,1	-		2 948 056	37,9	7 769 700
ENERGIA	384 929	92,2	-		32 680	7,8	417 609
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	139 954 865	83,6	21 045 159	12,6	6 443 989	3,8	167 444 013
APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO	6 734 263	87,7	70 850	0,9	874 567	11,4	7 679 680
COOPERAÇÃO	2 536 694	50,7	4 083	0,1	2 463 801	49,2	5 004 578

O QUADRO 42 evidencia a evolução das despesas afectas ao Capítulo 50, desde 2002, a preços correntes e a preços constantes e as respectivas taxas de variação anual. Em 2007, constata-se o aumento de 13,1% das despesas realizadas com investimentos do Plano em comparação com 2006.

QUADRO 42 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2002-2007)

(mil euros)

Anos	Preços correntes	Variação anual %	Preços de 2002	Variação anual %
2002	360.528,1	12,3	360.528,1	8,5
2003	303.217,3	-15,9	294.385,7	-18,3
2004	518.996,0	71,2	490.155,3	66,5
2005	412.025,1	-20,6	378.898,5	-22,7
2006	329.345,2	-20,1	295.191,0	-22,1
2007	372.606,7	13,1	329.355,2	11,6

7.1. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

No QUADRO 43 constam os montantes, efectivamente pagos, afectos aos investimentos do Plano em 2006 e 2007, por agrupamentos da classificação económica, bem como, a variação absoluta e relativa ocorrida nesses anos.

QUADRO 43 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(mil euros)

Designação	2006			2007			Variação 2007-2006	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
Despesas correntes	96.891,2	29,4	46,0	136.351,5	36,6	61,4	39.460,3	40,7
Despesas com pessoal	947,0	0,3	52,0	1.680,4	0,5	77,7	733,4	77,4
Aquisição de bens e serviços correntes	42.722,0	13,0	31,1	76.257,7	20,5	52,8	33.535,7	78,5
Encargos correntes da dívida	1,04	0,0	96,3	0,0	-	-	- 1,0	- 100,0
Transferências correntes	43.488,6	13,2	75,1	50.289,2	13,5	91,1	6.800,6	15,6
Subsídios	9.541,4	2,9	71,1	8.122,7	2,2	39,8	- 1.418,6	- 14,9
Outras despesas correntes	191,2	0,1	92,3	1,5	0,0	38,5	- 189,7	- 99,2
Despesas de capital	232.454,0	70,6	56,2	236.255,2	63,4	57,8	3.801,2	1,6
Aquisição de bens de capital	151.510,4	46,0	49,4	159.777,8	42,9	53,2	8.267,4	5,5
Transferências de capital	75.168,3	22,8	78,2	61.149,9	16,4	66,4	- 14.018,4	- 18,6
Activos financeiros	5.775,3	1,8	52,4	15.327,5	4,1	93,1	9.552,2	165,4
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das despesas	329.345,2	100,0	52,7	372.606,7	100,0	59,0	43.261,5	13,1

Verifica-se que em 2007, o total das despesas afectas aos investimentos do Plano aumentou 43,3 milhões de euros (+13,1%), reflexo do aumento verificado nas *Despesas Correntes* (+40,7%) incluídas neste capítulo. Este aumento foi essencialmente induzido pelo agrupamento *Aquisição de bens e serviços* (+78,5%) – nomeadamente do sub-agrupamento *Aquisição de serviços* que aumentou 86,8%, para um peso de 93,8% no total deste agrupamento.

As *Transferências correntes* registaram um aumento de 15,6%. Nestas incluem-se as transferências da Administração Regional, para os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) responsáveis por 56,1% do total das despesas realizadas.

Verificou-se também um aumento, apesar de pouco significativo das *Despesas de capital* (+1,6%), essencialmente induzido pelos agrupamentos: i) *Activos financeiros* apesar do acréscimo no período em análise, têm um peso reduzido na estrutura das Despesas de capital (4,1%); e ii) *Aquisição de*

bens de capital que continuaram, a par de 2006, a ter um peso relativo superior a 40%, tendo em 2007, aumentado 5,5%.

Em 2007, foi interrompida a continuação da tendência de diminuição das *Despesas de capital*, ocorrida nos anos anteriores. Em 2006 apresentaram um peso de 70,6% no total da estrutura das despesas dos investimentos do plano, tendo-se verificado nesse ano um diminuição de 29,4% face aos valores de 2005. Em 2007, em contra ciclo as despesas tiveram um aumento de 1,6 pontos percentuais, representando +3,8 milhões de euros.

Os *Activos financeiros* aumentaram 9,6 milhões de euros de 2006 para 2007. Esse aumento resultou da realização do capital social da ANAM, S.A., da RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A., e da PATRIRAM.

Os *Subsídios* diminuíram em 2007, 14,9% relativamente ao ano de 2006, tendo esta retracção se verificado essencialmente por via dos apoios concedidos pela Secretaria Regional de Educação que diminuíram 87,1%. Nesse ano de 2006, o peso dos *Subsídios* na estrutura das *Despesas correntes*, havia aumentado 61,3% relativamente ao ano precedente (de 2005), representando um aumento mais que proporcional ao aumento do seu peso na estrutura das *Despesas correntes*.

7.2. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

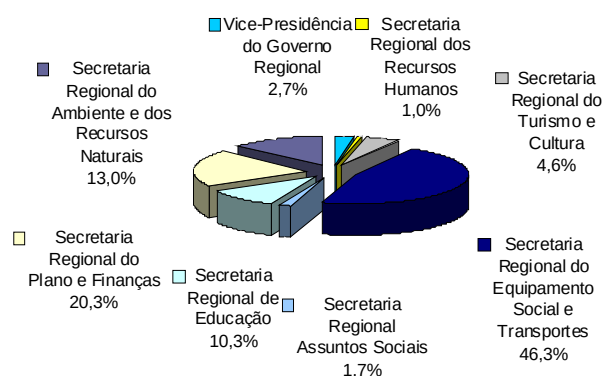
No QUADRO 44 é efectuada uma análise da evolução das despesas efectuadas com os investimentos do Plano, por departamentos, nos anos de 2006 e 2007.

QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2006-2007)

Designação	(mil euros)							
	2006			2007			Variação 2007-2006	
	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
Vice-Presidência do Governo Regional	8.878,4	2,7	59,1	10.002,3	2,7	55,7	1.123,9	12,7
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	3.772,7	1,1	86,3	3.895,0	1,0	89,2	122,3	3,2
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	15.686,8	4,8	66,8	17.307,3	4,6	73,4	1.620,5	10,3
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	142.967,8	43,4	41,4	172.364,1	46,3	50,4	29.396,4	20,6
Secretaria Regional Assuntos Sociais	7.310,5	2,2	61,4	6.324,0	1,7	46,8	- 986,5	- 13,5
Secretaria Regional de Educação	39.343,1	11,9	86,7	38.446,6	10,3	84,0	- 896,5	- 2,3
Secretaria Regional do Plano e Finanças	66.960,1	20,3	72,8	75.741,9	20,3	76,9	8.781,7	13,1
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	44.425,7	13,5	51,1	48.525,4	13,0	56,9	4.099,7	9,2
Total	329.345,2	100,0	52,7	372.606,7	100,0	59,0	43.261,5	13,1

Pela análise conjunta do QUADRO 44 e do GRÁFICO 17 observa-se que em 2007, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, as Secretarias Regionais com maior volume de despesas de investimento realizadas foram, por ordem de grandeza a do *Equipamento Social e Transportes*, do *Plano e Finanças*, do *Ambiente e Recursos Naturais* e da *Educação*.

GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2007, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA



No ponto 8 deste relatório apresentamos os projectos de investimentos executados por cada um dos Departamentos do Governo Regional de maior relevo.

7.3. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

No QUADRO 45 é apresentada a distribuição das despesas com investimentos do Plano, por classificação funcional, nos anos de 2006 e 2007, informação esta respeitante aos níveis de execução e das variações ocorridas – em termos absolutos e relativos.

QUADRO 45 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES

(mil euros)

Designação	2006			2007			Variação 2007-2006	
	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
Funções gerais de soberania	6.850,3	2,1	56,0	10.405,7	2,8	65,7	3.555,4	51,9
Serviços gerais da administração pública	5.485,0	1,7	73,1	6.502,8	1,7	65,2	1.017,8	18,6
Segurança e ordem públicas	1.365,3	0,4	28,8	3.902,9	1,0	66,5	2.537,6	185,9
	-	-	-	-	-	-	-	-
Funções sociais	195.762,6	59,4	60,0	200.884,8	53,9	59,7	5.122,1	2,6
Educação	45.676,3	13,9	56,8	43.320,1	11,6	51,1	- 2.356,2	- 5,2
Saúde	26.504,4	8,0	63,6	11.609,5	3,1	42,8	- 14.895,0	- 56,2
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
Habituação e serviços colectivos	70.614,6	21,4	57,3	89.336,5	24,0	61,0	18.721,9	26,5
Serviços culturais, recreativos e religiosos	52.967,3	16,1	65,3	56.618,7	15,2	72,5	3.651,4	6,9
	-	-	-	-	-	-	-	-
Funções económicas	126.732,3	38,5	44,3	161.316,2	43,3	57,8	34.583,9	27,3
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	19.221,0	5,8	64,4	20.542,0	5,5	68,9	1.321,0	6,9
Indústria e energia	659,8	0,2	46,1	688,2	0,2	27,7	28,4	4,3
Transportes e comunicações	83.574,7	25,4	38,1	115.278,0	30,9	54,8	31.703,3	37,9
Comércio e turismo	19.504,0	5,9	63,5	21.462,4	5,8	65,2	1.958,3	10,0
Outras funções económicas	3.772,7	1,1	86,3	3.345,6	0,9	90,7	- 427,1	- 11,3
Outras funções	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	329.345,2	100,0	52,7	372.606,7	100,0	59,0	43.261,5	13,1

Da análise do QUADRO 45 podemos concluir que, de 2006 para 2007, houve um aumento de todas as funções, com destaque para as *Funções gerais de soberania* (+51,9%) e para as *Funções económicas* (+27,3%). As *Funções sociais* aumentaram (2,6%). Estes aumentos ocorrem em sentido inverso às diminuições ocorridas de 2005 para 2006, das *Funções económicas* (-51,6%) e das *Funções gerais de soberania* (-12,0%).

Ao contrário de 2006, em que as despesas afectas às *Funções económicas*, diminuíram o seu peso relativo em 12,0 pontos percentuais, fixando-se nos 38,5%, em 2007, voltam a aproximar-se do peso registado em 2005 (50,5%), atingindo os 43,3%, reflectindo uma evolução de 18,9 pontos percentuais relativamente a 2006. As *Funções gerais de soberania* mantiveram-se, à semelhança dos anos

anteriores, pouco expressivas no conjunto das despesas realizadas, evidenciando um peso de 2,8%, ou seja, +0,7 pontos percentuais.

A concretização das despesas em projectos de investimentos do Plano inseridos nas *Funções sociais*, foram de 200,9 milhões de euros. Destas, 89,3 milhões de euros (24,0% do total) estiveram afectas à *Habitação e serviços colectivos*, 56,6 milhões de euros (15,2%) aos *Serviços culturais, recreativos e religiosos* e 43,3 milhões de euros (11,6%) à *Educação*. Estas despesas foram as mais significativas, sendo de realçar o aumento das despesas com *Habitação e Serviços Colectivos* de 18,7 milhões de euros.

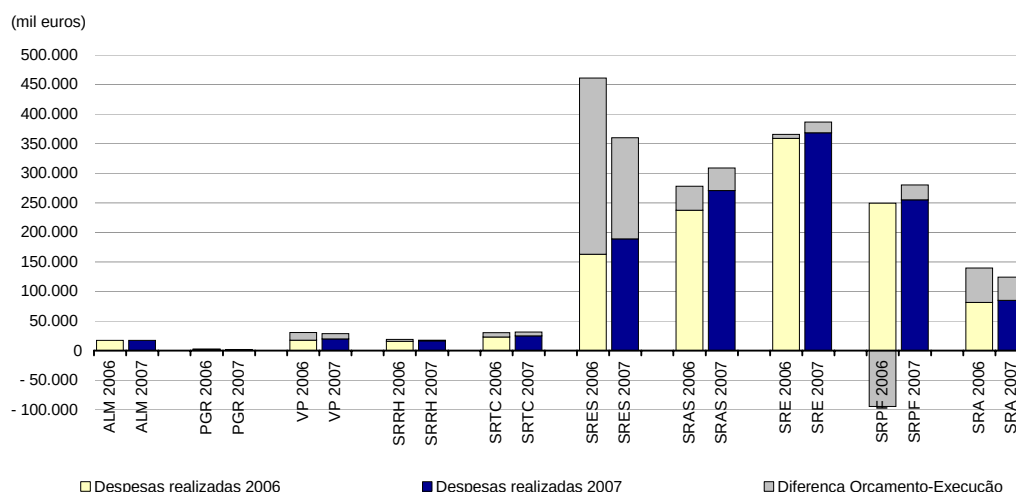
As despesas em projectos de investimentos do Plano, inseridas nas *Funções económicas* foram de 161,3 milhões de euros, estando 115,3 milhões de euros (30,9%) afectas aos *Transportes e comunicações*. Apesar do aumento de 37,9% comparativamente a 2006, ficaram ainda assim abaixo dos valores de 2005 quando esta componente obteve 216,6 milhões de euros, devido à concretização de grandes obras infraestruturantes.

Para finalizar, as despesas com as *Funções gerais de soberania* (10,4 milhões de euros) repartiram-se pelos *Serviços gerais da administração pública* com 6,5 milhões de euros e pela *Segurança e ordem públicas* com 3,9 milhões de euros. De 2006 a esta parte, as despesas com estas funções aumentaram 18,6% e 185,9% respectivamente.

8. ANÁLISE DOS SUBSECTORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

Neste ponto será apresentada a despesa realizada por Departamento do Governo Regional, evidenciando as componentes respeitantes ao funcionamento e aos investimentos do Plano, realçando os projectos de investimentos de maior relevo. Iremos ainda apresentar, para cada unidade orgânica, a informação consolidada com os Serviços e Fundos Autónomos da respectiva tutela.

GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2006/2007, POR DEPARTAMENTOS



No GRÁFICO 18 é ilustrada a evolução da despesa realizada nos diversos agrupamentos orgânicos entre 2006 e 2007, cuja análise será desenvolvida nos pontos seguintes.

8.1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

A Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) realizou em 2007 despesas no montante correspondente a 99,2% do seu orçamento final. Em termos comparativos, a despesa executada pela ALM aumentou 0,4% em relação ao ano de 2006 (Vd. QUADRO 46).

As Transferências correntes e de capital para a ALM constituem 1,4% do total das despesas realizadas, pelo Governo Regional, em 2007. No que concerne à natureza das transferências, refira-se que 97,6% das despesas realizadas, em 2007, têm natureza corrente, o que constitui um aumento de 1,0%, enquanto, por seu turno, as *Despesas de capital*, diminuiram 17,2%.

QUADRO 46 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - ALM

							(mil euros)
Designação	2006			2007			Variação 2006-2007
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor
Despesas correntes	16.840,6	97,0	100,0	17.005,3	97,6	100,0	164,7
Transferências correntes	16.840,6	97,0	100,0	17.005,3	97,6	100,0	164,7
Despesas de capital	514,5	3,0	58,8	426,0	2,4	75,0	- 88,5
Transferências de capital	514,5	3,0	58,8	426,0	2,4	75,0	- 88,5
Total	17.355,1	100,0	98,0	17.431,2	100,0	99,2	76,1

Em termos consolidados, a execução orçamental de 2007 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ascendeu a 16 031 mil euros. Verificamos que este montante reverteu na quase totalidade para despesas correntes, mais concretamente para *Despesas com o pessoal*, 7,7 milhões de euros, *Transferências* para outros sectores, 5,3 milhões de euros, e *Aquisição de bens e serviços*, 2,1 milhões de euros.

8.2. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

A Presidência do Governo Regional (PGR) continua a ser o departamento do Governo Regional com menor expressão em termos orçamentais.

QUADRO 47 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - PGR

Designação	(mil euros)						Variação 2006-2007
	2006			2007			
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	
Despesas correntes	1.987,1	99,9	77,2	1.439,7	99,9	69,8	- 547,5
Despesas com o pessoal	1.572,8	79,0	95,3	1.053,7	73,1	76,8	- 519,1
Aquisição de bens e serviços	404,5	20,3	44,8	386,0	26,8	56,1	- 18,5
Outras despesas correntes	9,9	0,5	53,4	-	-	-	- 9,9
Despesas de capital	3,0	0,1	18,0	1,0	0,1	27,5	- 2,0
Aquisição de bens de capital	3,0	0,1	18,0	1,0	0,1	27,5	- 2,0
Total	1.990,1	100,0	76,9	1.440,6	100,0	69,8	- 549,5

As despesas incluídas neste agrupamento orgânico registaram uma redução em relação ao ano anterior de 27,6% (QUADRO 47), tendo o peso relativo deste departamento, no total da despesa, diminuído de 0,2% para 0,1%. De 2006 para 2007, as despesas realizadas diminuíram em todos os agrupamentos económicos, o que se deve à transferência para a Vice-Presidência do Governo Regional dos serviços afectos ao Notário do Governo Regional. As *Despesas com o pessoal* constituem o agrupamento com maior importância relativa no conjunto das despesas deste agrupamento orgânico com um peso de 73,1%, seguindo-se a *Aquisição de bens e serviços* com 26,8% e por último a *Aquisição de bens de capital* com um peso de 0,1% no total da estrutura da despesa.

8.3. VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

O peso relativo da Vice-Presidência do Governo Regional (VP) na globalidade das despesas da RAM aumentou uma décima relativamente a 2006, em que apresentou um peso de 1,5%. Os encargos globais deste agrupamento orgânico aumentaram 1,9 milhões de euros, ou seja, 10,5% em relação aos realizados em 2006.

Os acréscimos de despesa em relação ao ano de 2007, por agrupamentos económicos, justificam-se, principalmente, pelo aumento das despesas afectas a *Activos financeiros*, +1,2 milhões de euros, a *Despesas com o pessoal*, +0,6 milhões de euros e a *Outras despesas correntes* com +0,3 milhões de euros.

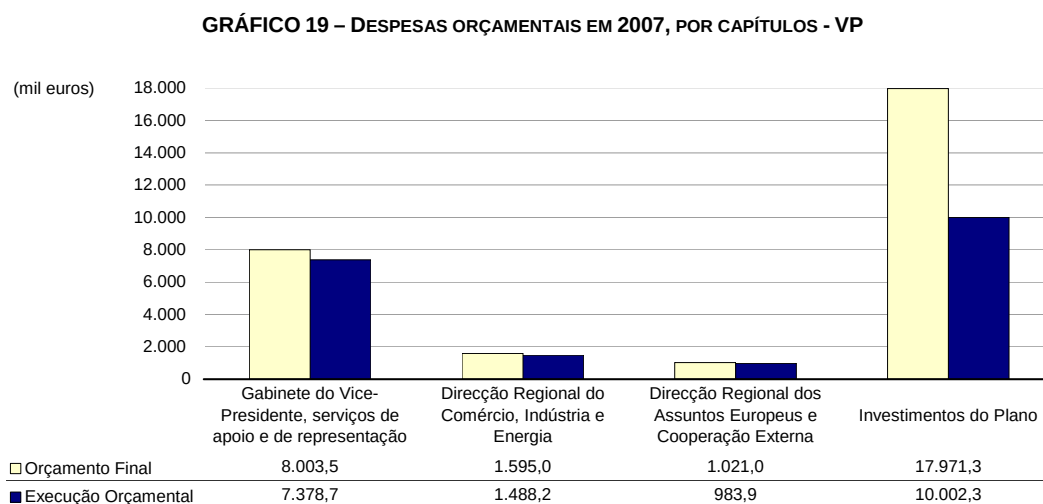
QUADRO 48 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - VP

Designação	2006			2007			(mil euros)
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Varição 2006-2007
							Valor
Despesas correntes	11.311,0	62,9	84,0	11.859,7	59,7	72,2	548,7
Despesas com o pessoal	5.669,5	31,5	97,1	6.219,9	31,3	98,0	550,4
Aquisição de bens e serviços	1.834,5	10,2	66,4	1.916,8	9,7	32,8	82,3
Transferências correntes	3.653,1	20,3	82,4	3.238,0	16,3	88,2	- 415,1
Subsídios	76,6	0,4	99,7	147,3	0,7	81,4	70,8
Outras despesas correntes	77,3	0,4	22,5	337,6	1,7	85,2	260,3
Despesas de capital	6.658,9	37,1	56,6	7.993,5	40,3	65,8	1.334,5
Aquisição de bens de capital	82,7	0,5	45,2	232,6	1,2	73,8	149,8
Transferências de capital	2.050,9	11,4	86,9	2.005,0	10,1	35,7	- 45,8
Activos financeiros	4.525,3	25,2	49,1	5.755,8	29,0	92,6	1.230,5
Total	17.969,9	100,0	71,3	19.853,1	100,0	69,4	1.883,2

Tal como em 2006, as verbas destinadas a *Despesas com o pessoal* deste agrupamento orgânico foram utilizadas quase na totalidade (QUADRO 48), assumindo o maior peso relativo no total das despesas (31,3%). Em termos de taxa de execução orçamental, seguem-se os *Activos financeiros* e as *Transferências correntes*.

Os decréscimos de 2006 para 2007, ocorreram ao nível das *Transferências correntes* e de *capital*, com –0,4 milhões de euros e –45,8 mil euros, respectivamente.

Por capítulos, a taxa de execução orçamental foi mais significativa ao nível do orçamento de funcionamento, conforme se pode verificar pelo gráfico seguinte.



Globalmente os investimentos realizados aumentaram 12,7% (+1,1 milhões de euros) no período em análise. Enquanto as *Despesas correntes*, afectas a investimentos do Plano, diminuirão 8,7%, por via da diminuição das *Transferências correntes* (-33,6%), as *Despesas de capital* aumentaram 19,9%, em virtude do aumento dos *Activos financeiros* (27,2%). Em termos de peso relativo, as *Despesas de capital*, assumem 74,7% do total das despesas do capítulo 50.

Neste departamento, são realçadas as despesas com os seguintes programas/projectos:

- *Fundo de Capital de Risco – Madeira Capital – IDE* – 375 mil euros. Executou 60,0% da dotação afecta a este programa;
- *Programa de Implementação da Estratégia Regional para a Qualidade*, com 290,9 mil euros, com uma taxa de execução de 90,5%;
- *Sistema de Incentivos à Actividade Produtiva Regional – IDE*, com 1,6 milhões de euros;
- *Programa de Formalidades e Serviços On-line – DRAPL*, com 241,6 mil euros;
- *Transferências para a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira – SDNM, S.A.*, com 2,9 milhões de euros;

- *Transferências para a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.*, – 1,9 milhões de euros.

Distribuindo as verbas despendidas pelos serviços tutelados pela Vice-Presidência do Governo Regional, que em 2007 foram de 40,0 milhões de euros (Vd. QUADRO 49), verifica-se que as despesas mais relevantes estiveram afectas a *Activos financeiros* (13,5 milhões de euros) e a *Transferências de capital* (13,6 milhões de euros). Seguiram-se as *despesas com o pessoal* que estiveram maioritariamente afectas ao Capítulo 01 (o que se explica pelo peso das despesas com o pessoal da Direcção Regional da Administração da Justiça), à Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia e aos serviços e fundos autónomos.

QUADRO 49 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - VP

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50						
	Gab. VP e serviços de apoio e representação	D.R. Comércio, Ind. e Energia	D.R.A. Europeus Coop. Externa	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	7.351,7	1.480,0	983,9	2.044,0	11.859,7	59,7	2.448,3	13,2	12.610,4	31,5
Despesas com o pessoal	4.041,0	1.296,9	874,2	7,9	6.219,9	31,3	1.603,5	8,6	7.854,8	19,6
Aquisição de bens e serviços	579,9	128,2	109,7	1.098,9	1.916,8	9,7	754,5	4,1	2.680,9	6,7
Transferências correntes	2.448,1	-	-	789,9	3.238,0	16,3	57,8	0,3	1.554,8	3,9
Subsídios	-	-	-	147,3	147,3	0,7	-	-	148,1	0,4
Outras despesas correntes	282,7	54,9	-	-	337,6	1,7	32,4	0,2	371,7	0,9
Despesas de capital	27,0	8,1	-	7.958,3	7.993,5	40,3	16.167,2	86,8	27.367,9	68,5
Aquisição de bens de capital	8,9	8,1	-	215,6	232,6	1,2	26,2	0,1	259,9	0,7
Transferências de capital	18,1	-	-	1.986,9	7.760,9	39,1	8.425,4	45,3	13.607,6	34,0
Activos financeiros	-	-	-	5.755,8	5.755,8	29,0	7.715,6	41,4	13.500,4	33,8
Total geral	7.378,7	1.488,2	983,9	10.002,3	19.853,1	100,0	18.615,4	100,0	39.978,3	100,0

As despesas globais com *Aquisição de bens e serviços* foram de 2,7 milhões de euros, afectas em 71,8% aos serviços integrados, mais concretamente, 1,1 milhões de euros para a realização de despesas integradas no plano de investimentos, 0,6 milhões de euros para os serviços incluídos no Capítulo 01 e o remanescente para as demais Direcções Regionais. As despesas consolidadas com *Transferências correntes* ascenderam a 1,5 milhões de euros, dos quais 1,0 milhões de euros destinaram-se a transferências para os Cartórios e Conservatórias.

8.4. SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

As despesas realizadas pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos (SRRH) têm um peso relativo de 1,3% no conjunto dos encargos da Região de 2007, tendo este decrescido relativamente a 2006, apesar de em termos absolutos ter havido um acréscimo das despesas de 0,8 milhões de euros.

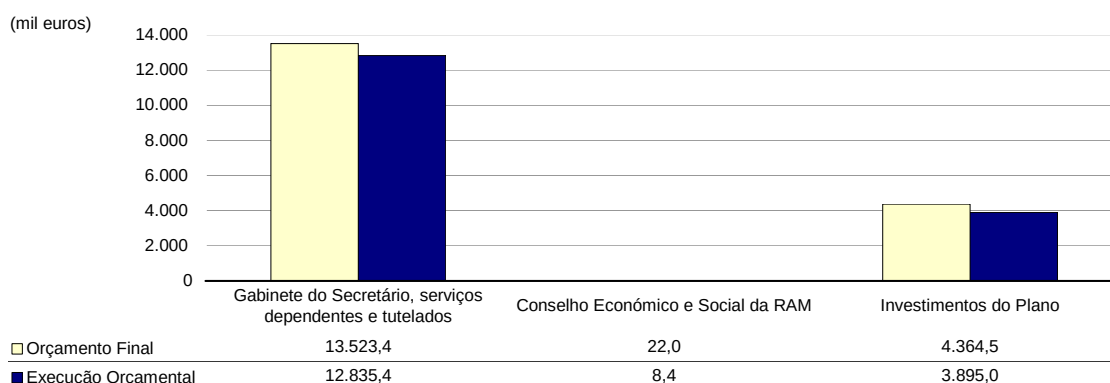
QUADRO 50 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRRH

Designação	(mil euros)						
	2006			2007			Variação 2006-2007
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor
Despesas correntes	11.850,9	74,3	88,3	12.791,1	76,4	92,2	940,2
Despesas com o pessoal	5.299,3	33,2	97,0	5.496,8	32,8	98,1	197,5
Aquisição de bens e serviços	1.614,1	10,1	59,8	1.563,1	9,3	64,7	- 51,0
Transferências correntes	4.883,1	30,6	93,9	5.723,7	34,2	97,9	840,6
Subsídios	54,4	0,3	87,9	7,5	0,0	100,0	- 46,9
Despesas de capital	4.091,5	25,7	97,5	3.947,7	23,6	97,7	- 143,8
Aquisição de bens de capital	238,1	1,5	72,2	97,9	0,6	59,9	- 140,2
Transferências de capital	53,5	0,3	80,9	49,8	0,3	63,8	- 3,7
Activos financeiros	3.800,0	23,8	100,0	3.800,0	22,7	100,0	-
Total	15.942,4	100,0	90,5	16.738,8	100,0	93,5	796,4

Esse acréscimo explica-se pelo aumento das *Transferências correntes* de 17,2%, devido em grande parte ao aumento dos valores transferidos para o Instituto Regional de Emprego (IRE) e pelo aumento ainda que menor (3,7%) das *Despesas com o pessoal*. As rubricas incluídas nos demais agrupamentos de despesa registaram diminuições ao nível da execução orçamental, quando comparados os valores de 2007 com os de 2006, sendo as diminuições mais significativas ao nível da *Aquisição de bens de capital* (-58,9%) e dos *Subsídios* (-86,2%).

As despesas incluídas no capítulo 01 - Gabinete do Secretário Regional, serviços dependentes e tutelados, constituem 76,7% do total desta Secretaria (GRÁFICO 20). O remanescente respeita aos investimentos do Plano e, residualmente, ao Conselho Económico e Social da RAM. De realçar ainda as elevadas taxas de execução orçamental dos serviços afectos à SRRH (93,5% em termos globais).

GRÁFICO 20 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRRH



Na Secretaria Regional dos Recursos Humanos, as despesas afectas ao capítulo 50 totalizaram 3,9 milhões de euros, reflectindo um aumento de 3,2%, apesar das *Despesas de capital* terem-se reduzido 58,4%. Os programas que mais se destacaram em termos de execução foram: *Plano*

Regional de Emprego, com 3,0 milhões de euros e uma execução de 99,9%; *Jovens em Formação*, com 179,0 mil euros (98,1%), *Acções de Formação Junto às Comunidades Madeirenses* com 216,6 mil euros e *Apoio às Organizações de Juventude*, com 44,9 mil euros (100%).

Em 2007, a despesa global realizada pelos serviços tutelados pela SRRH foi de 18,1 milhões de euros, dos quais 6,8 milhões de euros estiveram afectos ao IRE e o remanescente aos serviços integrados (Vd. QUADRO 51). Conforme se pode verificar, as *Despesas correntes* que foram de 14,2 milhões de euros, explicam a quase totalidade dos encargos da SRRH.

QUADRO 51 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRRH

(mil euros)

Descrição	Capítulos			Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	50						
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Conselho Económico Social da RAM	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	9.005,5	8,4	3.777,2	12.791,1	76,4	6.711,5	99,1	14.241,7	78,1
Despesas com o pessoal	5.474,2	-	22,6	5.496,8	32,8	2.272,3	33,5	7.801,9	42,8
Aquisição de bens e serviços	1.224,2	8,4	330,6	1.563,1	9,3	862,3	12,7	2.434,8	13,4
Transferências correntes	2.299,7	-	3.424,0	5.723,7	34,2	2.484,0	36,7	2.904,5	15,9
Subsídios	7,5	-	-	7,5	0,0	1.018,8	15,0	1.026,3	5,6
Outras despesas correntes	-	-	-	0,0	0,0	74,1	1,1	74,1	0,4
Despesas de capital	3.829,9	0,0	117,8	3.947,7	23,6	64,3	0,9	3.985,8	21,9
Aquisição de bens de capital	7,6	-	90,3	97,9	0,6	38,7	0,6	137,2	0,8
Transferências de capital	22,3	-	27,5	49,8	0,3	-	0,0	0,3	0,0
Activos financeiros	3.800,0	-	-	3.800,0	22,7	25,6	0,4	3.848,3	21,1
Total geral	12.835,4	8,4	3.895,0	16.738,8	100,0	6.775,8	100,0	18.227,5	100,0

Por agrupamentos económicos, destacam-se as *Despesas com o pessoal* com 7,8 milhões de euros, o que deve-se à natureza das atribuições deste departamento do Governo Regional, com os *Activos financeiros* com 3,8 milhões de euros, com as *Transferências correntes* (2,9 milhões de euros, devido às transferências efectuadas pelo IRE para o sector institucional das Famílias e sociedades e quase-sociedades não financeiras) e com os *Subsídios* (1,0 milhões de euros, executados na quase totalidade pelo IRE).

8.5. SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

A execução orçamental da Secretaria Regional do Turismo e Cultura (SRTC) aumentou 8,9% de 2006 para 2007, devido aos acréscimos de despesa em todos os agrupamentos económicos, com excepção das *Transferências de capital* que diminuíram 43,8%. A taxa de execução orçamental deste departamento passou de 73,7% em 2006 para 79,1% em 2007.

Os acréscimos de despesa foram mais significativos nas *Transferências correntes* (+0,9 milhões de euros), na *Aquisição de bens e serviços* (+0,5 milhões de euros) e na *Aquisição de bens de capital* (+0,4 milhões de euros). Globalmente, as despesas correntes aumentaram 1,7 milhões de euros e as despesas de capital 0,3 milhões de euros.

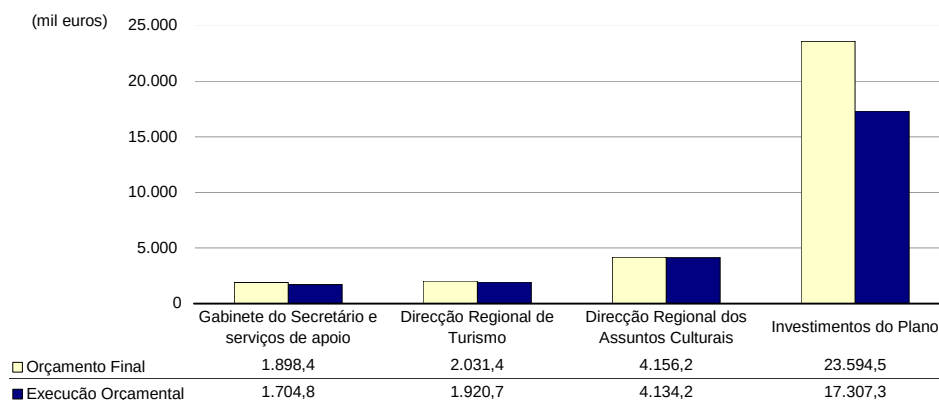
QUADRO 52 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRTC

Designação	(mil euros)						Variação 2006-2007
	2006			2007			
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	
Despesas correntes	21.303,2	92,5	76,1	23.010,8	91,8	80,3	1.707,6
Despesas com o pessoal	6.811,5	29,6	97,6	7.119,3	28,4	98,9	307,9
Aquisição de bens e serviços	10.383,0	45,1	64,2	10.861,2	43,3	68,4	478,2
Transferências correntes	4.102,5	17,8	85,3	5.006,0	20,0	90,2	903,5
Outras despesas correntes	6,3	0,0	27,8	24,2	0,1	66,7	17,9
Despesas de capital	1.723,7	7,5	53,2	2.056,2	8,2	68,2	332,5
Aquisição de bens de capital	1.476,9	6,4	51,5	1.917,5	7,6	68,9	440,5
Transferências de capital	246,7	1,1	67,0	138,7	0,6	60,4	- 108,0
Total	23.026,9	100,0	73,7	25.067,0	100,0	79,1	2.040,1

À semelhança do sucedido em 2006, as despesas correntes da SRTC constituem a quase totalidade dos encargos deste agrupamento orgânico, explicadas essencialmente pela *Aquisição de bens e serviços* e pelas *Despesas com o pessoal* (QUADRO 52).

No GRÁFICO 21, estão apresentadas as execuções orçamentais por departamento, verificando-se que a menor execução orçamental ocorreu ao nível das verbas inscritas no capítulo 50. Os restantes agrupamentos orgânicos desta Secretaria Regional registaram taxas de execução de próximo dos 100%.

GRÁFICO 21 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRTC



Em 2007, os gastos em investimentos do Plano foram de 17,3 milhões de euros, representando um aumento de 10,3%, relativamente ao ano transacto. Esta evolução evidencia o aumento das *Despesas correntes* de 9,2% e das *Despesas de Capital* de 19,3%.

O conjunto dos três maiores projectos: *Parceira Público Privada no âmbito da promoção da RAM; Festas do Fim do Ano* e *Iluminações Decorativas*, totalizaram 7,5 milhões de euros, correspondendo a 43,5% do total das despesas do capítulo 50 desta Secretaria Regional.

No plano cultural, deu-se continuidade à recuperação e conservação do património imóvel, através de intervenções em diversas igrejas do Funchal, cujos montantes ultrapassaram os 10% do montante total dos 10 principais projectos incluídos no capítulo 50 desta Secretaria Regional. Dos edifícios patrimoniais com relevante valor histórico, destacam-se as diversas intervenções que promoveram a política de descentralização cultural. Apoiou-se ainda a conservação e beneficiação dos museus indo de encontro ao plano de valorização e divulgação da oferta cultural e museológica.

QUADRO 53 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRTC

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50						
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Direcção Regional de Turismo	Direcção Regional dos Assuntos Culturais	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	1.704,5	1.917,9	4.133,3	15.255,2	23.010,8	91,8	337,9	100,0	23.440,6	91,9
Despesas com o pessoal	1.124,5	1.871,2	4.077,3	46,4	7.119,3	28,4	318,3	94,2	7.466,1	29,3
Aquisição de bens e serviços	231,2	46,0	54,6	10.529,4	10.861,2	43,3	19,4	5,7	10.923,9	42,8
Transferências correntes	324,7	0,5	1,3	4.679,4	5.006,0	20,0	0,0	0,0	5.026,0	19,7
Outras despesas correntes	24,0	0,2	0,0		24,2	0,1	0,3	0,1	24,6	0,1
Despesas de capital	0,3	2,8	1,0	2.052,1	2.056,2	8,2	0,0	0,0	2.064,4	8,1
Aquisição de bens de capital	0,3	2,8	1,0	1.913,4	1.917,5	7,6	0,0	0,0	1.925,1	7,5
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	138,7	138,7	0,6	0,0	0,0	139,3	0,5
Total geral	1.704,8	1.920,7	4.134,2	17.307,3	25.067,0	100,0	337,9	100,0	25.504,9	100,0

Distribuindo as despesas realizadas em 2007 por serviços tutelados pela SRTC, verifica-se que o peso dos serviços e fundos autónomos é irrelevante no total realizado (0,01%). As despesas mais significativas estiveram afectas ao Capítulo 50 (17,3 milhões de euros), seguindo-se a Direcção Regional dos Assuntos Culturais com 4,1 milhões de euros, a Direcção Regional de Turismo com 1,9 milhões de euros e o Capítulo 01 com 1,7 milhões de euros.

Consolidando a despesa temos um total de 23,4 milhões de euros de natureza corrente e 2,1 milhões de euros de despesas de capital. Nas despesas correntes os gastos foram mais expressivos na *Aquisição de bens e serviços* (10,9 milhões de euros) e nas *Despesas com o pessoal* (7,5 milhões de euros).

8.6. SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

Em 2007, a execução orçamental da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes (SRES) ascendeu a 188,9 milhões de euros, ou seja, mais 26,0 milhões de euros do que em 2006. Desta verba, 115,5 milhões de euros foram canalizados para *Despesas de capital*, mais concretamente para *Aquisição de bens de capital* e o remanescente para *Despesas correntes* (73,5 milhões de euros).

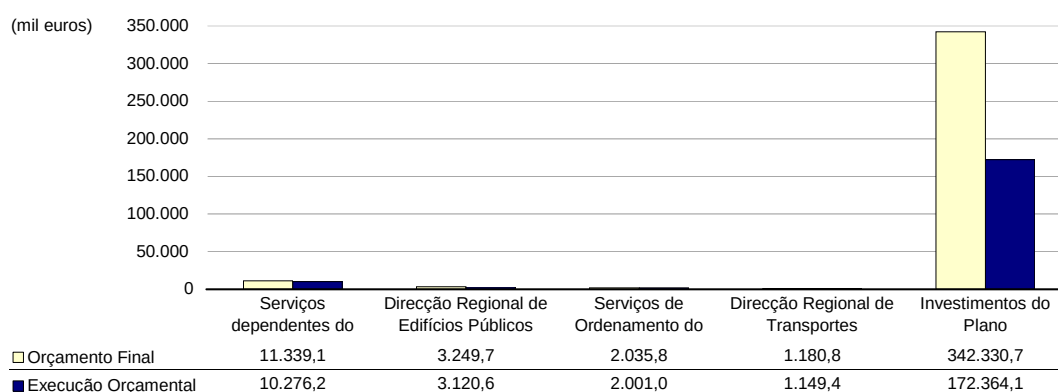
QUADRO 54 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRES

							(mil euros)
Designação	2006			2007			Variação 2006-2007
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor
Despesas correntes	46.357,1	28,5	35,2	73.461,3	38,9	57,4	27.104,2
Despesas com o pessoal	15.317,6	9,4	97,6	11.372,3	6,0	98,8	- 3.945,3
Aquisição de bens e serviços	24.486,6	15,0	23,0	57.121,9	30,2	54,0	32.635,4
Transferências correntes	1.109,1	0,7	94,0	1.169,7	0,6	85,1	60,6
Subsídios	5.434,8	3,3	66,2	3.775,2	2,0	40,9	- 1.659,7
Outras despesas correntes	8,9	0,0	94,9	22,2	0,0	84,7	13,3
Despesas de capital	116.574,0	71,5	49,3	115.450,0	61,1	49,7	- 1.123,9
Aquisição de bens de capital	114.003,1	70,0	48,9	105.557,3	55,9	47,8	- 8.445,8
Transferências de capital	2.570,9	1,6	82,7	2.442,8	1,3	61,7	- 128,1
Activos financeiros	-	-	-	7.450,0	3,9	100,0	7.450,0
Total	162.931,0	100,0	44,2	188.911,3	100,0	52,5	25.980,3

Do QUADRO 54 conclui-se que os acréscimos de despesa, de 2006 para 2007, resultaram apenas do aumento das despesas realizadas em *Aquisição de bens e serviços* (+32,6 milhões de euros) e em *Transferências correntes* (+60,6 mil euros). Nos demais agrupamentos económicos a despesa diminuiu, no período em análise, sendo mais notórios os decréscimos ao nível da *Aquisição de bens de capital* (-8,4 milhões de euros) e das *Despesas com o pessoal* (-3,9 milhões de euros). Apesar da diminuição das despesas de capital, estas continuam a assumir um peso preponderante (61,1%) no total realizado por esta Secretaria Regional.

Por capítulos, sobressai a despesa realizada em investimentos do Plano e pelos Serviços dependentes do Secretário Regional e Estradas. Continua a ser visível o esforço prosseguido pelo Governo Regional no sentido de canalizar as verbas para as rubricas de investimento. Efectivamente, apesar da evolução económica e da concretização de grande parte das grandes obras estratégicas, os investimentos do Plano ascenderam a cerca de 172,4 milhões de euros (GRÁFICO 22).

GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRES



Das despesas afectas a projectos de investimento, 105,5 milhões corresponderam ao agrupamento *Aquisição de bens de capital*, cujo peso no total das despesas de capital foi de 61,2% (-14,0 pontos percentuais que no ano de 2006). Este departamento em 2007, executou mais 29,4 milhões de euros (+20,6%) de despesas do capítulo 50 do que no ano de 2006 – continuou a ser responsável por uma considerável parte do valor global de verbas dos investimentos, 46,3% (+2,9 pontos percentuais comparativamente a 2006).

O QUADRO 55 apresenta um resumo dos projectos que mais se destacaram nesta Secretaria, complementado pela taxa de execução dos projectos no seu conjunto e na Secretaria. Em termos globais, a taxa de execução orçamental deste departamento foi de 50,4%. Saliente-se também a evolução significativa em 2007, na execução dos principais projectos desenvolvidos por este departamento (+19,9%). Os projectos acima indicados detêm um peso de 55,1% no total da estrutura da despesa executada e representam uma evolução no peso de 6,2% pontos percentuais.

QUADRO 55 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRES

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
PROTECÇÃO MARGINAL DO JARDIM DO MAR - DROT	4.508,30	100,0%
PROL. ENROC. SOLARIO DA PRACETA 24JULHO - DROT	6.713,19	100,0%
CONSTRUCAODEESCOLASBASICAS-DREP	6.719,71	64,7%
REDIMENSIONAMENTO DE INFRAESTRUTURAS ESCOLARES - DREP	3.908,72	39,6%
CONSTR.POLIDESPORTIVOEMESCOLASBAS.ESECUNDARIAS-DREP	4.285,37	47,5%
PAVILHAO GIMNODESPORTIVO DO PORTO SANTO - DREP	5.041,28	74,7%
CENTRO CIVICO DA QUINTA GRANDE - DROT	4.137,10	79,5%
MODERNIZAÇÃO, CONSTR. E GESTÃO INFRAESTR. RODOVIÁRIAS - GAB. SEC	49.778,39	55,5%
SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL - ANAM, S.A.	5.950,00	100,0%
ER101 PRAZERES / RAPOSEIRA	3.854,59	100,0%
(1) Total dos Projectos	94.896,66	62,5%
(2) Total da SRES	172.364,14	50,4%
(3) Peso dos projectos na SRES	55,1%	

Consolidando a despesa realizada em 2007, serviços integrados e serviços e fundos autónomos, continua a destacar-se o valor das despesas afectas a capital (115,6 milhões de euros) e mais concretamente a *Aquisição de bens de capital* com uma execução de 105,9 milhões de euros. Por ordem de valor destaca-se de seguida a *Aquisição de bens e serviços* com 57,3 milhões de euros, as *Despesas com o pessoal* com 12,5 milhões de euros e os *Activos financeiros* com 7,5 milhões de euros (onde se inclui a realização do capital social da RAMEDM – Estradas da Madeira e da ANAM, S.A.).

QUADRO 56 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRES

(mil euros)

Descrição	Capítulos					Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	04	50						
	Serviços Dep. Secretário Regional	Direcção Regional de Edifícios Públicos	D. R. Ord. Território e Geografia e Cadastro	Direcção Regional transportes terrestres	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	10.186,3	3.120,0	2.000,5	1.149,4	57.005,0	73.461,3	38,9	1.351,3	81,0	73.681,8	38,9
Despesas com o pessoal	5.425,5	3.056,2	1.937,3	953,3	0,0	11.372,3	6,0	1.150,0	68,9	12.528,3	6,6
Aquisição de bens e serviços	3.588,6	63,7	63,3	196,1	53.210,2	57.121,9	30,2	196,9	11,8	57.349,0	30,3
Transferências correntes	1.150,0	0,0	0,0	0,0	19,7	1.169,7	0,6	0,0	0,0	0,6	0,0
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	3.775,2	3.775,2	2,0	0,0	0,0	3.777,2	2,0
Outras despesas correntes	22,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,2	0,0	4,5	0,3	26,6	0,0
Despesas de capital	89,8	0,7	0,5		115.359,1	115.450,0	61,1	316,8	19,0	115.580,2	61,1
Aquisição de bens de capital	89,0	0,7	0,5	0,0	105.467,1	105.557,3	55,9	316,8	19,0	105.929,9	56,0
Transferências de capital	0,8	0,0	0,0	0,0	2.442,0	2.442,8	1,3	0,0	0,0	2.196,3	1,2
Activos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	7.450,0	7.450,0	3,9	0,0	0,0	7.453,9	3,9
Total geral	10.276,2	3.120,6	2.001,0	1.149,4	172.364,1	188.911,3	100,0	1.668,1	100,0	189.262,0	100,0

8.7. SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

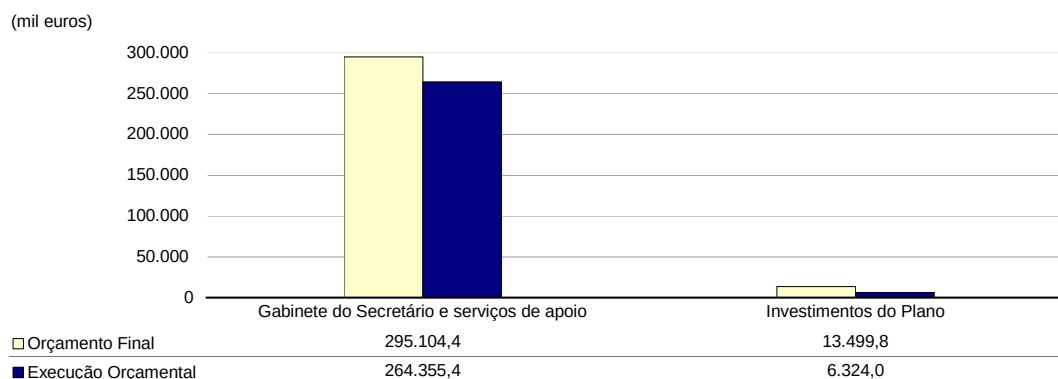
Em 2007, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) continuou a aumentar o valor da sua execução orçamental através das *Transferências correntes* (+15,6%) e da *Aquisição de bens de capital*. Neste departamento do Governo Regional as *Transferências correntes* detêm um peso primordial devido ao facto das verbas que são transferidas para os serviços da área da Saúde, onde se inclui o SRS, E.P.E, se canalizar através deste agrupamento económico.

QUADRO 57 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRAS

Designação							(mil euros)
	2006			2007			Varição
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	2006-2007
Despesas correntes	231.024,1	97,3	79,8	266.171,4	98,3	89,6	35.147,4
Despesas com o pessoal	3.543,3	1,5	89,1	3.468,9	1,3	91,7	- 74,4
Aquisição de bens e serviços	1.146,6	0,5	45,8	1.077,9	0,4	52,4	- 68,7
Transferências correntes	226.334,1	95,4	79,9	261.624,6	96,7	89,8	35.290,5
Outras despesas correntes	0,1	0,0	4,4	-	-	-	- 0,1
Despesas de capital	6.339,1	2,7	61,2	4.507,9	1,7	38,9	- 1.831,2
Aquisição de bens de capital	79,3	0,0	2,7	1.861,2	0,7	52,1	1.781,8
Transferências de capital	6.259,8	2,6	84,4	2.646,7	1,0	33,1	- 3.613,0
Total	237.363,1	100,0	79,1	270.679,3	100,0	87,7	33.316,2

Desagregando a despesa de 2007 por serviços temos que a quase totalidade das despesas efectuadas pela SRAS, encontra-se inscrita no capítulo 01 - Gabinete do Secretário e serviços de apoio, cuja taxa de execução orçamental foi de 89,5% (Vd. GRÁFICO 23 e QUADRO 58). Os investimentos do Plano, com 6,3 milhões de euros de execução orçamental, assumem um peso residual nas despesas executadas por esta Secretaria Regional.

GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRAS



No Capítulo dos investimentos do Plano ocorreu uma diminuição de 13,5% (-986,5 milhões de euros) da execução orçamental, que decorre, essencialmente, da diminuição em 63,6% das *Transferências de capital*, para os SFA. Esta diminuição explica uma redução do peso deste sub-agrupamento no total das despesas de capital de 48,5 pontos percentuais (99,6% para 51,1% entre 2006 e 2007). Grande parte dos programas desenvolvidos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais estiveram afectos ao reforço da *Acessibilidade e Qualidade do Serviços de Saúde* (1,8 milhões de euros) e ao *Apoio às associações de bombeiros*, e à construção de Quartéis de Bombeiros com 3,8 milhões de euros.

QUADRO 58 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRAS

(mil euros)

Descrição	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50						
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Investimentos do Plano						
			Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	263.613,9	2.557,5	266.171,4	98,3	280.069,0	99,2	288.459,1	98,6
Despesas com o pessoal	3.459,0	10,0	3.468,9	1,3	2.687,9	1,0	6.156,8	2,1
Aquisição de bens e serviços	759,0	318,9	1.077,9	0,4	74.747,6	26,5	75.825,5	25,9
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	3.323,5	1,2	3.323,5	1,1
Transferências correntes	259.395,9	2.228,7	261.624,6	96,7	199.290,0	70,6	203.133,2	69,4
Outras despesas correntes			0,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0
					0,0		0,0	
Despesas de capital	741,5	3.766,4	4.507,9	1,7	2.246,7	0,8	4.122,5	1,4
Aquisição de bens de capital	18,9	1.842,2	1.861,2	0,7	427,2	0,2	2.288,4	0,8
Transferências de capital	722,5	1.924,2	2.646,7	1,0	1.819,4	0,6	1.834,1	0,6
					0,0		0,0	
Total geral	264.355,4	6.324,0	270.679,3	100,0	282.315,6	100,0	292.581,6	100,0

Analisando a despesa consolidada verifica-se que a *Aquisição de bens e serviços* passa a ser mais significativa (75,8 milhões de euros).

8.8. SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Regional de Educação (SRE), no seguimento do ano anterior, registou uma taxa de execução orçamental superior a 95%. Apesar do acréscimo das despesas realizadas no período em análise (2,7%), o peso relativo desta entidade no total das despesas realizadas pelo Governo Regional diminuiu muito ligeiramente (0,1 pontos percentuais).

QUADRO 59 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRE

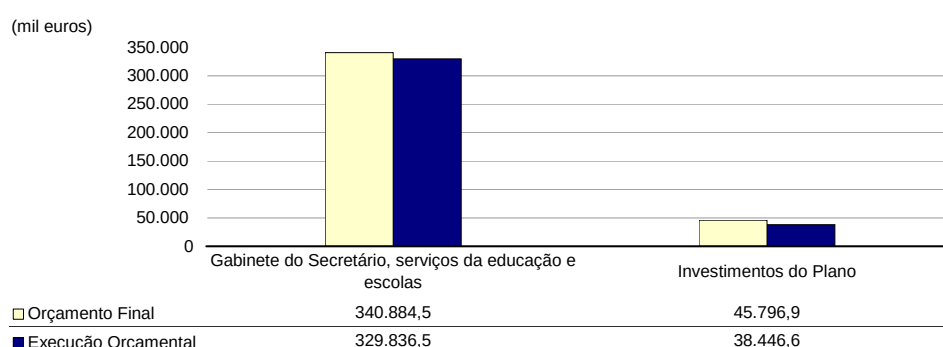
(mil euros)

Designação	2006			2007			Variação 2006-2007
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor
Despesas correntes	347.581,1	96,9	96,0	356.490,3	96,8	95,9	8.909,2
Despesas com o pessoal	257.222,6	71,7	99,6	260.344,1	70,7	98,8	3.121,5
Aquisição de bens e serviços	16.929,3	4,7	66,1	20.717,5	5,6	71,9	3.788,2
Juros e outros encargos	1,8	0,0	100,0	29,2	0,0	98,6	27,4
Transferências correntes	70.161,0	19,6	93,9	74.969,6	20,4	96,1	4.808,5
Subsídios	3.261,6	0,9	92,8	419,4	0,1	32,8	- 2.842,2
Outras despesas correntes	4,7	0,0	11,5	10,5	0,0	7,1	5,9
Despesas de capital	11.054,0	3,1	77,4	11.792,8	3,2	78,9	738,9
Aquisição de bens de capital	2.854,1	0,8	64,3	2.497,8	0,7	73,7	- 356,3
Transferências de capital	8.199,9	2,3	83,3	9.295,0	2,5	80,4	1.095,1
Total	358.635,0	100,0	95,3	368.283,2	100,0	95,2	9.648,1

Os encargos correntes assumem a quase totalidade dos encargos desta Secretaria Regional, explicados sobretudo pelas *Despesas com o pessoal*, pelas *Transferências correntes* e pela *Aquisição de bens e serviços* (QUADRO 59). De 2006 para 2007, os aumentos da despesa foram mais significativos ao nível das *Transferências correntes* (4,8 milhões de euros) e da *Aquisição de bens e serviços* (3,8 milhões de euros). Os acréscimos das *Despesas com o pessoal* foram de 1,2%.

Os valores afectos a *Transferências correntes e de capital*, reflectem o apoio dado quer aos serviços e fundos autónomos, quer a diversas instituições e estabelecimentos de ensino. Com efeito, em 2007 as transferências correntes para os outros sectores, excluindo administração regional, ascenderam a 34,0 milhões de euros.

GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRE



Através do GRÁFICO 24 estão expressos os níveis de execução orçamental registados em 2007. Demonstra-se assim, face aos níveis de execução, que apenas foram previstos pelo Governo Regional as verbas necessárias e imprescindíveis ao normal funcionamento dos serviços.

As despesas com investimento executadas pela Secretaria Regional de Educação totalizaram, aproximadamente, 38,4 milhões de euros (-2,3%). Os projectos que mais se destacaram, incluídos no programa desta Secretaria Regional, constam do QUADRO 60.

QUADRO 60 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRE

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
EQUIPAMENTO ESCOLAR INFORMÁTICO - DRPRE	772,93	99,5%
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO - DRFP	1.913,07	88,3%
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - EPHTM	3.439,54	84,9%
APOIO AS SAD COM PARTICIPAÇÃO NAC. - FUTEB. BASQUETANDEBOL E HOQUEI - IDRAM	4.034,47	100,0%
PROM. DESENV. MODAL. DESP. AMADORAS APOIO PROJ. ELEVNIIVEL-IDRAM	9.122,77	100,0%
APOIO DESLOCAÇÕES AÉREAS E MARÍTIMAS CAMP. REG., NAC. E INT. - IDRAM	3.650,00	100,0%
APOIO ATLETAS ALTA COMP. CLUB. COMP. REG. RECREAT. E LAZER E ORG. EVENTOS DESP. - I	2.431,71	100,0%
APOIO CONSTR. REMOD. E APETRECHAM. DE ESTAB. DE ENSINO DA REDE PRIVADA - DRPRE	953,79	34,9%
APOIO CONSTR. INFRA-ESTRUT. DESPORTIVAS - IDRAM	7.712,77	100,0%
MADEIRADIGITAL - MADEIRATECNOPOLO	840,00	77,1%
(1) Total dos Projectos	34.871,05	92,3%
(2) Total da SRE	38.446,65	84,0%
(3) Peso dos projectos na SRE	90,7%	

Em 2007, ao nível dos investimentos do Plano destacaram-se as despesas afectas a *Transferências correntes*, no montante de 23,2 milhões de euros, +3,4% que no ano transacto (22,5 milhões de euros). A taxa de execução orçamental deste departamento foi na generalidade das mais altas com 84,0% de execução, ainda que ligeiramente inferior (-2,3%) ao ano anterior.

No QUADRO 61 é elaborada a distribuição da despesa total pelos serviços tutelados pela Secretaria Regional de Educação, incluindo serviços e fundos autónomos.

QUADRO 61 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRE

(mil euros)

Descrição	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50						
	Gabinete Secretário, serviços educação e escolas	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	328.613,7	27.876,6	356.490,3	96,8	52.113,8	86,1	367.596,5	96,9
Despesas com o pessoal	260.084,0	260,1	260.344,1	70,7	10.771,5	17,8	271.115,7	71,4
Aquisição de bens e serviços	16.779,5	3.938,0	20.717,5	5,6	17.279,5	28,5	37.997,0	10,0
Juros e outros encargos	0,0	29,2	29,2	0,0	0,0	0,0	29,2	0,0
Transferências correntes	51.739,9	23.229,6	74.969,6	20,4	23.963,9	39,6	57.925,9	15,3
Subsídios	0,0	419,4	419,4	0,1	0,0	0,0	419,4	0,1
Outras despesas correntes	10,3	0,2	10,5	0,0	98,8	0,2	109,3	0,0
Despesas de capital	1.193,6	10.599,2	11.792,8	3,2	8.446,0	13,9	11.897,6	3,1
Aquisição de bens de capital	851,0	1.646,8	2.497,8	0,7	611,8	1,0	3.109,6	0,8
Transferências de capital	342,6	8.952,4	9.295,0	2,5	7.834,2	12,9	8.788,0	2,3
Total geral	329.807,3	38.475,8	368.283,2	100,0	60.559,8	100,0	379.494,1	100,0

As verbas destinadas ao orçamento de funcionamento normal assumem 89,6% do total realizado pelos serviços integrados e 86,9% do total consolidado da SRE. Efectivamente, ao Capítulo 01 estiveram afectos 329,8 milhões de euros, distribuídos, essencialmente, pelas *Despesas com o pessoal* (260,1 milhões de euros) e pelas *Transferências correntes* (51,7 milhões de euros). Nos serviços e fundos autónomos as despesas correntes com 52,1 milhões de euros, continuam a superar as despesas de capital cujo valor despendido foi de 8,4 milhões de euros. Consolidando a despesa temos gastos com o pessoal de 271,1 milhões de euros, com as *Transferências correntes* de 57,9 milhões de euros, com a *Aquisição de bens e serviços* de 38,0 milhões de euros e com as *Transferências de capital* de 8,8 milhões de euros. As despesas realizadas nos demais agrupamentos económicos de despesa foram menos significativas.

8.9. SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Conforme o QUADRO 62 as despesas efectuadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRPF) registaram um aumento de 2,2% de 2006 para 2007 em consequência dos acréscimos de

despesa com *Juros e outros encargos* (+12,7 milhões de euros), *Aquisição de bens de capital* (10,6 milhões de euros), *Transferências correntes* (3,2 milhões de euros), *Aquisição de bens e serviços* (1,1 milhões de euros) e mais residualmente *Subsídios*, *Activos financeiros*, *Despesas com o pessoal* e *Outras despesas correntes*. Excluindo a execução orçamental as verbas afectas a *Passivos Financeiros* e *Juros e outros encargos* o aumento, em relação ao ano anterior fixa-se em 9,7%.

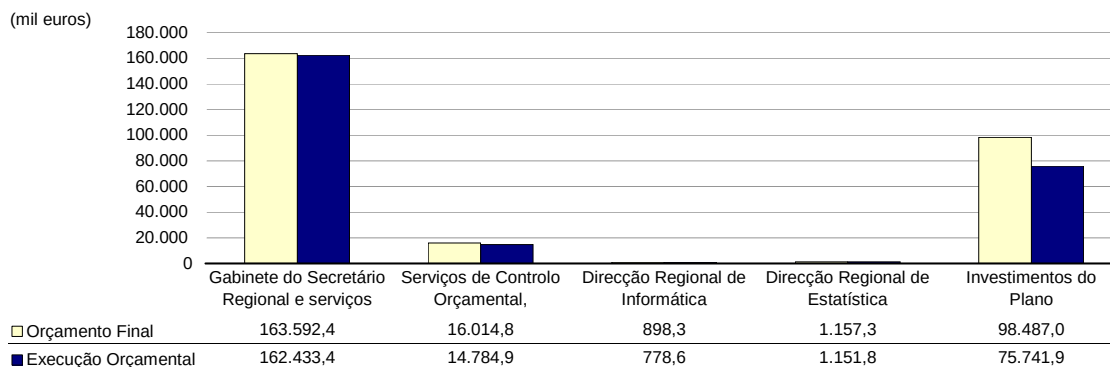
QUADRO 62 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRPF

							(mil euros)
Designação	2006			2007			Variação 2006-2007
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor
Despesas correntes	53.039,8	21,3	87,9	71.790,7	28,2	88,2	18.750,8
Despesas com o pessoal	13.697,8	5,5	96,4	14.583,0	5,7	98,2	885,2
Aquisição de bens e serviços	7.828,9	3,1	73,5	8.894,6	3,5	73,4	1.065,7
Juros e outros encargos	24.533,0	9,8	100,0	37.195,5	14,6	99,6	12.662,5
Transferências correntes	5.462,2	2,2	73,1	8.612,5	3,4	87,8	3.150,2
Subsídios	1.010,9	0,4	100,0	1.811,7	0,7	28,6	800,8
Outras despesas correntes	507,0	0,2	20,4	693,4	0,3	75,1	186,4
Despesas de capital	196.256,3	78,7	84,1	183.100,0	71,8	92,1	- 13.156,3
Aquisição de bens de capital	20.269,7	8,1	65,5	30.919,5	12,1	83,4	10.649,8
Transferências de capital	44.909,1	18,0	79,4	36.757,6	14,4	79,6	- 8.151,5
Activos financeiros	400,0	0,2	100,0	900,0	0,4	100,0	500,0
Passivos financeiros	130.677,5	52,4	91,0	114.523,0	44,9	99,9	- 16.154,5
Total	249.296,1	100,0	84,9	254.890,7	100,0	91,0	5.594,6

Em termos de *Despesas correntes* cujo total foi de 71,8 milhões de euros, a componente adstrita a *Juros e outros encargos* representa 51,8%, tendo aumentado o seu peso em relação ao ano precedente.

Nas despesas de capital, as *Transferências de capital* são as mais representativas (20,1% das despesas de capital), sendo que estes encargos consubstanciam-se em 95,9% (35,2 milhões de euros) em apoios concedidos pelo Governo Regional da Madeira aos Municípios.

GRÁFICO 25 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRPF



A distribuição das despesas deste agrupamento orgânico, apresentada no GRÁFICO 25, demonstra que as verbas inscritas no capítulo 50 assumem 29,7% da estrutura da despesa da SRPF. Ao nível do orçamento de funcionamento normal, verifica-se que a execução orçamental foi muito próxima dos valores orçamentados.

QUADRO 63 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRPF

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
APOIO AO FINANCIAMENTO - IHM	2.786,53	86,4%
MUNICIPIO DA CALHETA	3.000,00	42,0%
MUNICIPIO DE CÂMARA DE LOBOS	5.262,48	86,5%
MUNICIPIO DO FUNCHAL	5.112,72	89,6%
MUNICIPIO DE MACHICO	2.484,53	98,5%
MUNICIPIO DO PORTO SANTO	2.121,70	69,8%
MUNICIPIO DA RIBEIRA BRAVA	5.588,54	92,0%
MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	4.380,48	87,8%
MUNICIPIO DE SÃO VICENTE	2.691,40	63,1%
INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS - DRP	27.362,16	100,0%
(1) Total dos Projectos	60.790,53	85,2%
(2) Total da SRPF	75.741,87	76,9%
(3) Peso dos projectos na SRPF	80,3%	

Este departamento efectuou 75,7 milhões de euros de despesa do Capítulo 50 no ano de 2007, representando um aumento de 8,8 milhões de euros (+13,1%), e uma evolução da execução de 4,1 pontos percentuais, relativamente ao ano passado. Os investimentos realizados que mais se destacaram, pelo seu valor, foram os indicados no QUADRO 63.

No QUADRO 64 está expressa a distribuição das despesas afectas à SRPF por serviços tutelados. A despesa total consolidada (316,7 milhões de euros) esteve afectada maioritariamente ao Capítulo 01 (51,3%), seguindo-se a despesa com os serviços e fundos autónomos com 20,4% e com os serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial com 4,7%.

QUADRO 64 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRPF

Descrição	Capítulos					Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	04	50						
	Gab. Secr. Reg. serv. depend. Secretário Regional	Serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial	Direcção Regional de Informática	Direcção Regional de Estatística	Investimentos do Plano						
						Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	47.740,4	13.817,9	778,6	1.151,8	8.301,9	71.790,7	28,2	4.858,6	7,5	73.855,6	23,3
Despesas com o pessoal	2.955,3	9.557,0	760,2	1.107,8	202,7	14.583,0	5,7	2.890,2	4,5	17.473,2	5,5
Aquisição de bens e serviços	3.475,4	4.227,3	18,4	44,0	1.129,6	8.894,7	3,5	1.967,4	3,0	10.862,1	3,4
Juros e outros encargos	37.195,5	0,0	0,0	0,0	0,0	37.195,5	14,6	0,0	0,0	37.195,5	11,7
Transferências correntes	3.454,5	0,0	0,0	0,0	5.157,9	8.612,5	3,4	0,0	0,0	5.818,8	1,8
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	1.811,7	1.811,7	0,7	0,0	0,0	1.811,7	0,6
Outras despesas correntes	659,7	33,7	0,0	0,0	0,0	693,3	0,3	1,0	0,0	694,3	0,2
Despesas de capital	114.693,1	967,0	0,0	0,0	67.439,9	183.100,0	71,8	59.870,7	92,5	242.886,0	76,7
Aquisição de bens de capital	6,2	966,0	0,0	0,0	29.947,2	30.919,5	12,1	163,0	0,3	31.082,5	9,8
Transferências de capital	163,8	1,0	0,0	0,0	36.592,7	36.757,6	14,4	59.707,7	92,2	96.380,6	30,4
Activos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0	900,0	0,4	0,0	0,0	900,0	0,3
Passivos financeiros	114.523,0	0,0	0,0	0,0		114.523,0	44,9	0,0	0,0	114.523,0	36,2
Total geral	162.433,4	14.784,9	778,6	1.151,8	75.741,9	254.890,7	100,0	64.729,4	100,0	316.741,6	100,0

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças destaca-se o peso das despesas de capital (76,7% no total consolidado), o que se deve aos *Passivos financeiros* e às *Transferências de capital* cujo valor consolidado é de 96,4 milhões de euros.

8.10. SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

A Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA) assume 6,8% do total das despesas, ou seja, 85,3 milhões de euros, verba esta ligeiramente superior à verificada em 2006 (QUADRO 65).

Em 2007, a taxa de execução orçamental foi ligeiramente superior à de 2006. Contudo, em termos globais este departamento continua a apresentar uma das menores taxas de execução orçamental (68,6%).

As despesas correntes aumentaram o seu peso no total da SRA em 6,7%, devido aos aumentos das despesas com *Transferências correntes*, *Subsídios* e *Aquisição de bens e serviços*.

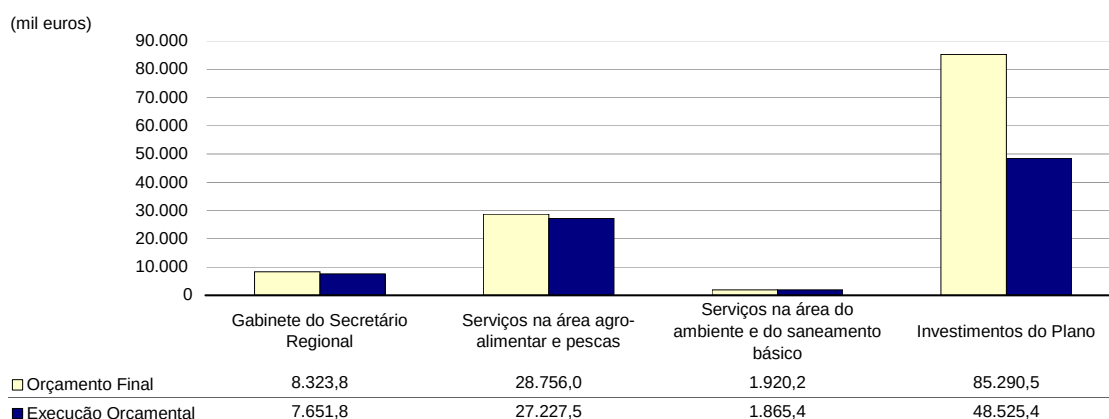
Nas despesas de capital as variações foram irrelevantes verificando-se que o aumento registado em *Aquisição de bens de capital* foi compensado pela diminuição das despesas em *transferências de capital* e em *Activos financeiros*.

QUADRO 65 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2006/2007 - SRA

Designação							(mil euros)
	2006			2007			Varição
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	2006-2007
Despesas correntes	52.753,9	64,5	74,9	56.295,8	66,0	82,4	3.541,8
Despesas com o pessoal	31.447,4	38,5	96,5	31.614,7	37,1	96,6	167,2
Aquisição de bens e serviços	6.737,8	8,2	51,4	7.464,3	8,8	49,7	726,5
Transferências correntes	13.621,0	16,7	59,5	15.246,5	17,9	88,7	1.625,4
Subsídios	759,0	0,9	47,1	1.969,1	2,3	58,1	1.210,1
Outras despesas correntes	188,6	0,2	93,7	1,3	0,0	25,3	- 187,4
Despesas de capital	28.988,2	35,5	51,9	28.974,4	34,0	51,8	- 13,8
Aquisição de bens de capital	14.811,3	18,1	41,5	18.667,3	21,9	52,6	3.856,0
Transferências de capital	12.926,9	15,8	68,3	9.085,4	10,7	48,8	- 3.841,5
Activos financeiros	1.250,0	1,5	100,0	1.221,7	1,4	64,6	- 28,3
Total	81.742,1	100,0	64,7	85.270,1	100,0	68,6	3.528,0

As despesas com investimentos do Plano efectuadas por esta Secretaria Regional ascenderam a 56,9% do total orçamentado (GRÁFICO 26). Ao nível do orçamento de funcionamento as discrepâncias entre a execução e os valores orçamentados são muito menos relevantes.

GRÁFICO 26 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2007, POR CAPÍTULOS - SRA



Este departamento do Governo Regional foi responsável pela execução orçamental de 13,5% das despesas realizadas pelo Governo Regional com investimentos do Plano, em 2007. Em relação ao ano anterior o decréscimo das despesas realizadas foi de 1,9 milhões de euros.

No QUADRO 66 constam os projectos que mais se destacaram, quer em termos de valor, quer em termos de taxa de execução orçamental.

QUADRO 66 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
LABORATORIO REG. DE VETERINARIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - DRADR	1.520,52	50,9%
PROGRAMA DE EQUILIBRIO DO SISTEMA DA VALOR AMBIENTE S.A.-VAB	1.341,30	100,0%
EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DA VALOR AMBIENTE S.A.-VAB	6.934,34	100,0%
DESTINO FINAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MACHICO - DRSB	4.621,42	65,2%
DESTINO FINAL ÁGUAS RESIDUAIS FREG. CALHETA - ARCO CALHETA - DRSB	2.186,14	95,8%
DESTINO FINAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DO SEIXAL - DRSB	2.020,39	98,7%
DEST. FINAL ÁGUAS RESID. PAUL DO MAR, JARDIM MAR, PRAZERES - DRSB	2.865,17	41,1%
APOIO AS CASAS DO POVO - DRADR	1.338,00	71,7%
ACÇÕES DE APOIO A AGRICULTURA MADEIRENSE - DRADR	1.787,77	94,9%
AGRICULTURA E DESENV. RURAL - APOIOS NO AMBITO DO PAR - DRADR	6.427,65	79,0%
(1) Total dos Projectos	31.042,72	69,8%
(2) Total da SRA	48.525,42	56,9%
(3) Peso dos projectos na SRA		64,0%

Esta Secretaria Regional executou 48,5 milhões de euros em 2007, representando um acréscimo de 9,2% comparativamente ao ano de 2006. Este aumento foi induzido pelas *Despesas correntes*, que cresceram 26,6%, pois as *Despesas de capital* diminuíram somente 0,1%. De realçar o peso da *Aquisição de bens de capital* (38,4%) ao nível das despesas com investimentos do Plano.

Distribuindo a despesa por serviços, sobressai o peso das despesas com investimentos do Plano, com os serviços afectos à área agro-alimentar e pescas e com os serviços e fundos autónomos. As

despesas afectas ao Gabinete do Secretário Regional foram de 7,7 milhões de euros, sendo 4,5 milhões de euros destinados a transferências para serviços e fundos autónomos.

QUADRO 67 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2007, POR NATUREZA - SRA

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50						
	Gabinete do Secretário Regional	Serviços na área agro-alimentar e pescas	Serviços áreas ambiente e saneamento básico	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	7.651,6	27.215,5	1.865,4	19.563,2	56.295,8	66,0	7.009,4	75,9	57.834,9	65,3
Despesas com o pessoal	2.604,4	26.086,0	1.793,6	1.130,8	31.614,7	37,1	4.386,7	47,5	36.001,3	40,6
Aquisição de bens e serviço	560,7	1.129,6	71,9	5.702,1	7.464,3	8,8	1.993,6	21,6	9.457,9	10,7
Transferências correntes	4.486,5	0,0	0,0	10.760,0	15.246,5	17,9	194,6	2,1	9.970,8	11,3
Subsídios	0,0	0,0	0,0	1.969,1	1.969,1	2,3	304,6	3,3	2.273,7	2,6
Outras despesas correntes	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	0,0	130,0	1,4	131,2	0,1
Despesas de capital	0,2	12,0	0,0	28.962,2	28.974,4	34,0	2.223,6	24,1	30.779,8	34,7
Aquisição de bens de capita	0,2	12,0	0,0	18.655,1	18.667,3	21,9	2.223,6	24,1	20.890,9	23,6
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	9.085,4	9.085,4	10,7	0,0	0,0	8.667,3	9,8
Activos financeiros	0,0	0,0	0,0	1.221,7	1.221,7	1,4	0,0	0,0	1.221,7	1,4
Total geral	7.651,8	27.227,5	1.865,4	48.525,4	85.270,1	100,0	9.233,0	100,0	88.614,7	100,0

Em termos consolidados a despesa ascendeu a 88,6 milhões de euros, dos quais, 57,8 milhões de euros estão afectos a despesas correntes e 30,8 milhões de euros a despesas de capital (Vd. QUADRO 67).

Nas despesas correntes sobressaem as *Despesas com o pessoal* com 36,0 milhões de euros e as *Transferências correntes* com 10,0 milhões de euros. As despesas com *Aquisição de bens de capital*, 20,9 milhões de euros, e com *Transferências de capital*, 8,7 milhões de euros, foram as mais significativas ao nível das despesas de capital.

9. OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS

Nas operações extra-orçamentais, consideram-se as entradas e saídas de fundos da Conta da Região que não são receita orçamental mas que têm expressão na tesouraria do Governo Regional (conforme Decreto – Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro).

Através da Circular n.º 2/ORÇ/2004, de 15 de Janeiro, foi criada a desagregação 05, na Receita e na Despesa, nomeadamente, 17.05 e 12.05, com a designação “*Recursos próprios de terceiros*” de forma a serem consideradas todas as situações que até então estavam incluídas em *Recursos próprios de terceiros* e passíveis de enquadramento no agrupamento das *Operações extra-orçamentais*.

É de referir ainda que, apesar de no Decreto-Lei n.º26/2002, estar indicado que as *Reposições abatidas nos pagamentos*, ou seja, as receitas resultantes de entrada de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos no próprio ano, devem constar das operações extra-orçamentais, no grupo 03, até ao momento, tal não se tem aplicado à Região devido a dificuldades em operacionalizar a alteração da contabilização.

Contudo, no mapa Anexo XXVII são indicadas as *Reposições abatidas nos pagamentos*, em 2007, por departamentos. Esse valor consta ainda do mapa Anexo I – *Conta geral dos fluxos financeiros da Região Autónoma da Madeira* e mapa Anexo XXVIII - *Conta geral das operações de tesouraria e transferência de fundos* Em 2007, o seu valor ascendeu a 14,5 milhões de euros dos quais 11,8 milhões de euros, estiveram afectos à saída de fundos da Secretaria Regional do Plano e Finanças.

QUADRO 68 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS DE 2007

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SAÍDA	Importâncias (em euros)
Saldo existente em 1 de Janeiro de 2007		Operações extra-orçamentais	248.654.301,28
de operações extra-orçamentais:	23.806.304,94		
de contas de ordem	0,00	12.01. Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado	36.393.979,01
de recursos próprios de terceiros e outras	23.806.304,94	12.02. Outras operações de tesouraria	2.351.983,10
		12.04. Contas de Ordem	110.034.123,54
		12.05. Recursos próprios de terceiros	99.874.215,63
Operações extra-orçamentais	255.707.519,86		
17.01. Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado	36.374.735,43	Saldo existente em 31 de Dezembro de 2007	
17.02. Outras operações de tesouraria	1.672.930,83	de operações extra-orçamentais:	30.859.523,52
17.04. Contas de Ordem	110.034.123,54	de contas de ordem	0,00
17.05. Recursos próprios de terceiros	107.625.730,06	de recursos próprios de terceiros e outras	30.859.523,52
Total	279.513.824,80	Total	279.513.824,80

No quadro anterior é apresentado o resumo da Conta geral dos fluxos das operações extra-orçamentais de 2007 verificando-se, pela sua análise que, as entradas de fundos relacionadas com estas operações ascenderam a 255,7 milhões de euros e as saídas de fundos a 248,7 milhões de euros.

O saldo dos movimentos registados em 2007 foi de 30,9 milhões de euros, para o qual contribuíram, essencialmente, as entradas e saídas de fundos ao nível dos *Recursos próprios de terceiros* (17.05 na Receita e 12.05 na Despesa) que, em termos líquidos, foram de 7,8 milhões de euros.

Com efeito, considerando o saldo existente em 1 de Janeiro de 2007, de 23,8 milhões de euros, mais o saldo dos movimentos registados ao longo do ano, temos um saldo existente em 31 de Dezembro de 2007 de 30,9 milhões de euros. À semelhança do sucedido no ano anterior, este saldo está afecto na totalidade a *Recursos próprios de terceiros* e *Outras operações de tesouraria*. O saldo afecto a *Contas de Ordem* é nulo conforme se pode constatar.

A desagregação dos movimentos relativos a estas operações, efectuados durante o ano de 2007, consta do QUADRO 69.

QUADRO 69 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS EM 2007

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SAÍDA	Importâncias (em euros)
17. Operações extra-orçamentais:		12. Operações extra-orçamentais:	
<u>17.01. Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado</u>	<u>36.374.735,43</u>	<u>12.01. Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado</u>	<u>36.393.979,01</u>
Caixa Geral de Aposentações	13.181.866,65	Caixa Geral de Aposentações	13.181.851,14
Direcção Regional de Segurança Social	2.675.664,43	Direcção Regional de Segurança Social	2.693.542,20
IRS-Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	19.620.669,12	IRS-Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	19.620.669,12
Outras	896.535,23	Outras	897.916,55
<u>17.02. Outras operações de tesouraria</u>	<u>1.672.930,83</u>	<u>12.02. Outras operações de tesouraria</u>	<u>2.351.983,10</u>
Desc Venc Funcionários p/ Sentenças Judiciais	178.821,40	Desc Venc Funcionários p/ Sentenças Judiciais	178.821,40
Sindicato de Professores da Região	247.336,97	Sindicato de Professores da Região	247.336,97
Mútua dos Pescadores	303.492,53	Mútua dos Pescadores	304.119,73
Outras	943.279,93	Outras	1.621.705,00
<u>17.04. Contas de Ordem</u>	<u>110.034.123,54</u>	<u>12.04. Contas de Ordem</u>	<u>110.034.123,54</u>
Assembleia Legislativa da Madeira	77.222,33	Assembleia Legislativa da Madeira	77.222,33
Serviços e fundos autónomos da Vice-Presidência do Governo Regional	10.417.498,88	Serviços e fundos autónomos da Vice-Presidência do Governo Regional	10.417.498,88
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos	1.551.254,57	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos	1.551.254,57
Serviços e fundos autónomos da SR do Equipamento Social e Transportes	201.206,72	Serviços e fundos autónomos da SR do Equipamento Social e Transportes	201.206,72
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	22.607.126,02	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	22.607.126,02
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional de Educação	11.802.045,60	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional de Educação	11.802.045,60
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	59.862.402,16	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	59.862.402,16
Serviços e fundos autónomos da SR do Ambiente e dos Recursos Naturais	3.515.367,26	Serviços e fundos autónomos da SR do Ambiente e dos Recursos Naturais	3.515.367,26
<u>17.05. Recursos próprios de terceiros</u>	<u>107.625.730,06</u>	<u>12.05. Recursos próprios de terceiros</u>	<u>99.874.215,63</u>
Fundo Geral Municipal	3.172.623,00	Fundo Geral Municipal	3.172.623,00
Fundo de Coesão Municipal	1.076.149,00	Fundo de Coesão Municipal	1.076.149,00
Fundo de Base Municipal	990.231,00	Fundo de Base Municipal	990.231,00
Finanças Locais-Transferências Juntas de Freguesias	4.135.926,66	Finanças Locais-Transferências Juntas de Freguesias	4.135.926,66
Fundo de Equilíbrio Financeiro	46.928.555,00	Fundo de Equilíbrio Financeiro	46.928.555,00
Fundo Social Municipal	4.233.284,00	Fundo Social Municipal	4.233.284,00
INTERREG	25.347.532,76	INTERREG	21.654.299,15
Diversos	21.741.428,64	Diversos	17.683.147,82
Total geral	255.707.519,86	Total geral	248.654.301,28

Nas *Operações de tesouraria*, destacam-se os movimentos relacionados com a retenção e entrega de verbas afectas ao “IRS – *Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares*”, que totalizaram 19,6 milhões de euros, seguindo-se as operações relacionadas com a Caixa Geral de Aposentações que foram de 13,2 milhões de euros.

Os movimentos expressos nas *Outras operações de tesouraria* (17.02 e 12.02) foram menos significativos: 1,7 milhões de euros nas entradas e 2,4 milhões de euros nas saídas.

Os movimentos registados ao nível das *Contas de ordem* saldaram-se ao longo do ano, ou seja, a entradas de fundos no valor de 110,0 milhões de euros corresponderam saídas de fundos no mesmo valor. Neste agrupamento destacam-se os movimentos de receitas próprias efectuados pelos serviços e fundos autónomos tutelados pelo Plano e Finanças, Assuntos Sociais, Educação e Vice-Presidência do Governo Regional.

Nos capítulos 17.05 e 12.05 - *Recursos próprios de terceiros*, têm maior peso os movimentos relacionados com as transferências para os municípios que totalizam 60,6% das entradas e 56,2% das saídas, seguindo-se as operações relacionadas com os fundos afectos ao INTERREG (25,3 milhões de euros no Capítulo 17.05 e 21,7 milhões de euros no subagrupamento 12.05).

10. SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

No âmbito da estrutura orgânica do X Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, foram efectuadas algumas modificações ao nível dos SFA, que terão reflexos apenas a partir da gerência de 2008.

Não obstante, refere-se que a Secretaria Regional da Educação e Cultura passou a tutelar também o Centro de Estudos de História do Atlântico, que deixou de depender da Secretaria Regional do Turismo.

A nível da Secretaria Regional do Plano também se assistiu à extinção do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, sucedendo o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) que, para além de integrar as suas antigas atribuições, viu alargado o seu leque de competências, com destaque para as atribuições que lhe são cometidas na execução das políticas de desenvolvimento regional (área do planeamento) e na gestão dos programas de cooperação territorial aplicados à Região.

O IDR enquanto autoridade de gestão dos dois novos Programas Operacionais Regionais da Madeira, integrados no QREN, tem competência para efectuar os pagamentos correspondentes a conceder aos beneficiários, sendo que, um pequeno universo destes são entidades que, pela sua natureza, estão impossibilitados de manifestar estas verbas como receitas do Orçamento da Região. Este instituto, à semelhança do que era realizado pelo IFC, continua a assegurar esta operação de manifestação das receitas dos pagamentos de fundos comunitários, com a ressalva de se ter introduzido, agora, melhorias no circuito processual, visando a sua desburocratização, a sua simplificação e a sua rapidez de execução, com claros reflexos quer na “performance” da execução dos PO’s, quer em garantir a entrega do financiamento às entidades em tempo útil.

A partir de 2008 assistiremos então a uma redução dos valores constantes na componente PIDDAR do Orçamento da Região, resultante do facto do IDR deixar de incluir no seu orçamento privativo os programas (POPRAM III-FEDER, POPRAM III-IFOP, POPRAM III-FEOGA) através dos quais se processavam estas operações de manifestação da receita e que agora passarão apenas por operações extra-orçamentais, manifestando-se à mesma nos cofres do Governo Regional, através do circuito de contas de ordem.

O Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira, abreviadamente designado por FET—M, foi criado em 2006 e constitui um fundo autónomo, não personalizado, com a função genérica de suportar os encargos com o pagamento do acréscimo de produtividade dos funcionários da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais previsto na lei, sob a tutela da Secretaria Regional do Plano e Finanças. O exercício de 2007 marcou o início da consolidação e estabilização na obtenção dos recursos financeiros próprios deste Fundo, demonstrando-se inequivocamente a sua auto

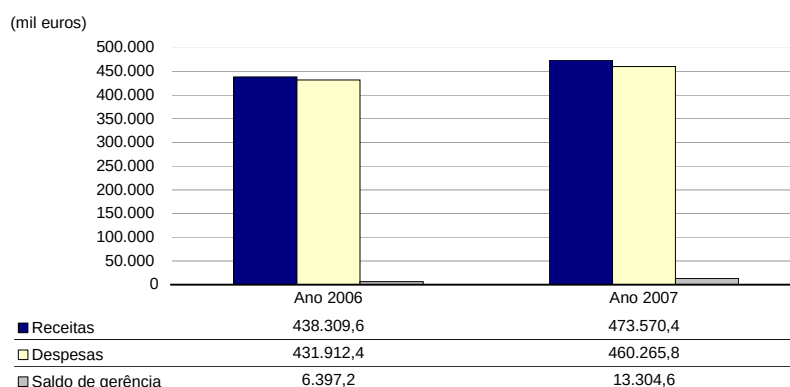
sustentabilidade, conforme legalmente previsto, e assegurando a cobertura de todos os encargos com os suplementos de produtividade atribuídos aos funcionários da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais.

Relativamente às disponibilidades financeiras que se foram verificando ao longo do ano de 2007, estas foram aplicadas sob a forma de depósitos remunerados, constituindo uma receita adicional, numa lógica de optimização de todos os recursos disponíveis em prol do Fundo de Estabilização.

No ano de 2007 foram assim alcançados todos os objectivos inicialmente propostos pelo FET, superando todos os resultados previamente traçados e cumprindo escrupulosamente todos os preceitos legais e estatutários determinados. Para o exercício de 2008 já se anteviu um regular funcionamento do mesmo em prol da Administração Tributária Regional e de todos os seus colaboradores, para além da regularização das situações pendentes com a administração central.

De igual modo que na análise das contas de gerência dos SFA do ano de 2006, não se consideraram os montantes das *Operações extra-orçamentais* nos valores totais que se apresentam nos mapas das receitas e das despesas dos SFA, anexos ao presente relatório. As receitas de capital estão igualmente reestruturadas, na sequência da aplicação do novo classificador económico das receitas e despesas públicas – Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, distinguindo-se destas os *Recursos próprios comunitários*, as *Reposições não abatidas nos pagamentos* e o *Saldo de gerência anterior, de receitas próprias*.

GRÁFICO 27 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2006-2007)



O valor das receitas dos Serviços e Fundos Autónomos foi, em 2007, superior ao das despesas, apurando-se um saldo para a gerência seguinte, de receitas próprias, no valor de 13,3 milhões de euros (GRÁFICO 27).

10.1. RECEITA

Em 2007 a receita efectiva dos serviços, institutos e fundos autónomos totalizou o valor de 473,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de 8,0% face à execução de 2006 e devendo-se, essencialmente, aos aumentos das receitas verificados na Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos (+32,9 milhões de euros), no Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira (+4,8 milhões de euros), no Instituto do Desporto da RAM (+2,9 milhões de euros), na Assembleia Legislativa da Madeira (+0,7 milhões de euros), no Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira (+0,5 milhões de euros), no Conservatório—Escola Profissional das Artes da Madeira (+0,1 milhões de euros) e ainda aos aumentos das receitas verificados nos Fundos Escolares que foram, no total, de cerca de +1,5 milhão de euros.

O QUADRO 70 mostra a estrutura das receitas dos Serviços e Fundos Autónomos por classificação económica em 2006 e 2007.

QUADRO 70 – RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2006-2007)

Designação	(mil euros)					
	2006		2007		Variação 2007 / 2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas correntes						
Impostos directos		-	734,3	0,2	734,3	s./s.
Impostos directos		-	426,2	0,1	426,2	s./s.
Taxas, multas e outras penalidades	1.167,5	0,3	5.482,0	1,2	4.314,5	369,5
Rendimentos da propriedade	102,7	0,0	232,8	0,0	130,1	126,6
Transferências correntes	329.973,7	75,3	362.805,6	76,6	32.831,9	9,9
Venda de bens e serviços correntes	5.292,3	1,2	5.801,0	1,2	508,8	9,6
Outras receitas correntes	2.197,2	0,5	2.040,2	0,4	- 157,0	- 7,1
Soma	338.733,4	77,3	377.522,1	79,7	38.788,7	11,5
Receitas de capital						
Venda de bens de investimento	22,1	0,0	3,3	0,0	- 18,8	- 85,1
Transferências de capital	89.172,5	20,3	87.360,6	18,4	- 1.811,9	- 2,0
Activos financeiros	1.909,2	0,4	2.027,4	0,4	118,2	6,2
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	s./s.
Outras receitas de capital	0,6	0,0	7,4	0,0	6,8	1.212,9
Soma	91.104,3	20,8	89.398,7	18,9	- 1.705,7	- 1,9
Recursos próprios comunitários	-	-	-	-	-	s./s.
Reposições não abatidas nos pagamentos	313,9	0,1	463,8	0,1	150,0	47,8
Saldo da gerência anterior (de receitas próprias)	8.158,0	1,9	6.185,8	1,3	- 1.972,3	- 24,2
Total receitas	438.309,6	100,0	473.570,4	100,0	35.260,7	8,0
Saldo da gerência anterior (de operações de tesouraria e RPT)	12.201,5		6.736,0		- 5.465,5	- 44,8
Operações extra-orçamentais	252.408,2		213.403,1		- 39.005,1	- 15,5
Total	702.919,3		693.709,4		- 9.209,9	- 1,3

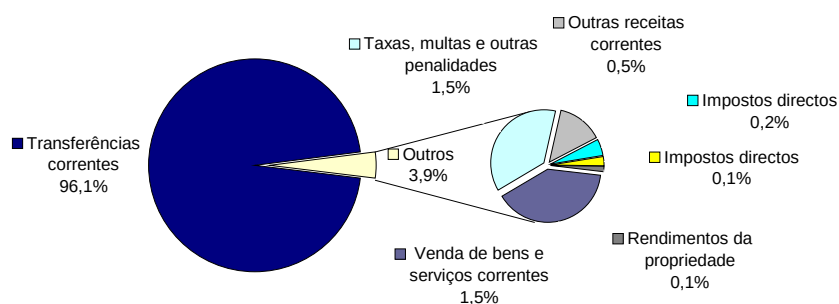
As receitas correntes, no valor de 377,5 milhões de euros, registaram um aumento de 11,5%, relativamente ao total cobrado no ano precedente, que se deveu essencialmente ao acréscimo total de 32,8 milhões de euros verificado nas *Transferências correntes* e provenientes da *Administração regional* (+37,0 milhões de euros), *central* (+0,2 milhões de euros), *local* (+2,0 mil euros), e *das Instituições sem fins lucrativo* (+2,6 mil euros), e *Famílias* (+27,9 mil euros).

As receitas de capital dos SFA ascenderam a cerca de 89,4 milhões de euros em 2007. Representaram cerca de 18,9% da receita total deste subsector e foram inferiores em 1,7 milhões de euros, comparativamente a 2006, devendo-se, fundamentalmente, aos decréscimos das *Transferências de capital* provenientes do *Resto do mundo—União Europeia* (-3,3 milhões de euros), da *Administração, central* (-2,0 milhões de euros), *das Instituições sem fins lucrativos* (-50,3 mil euros), da *Administração regional para o funcionamento normal* (-351,7 mil euros) e ainda da diminuição das receitas obtidas com a *Venda de bens de investimento* (-18,8 mil euros).

Refira-se que, na sequência da aplicação do classificador económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro — passou-se a distinguir o capítulo das *Operações extra-orçamentais*, onde se englobam as operações que apenas têm expressão na tesouraria, não sendo consideradas receita orçamental. São elas as receitas do Estado, as operações de tesouraria, as *Reposições abatidas nos pagamentos*, as *Contas de ordem* e ainda os *Recursos próprios de terceiros*. Em 2007, o capítulo 17 - *Operações extra-orçamentais*, foi de 213,4 milhões de euros (-39,0 milhões de euros, relativamente a 2006) sendo que o agrupamento das *Contas de ordem*, com 110,0 milhões de euros, representou 51,6% deste capítulo e o dos *Recursos próprios de terceiros*, com 95,3 milhões de euros, 44,7% do mesmo.

A estrutura das receitas correntes e de capital dos SFA pode ser observada através dos gráficos seguintes. As *Transferências correntes* constituem 96,1% das receitas correntes (GRÁFICO 28) e as *Transferências de capital* cerca de 97,7% da componente capital da receita. Nestas rubricas estão inscritas as verbas transferidas da administração regional, da administração central, local e Segurança social, das instituições sem fins lucrativos e famílias, do resto do mundo (UE) e ainda de outros sectores onde se incluem as sociedades e quase-sociedades financeiras e as não financeiras.

GRÁFICO 28 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2007

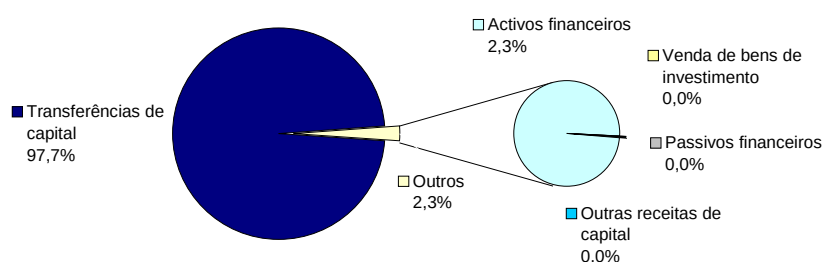


Em 2007, as *Transferências* totais para os SFA perfizeram 450,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 7,4% comparativamente ao valor transferido do ano anterior, devido, em especial, aos aumentos dos montantes transferidos para a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos (+32,8 milhões de euros). De entre as suas atribuições da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos salientam-se o financiamento, a contratação e o pagamento das prestações de cuidados de saúde integrados no Sistema Regional de Saúde. Deste modo, 77,7% do total transferido do Orçamento da RAM para esta entidade, ou seja, de 258,0 milhões de euros, 200,5 milhões de euros destinaram-se ao Serviço Regional de Saúde, EPE.

Para o Instituto do Desporto da RAM o aumento da receita proveniente de transferências foi de 2,6 milhões de euros. Para o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira e para os Fundos Escolares considerados no total, esse aumento foi sensivelmente igual, e de cerca de 0,6 milhões de euros. As transferências recebidas pela Assembleia Legislativa da Madeira, pelo Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão, pelo Serviço Regional de Protecção Civil, pelo Conservatório—EPAM, pela Escola Profissional de Hotelaria e Turismo em 2007 foram também superiores às recebidas em 2006. Os restantes SFA viram as suas receitas obtidas através de transferências diminuídas no ano de 2007, sendo que o FET—M não beneficiou de qualquer valor de transferências, correntes ou de capital, neste ano.

As transferências do Orçamento da Região Autónoma foram as principais fontes de financiamento destes organismos em 2007, contribuindo no total corrente e de capital, para 73,2% do total das receitas (GRÁFICO 29).

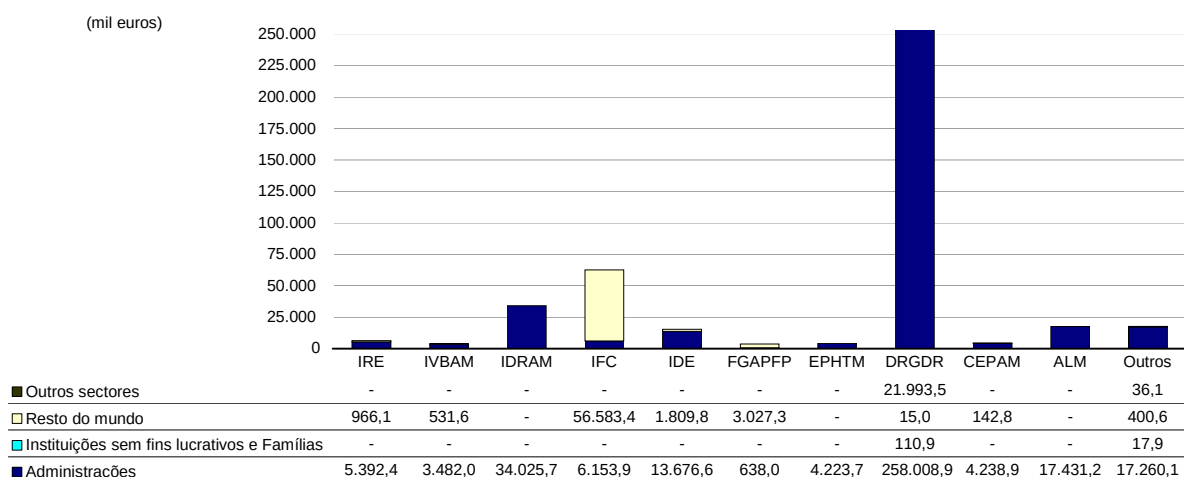
GRÁFICO 29 – RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2007



Os serviços que em 2007 mais beneficiaram de *Transferências correntes* do orçamento regional foram a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, com 256,2 milhões de euros, seja 77,0 % do total destas transferências, o Instituto de Desporto da RAM, com 25,0 milhões de euros, (7,5%) e a Assembleia Legislativa da Madeira, com 17,0 milhões de euros (5,1%) – Vd. GRÁFICO 30. Em conjunto, estes serviços absorveram cerca de 89,7% do valor total corrente transferido do ORAM.

No que respeita às *Transferências de capital* do Governo Regional o Instituto de Desporto da RAM, com 7,9 milhões de euros, aparece em primeiro lugar, equivalente a 55,7% do total destas transferências de capital. Seguem o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com cerca de 2,0 milhões de euros (14,0%), a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, com 1,8 milhões de euros, (12,8%), o Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira, com 810,7 mil euros (5,7%), a Assembleia Legislativa da Madeira e a Direcção Regional de Pescas — MAR-RAM/IFOP, com 426,0 mil euros (3,0%) e 349,3 mil euros (2,5%), respectivamente. Por fim, mas ainda de certa monta, aparecem o Laboratório Regional de Engenharia Civil, com 247,8 mil euros, a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, com 88,4 mil euros, o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (actualmente, Instituto de Desenvolvimento Regional), com 84,8 mil euros, o Conservatório—Escola Profissional das Artes da Madeira, com 78,8 mil euros. Os valores das transferências de capital do Governo Regional dos restantes serviços são comparativamente inferiores aos dos serviços acabados de se referir.

GRÁFICO 30 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SFA EM 2007



Se considerarmos como receitas próprias todas as receitas cobradas e arrecadadas pela venda de bens e de serviços pelos SFA, bem como as participações oriundas de diferentes sectores (com exclusão das transferências da administração regional), o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (actual IDR) foi a entidade autónoma que, em 2007, arrecadou um maior volume de receitas próprias, com cerca de 62,2 milhões de euros, por força das *Transferências da União Europeia* que totalizaram 56,6 milhões de euros.

Destacaram-se, em seguida, a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos com 22,3 milhões de euros, dos quais 98,8% são constituídos por *Transferências das Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial com 14,8 milhões de euros, dos quais 10,3 milhões de euros dizem respeito às participações portuguesa e comunitária, em

projectos co-financiados e transferidos pelos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central e 1,8 milhões de euros às verbas provenientes da União Europeia e relativas às participações dos projectos inscritos no PIDDAC e no PIDDAR.

O Fundo de Estabilização Tributário da RAM cujo total de receitas cobradas em 2007 se consideram como próprias, de 5,8 milhões de euros, o Fundo de Gestão para Acompanhamento dos Programas da Formação Profissional com 4,1 milhões de euros de receitas próprias, em que 73,4% correspondem a fundos comunitários (participações dos projectos inscritos no PIDDAC e no PIDDAR).

Distinguiram-se ainda, com receitas próprias superiores ao milhão de euros, a Assembleia Legislativa da Madeira com cerca de 1,9 milhões de euros de receitas próprias, constituídas na sua quase totalidade pelo saldo de gerência transitado de 2006. Seguem-se a Direcção Regional de Pescas—MAR-RAM/IFOP, com 1,6 milhões de euros, o Instituto do Desporto e o Instituto Regional do Emprego, com o valor de 1,5 milhões de euros e de 1,4 milhões de euros, respectivamente, o Serviço Regional de Protecção Civil com 1,2 milhões de euro, e finalmente o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato com aproximadamente 1,0 milhão de euro. As receitas próprias destes SFA são constituídas, fundamentalmente, por transferências da administração central (OE) e da União Europeia.

QUADRO 71 – RECEITAS PRÓPRIAS E RECEITAS TOTAIS DOS SFA EM 2007

Designação	(unid.: mil euros)		
	RECEITAS PRÓPRIAS	RECEITAS TOTAIS	%
	(1)	(2)	(1)/(2)
Assembleia Legislativa da Madeira	1.913,5	19.344,8	9,9
Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos	22.253,0	280.261,9	7,9
Direcção Regional de Pescas – MAR-RAM/IFOP	1.575,6	2.017,7	78,1
Fundo de Estabilização Tributário - FET	5.793,1	5.793,1	100,0
Fundo de Gestão para Acompanhamento dos Programas da Formação Profissional	4.123,0	4.128,6	99,9
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	14.845,2	18.172,2	81,7
Instituto de Gestão de Fundos Comunitários	62.188,2	65.066,6	95,6
Instituto do Desporto da RAM	1.458,2	34.392,9	4,2
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	1.033,8	4.515,7	22,9
Instituto Regional de Emprego	1.413,6	6.800,8	20,8
Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira	1.181,8	3.586,3	33,0

No que diz respeito às *Operações extra-orçamentais*, o seu valor total sofreu uma diminuição de cerca de 39,0 milhões de euros, ou seja, de menos 15, 5%, pelos decréscimos apresentados nas Contas de Ordem, menos 9,3 milhões de euros (-7,8%) e nos Recursos Próprios de Terceiros, menos 30,2 milhões de euros (-24,1%).

10.2. DESPESA

As despesas totais realizadas pelos Serviços e Fundos Autónomos, em 2007, foi de cerca de 460,3 milhões de euros, valor este inferior às receitas em cerca de 13,3 milhões de euros e que constituiu o valor do saldo, de receitas próprias que transitou para a gerência do ano seguinte.

No exercício de 2007, as despesas totais diminuíram em quase todos os SFA relativamente a 2006, com excepção da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, que registou um aumento de 32,9 milhões de euros (+13,3%), do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira e do Fundo de Estabilização Tributário da RAM, com acréscimos de 541,1 mil euros (+13,6%) e de 83,6 mil euros (+8,4%), respectivamente.

Os Fundos Escolares também viram, no total, as suas despesas aumentadas em cerca de 1,3 milhões de euros (+10,4%).

As diminuições mais significativas apresentam-se no Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, de 3,1 milhões de euros (-4,6%) e no Serviço Regional de Protecção Civil, de 1,4 milhões de euros (-40,8%), sendo ainda de alguma importância as da Direcção Regional de Pescas – MAR-RAM/IFOP e da Assembleia Legislativa da Madeira, respectivamente, de 981,0 mil euros (-34,8%) e de 760,4 mil euros (-4,5%).

QUADRO 72 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS EM 2007

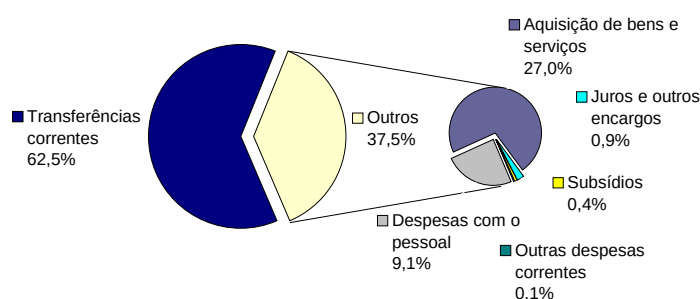
Designação	2006		2007		(mil euros)
	Valor		Valor		Varição
	Valor	%	Valor	%	2007 / 2006
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	33.012,5	7,6433	33.772,4	7,3376	759,9
Aquisição de bens e serviços	95.553,7	22,1	99.932,0	21,7	4.378,3
Juros e outros encargos	2.669,6	0,6	3.323,5	0,7	653,9
Transferências correntes	205.895,2	47,7	231.266,2	50,2	25.371,0
Subsídios	1.791,2	0,4	1.323,3	0,3	- 467,9
Outras despesas correntes	355,4	0,1	361,2	0,1	5,8
Soma	339.277,6	78,6	369.978,7	80,4	30.701,1
Despesas de capital					
Aquisição de bens de capital	6.434,3	1,5	4.759,2	1,0	- 1.675,2
Transferências de capital	76.737,6	17,8	77.786,7	16,9	1.049,1
Activos financeiros	9.462,9	2,2	7.741,2	1,7	- 1.721,7
Passivos financeiros	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-
Soma	92.634,8	21,4	90.287,1	19,6	- 2.347,7
Total despesas	431.912,4	100,0	460.265,8	100,0	28.353,3
Operações extra-orçamentais	257.865,4		216.492,3		- 41.373,1
Total	689.777,9		676.758,1		- 13.019,7

O QUADRO 72 permite apreciar a distribuição da despesa dos Serviços e Fundos Autónomos em 2006 e 2007, por classificação económica, e a sua variação. As despesas totais dos SFA registaram, em 2007, um aumento de aproximadamente 28,4 milhões de euros, mais 6,6% relativamente ao ano anterior.

No que diz respeito às *Operações extra-orçamentais* e de igual modo que na receita, o seu valor total diminuiu de cerca de 41,4 milhões de euros, ou seja, de menos 16,0%.

O GRÁFICO 31 evidencia a distribuição da despesa corrente dos Serviços e Fundos Autónomos em 2007, por agrupamento.

GRÁFICO 31 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2007



As *Despesas com o pessoal* totalizaram cerca de 33,8 milhões de euros, registando um pequeno aumento relativamente a 2006, de 2,3%, e representaram 9,1% das despesas correntes. A entidade autónoma que em 2007 apresentou maiores encargos nesta área foi a Assembleia Legislativa da Madeira, com cerca de 7,7 milhões de euros. Destacaram-se em seguida, pelo seu valor, o Instituto do Desporto da RAM e o Conservatório—Escola Profissional das Artes da Madeira, com 4,1 e 3,9 milhões de euros, respectivamente, a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira e o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, cada um deles sensivelmente com o mesmo valor, 2,8 e 2,7 milhões de euros, e ainda o Instituto Regional de Emprego com 2,3 milhões de euros. Representaram, no conjunto, cerca de 69,5% desta parcela das despesas correntes.

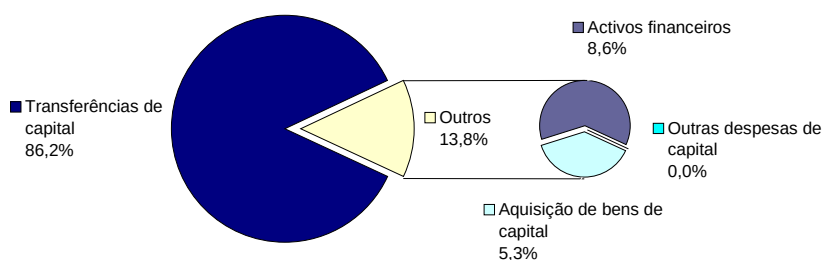
As despesas com a *Aquisição de bens e serviços* em 2007 apresentaram um total de cerca de 99,9 milhões de euros, registando um aumento relativamente a 2006, de 4,6%. Representaram 27,0% das despesas correntes totais. Em primeiro lugar, aparece a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos com 74,6 milhões de euros, correspondendo a 74,6% do total desta parcela e cerca de 26,8% das suas receitas correntes. Distinguem-se ainda, mas com valores muito inferiores, a Assembleia Legislativa da Madeira com cerca de 2,1 milhões de euros e o Instituto de Gestão dos Fundos Comunitários com cerca de 2,0 milhões de euros, o Instituto do Desporto da RAM e a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira com 1,9 e de 1,8 milhões de euros,

respectivamente e o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira com 1,2 milhões de euros.

As *Transferências correntes* efectuadas pela Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos representaram a quase totalidade desta parcela corrente, ou seja 86,1%, destinando-se quase que inteiramente a *Sociedades e quase-sociedades não financeiras* (99,98%). As transferências efectuadas pelo Instituto do Desporto da RAM, pela Assembleia Legislativa da Madeira, pelo Fundo de Gestão para o Acompanhamento de Programas de Formação Profissional, e pelo Instituto Regional de Emprego somaram cerca de 29,1 milhões de euros e representaram, em conjunto, cerca de 12,6% do total desta rubrica da despesa corrente.

As despesas de capital dos SFA distribuíram-se pelas rubricas de *Transferências de capital* – 86,2%, pelos *Activos financeiros* – 8,6% e pela *Aquisição de bens de capital* – 5,3% (GRÁFICO 32).

GRÁFICO 32 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2007



O destaque foi para o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (actual IDR), cujas despesas de capital atingiram os 59,9 milhões de euros, constituídas na sua quase totalidade por *Transferências* (99,7%). Com efeito as *Transferências de capital* deste instituo autónomo são responsáveis por 76,8% das transferências totais de capital dos SFA, por força das realizadas para as *Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, cerca de 22,9 milhões de euros, e para a *Administração central e local*, num total de 36,8 milhões de euros.

Seguiram as despesas de capital do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, 16,1 milhões de euros (17,9% das despesas de capital totais) e as do Instituto do Desporto da RAM, cerca de 8,0 milhões de euros (8,9% das despesas de capital). No Instituto de Desenvolvimento Empresarial são distribuídas quase que igualmente por *Transferências*, nomeadamente para as *Sociedades e quase-sociedades não financeiras* (37,4%) e para a *Administração central e regional* (14,8%), e por *Activos Financeiros* (47,8%). Já no Instituto do Desporto as despesas de capital são constituídas praticamente por *Transferências para instituições sem fins lucrativos* (97,4%).

A Direcção Regional de Pescas – MAR-RAM/IFOP apresentou em Aquisição de bens de capital o valor de 1,6 milhões de euros, correspondendo à totalidade das suas despesas de capital.

Com um total das despesas de capital inferior ao milhão de euros serão de referir ainda a Assembleia Legislativa da Madeira, com 951,8 mil euros, a Direcção Regional de Agricultura – PAR, com 465,4 mil euros, o Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira, com 415,8 mil euros, o Laboratório Regional de Engenharia Civil, com 316,8 mil euros, o Parque Natural da Madeira, com 144,3 mil euros e o Conservatório — Escola Profissional das Artes da Madeira, com 99,3 mil euros respondendo no seu conjunto por apenas 2,7% destas despesas. Nestes serviços as despesas de capital concentraram-se na *Aquisição de bens de capital*, com excepção do Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira, cujo total se distribuiu pelas *Transferências de Capital* (85,9%) e pela *Aquisição de bens de capital* (14,1%).

Os *Activos financeiros*, no valor total de 7,7 milhões de euros corresponderam, grosso modo, as despesas do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com 99,7% deste valor. O valor remanescente, de 25,6 mil euros, pertenceu ao Instituto Regional de Emprego.

As *Operações extra-orçamentais* sofreram, de igual modo que na receita, uma diminuição de 41,4 milhões de euros, seja de 16,0 em termos percentuais.

11. DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

11.1. CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

De acordo com o n.º 2 do art.º 125.º da Lei n.º 53-A/2006 de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2007) em conjugação com o disposto no art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2007/M de 9 de Janeiro (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2007), foi o Governo Regional autorizado a aumentar o seu endividamento líquido até ao montante de 50 milhões de euros, através da contracção de empréstimos destinados ao financiamento da contrapartida nacional dos projectos co-financiados por fundos comunitários, em termos e condições a definir através de despacho do Ministro de Estado e das Finanças.

O referido aumento do endividamento líquido não foi autorizado pelo Ministério das Finanças, ficando, assim, a Região impedida de contrair novos empréstimos em 2007.

Em 29 de Junho de 2007, de acordo com o previsto na Resolução n.º 677/2006 do Conselho do Governo de 25 de Maio, procedeu-se à 2.ª emissão do empréstimo no montante de 243.410.000,00 euros destinado a substituir dívida existente. O produto desta 2.ª emissão do empréstimo, no montante de 113.725.000,00 euros, destinou-se a amortizar o empréstimo “RAM 97-1.ª à 3.ª séries”, avalizado pelo Estado.

Para ocorrer a necessidades pontuais de tesouraria durante o ano de 2007, foi contratado, nos termos do disposto na Resolução n.º 1565/2006 do Conselho do Governo de 7 de Dezembro, um empréstimo na modalidade de conta corrente, junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, o qual, no cumprimento das normas aplicáveis, encontrava-se encerrado em 31 de Dezembro de 2007.

11.2. ENCARGOS COM A DÍVIDA

No ano de 2007 a despesa orçamental decorrente de encargos com a dívida totalizou 150,41 milhões de euros, correspondendo 75,6%, ou seja, 113,73 milhões de euros, a amortização de dívida; 24,4%,

ou seja, 36,64 milhões de euros, a pagamento de encargos com juros; e, 0,04 milhões de euros a outras despesas.

QUADRO 73 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007)

(euros)				
Entidades credoras	Amortizações	Juros	Outras despesas	TOTAL
BANCOS				
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>				
B.E.I.	0,00	2.475.759,72	0,00	2.475.759,72
CISF / BCP	113.725.920,53	2.103.269,92	0,00	115.829.190,45
ABN	0,00	-7.329.444,46	0,00	-7.329.444,46
BES	0,00	771.891,01	0,00	771.891,01
CALYON	0,00	10.808.217,33	0,00	10.808.217,33
BBVA	0,00	54.060,41	0,00	54.060,41
<i>Outros:</i>				
BANIF	0,00	0,00	514,48	514,48
BCP	0,00	0,00	86,25	86,25
BPI	0,00	0,00	40,81	40,81
Banco Santander Totta, S.A.	0,00	0,00	468,55	468,55
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A.	0,00	0,00	28,30	28,30
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	0,00	0,00	952,40	952,40
OUTRAS ENTIDADES				
INTERBOLSA SOC.GESTORA DE SISTEMAS, S.A.	0,00	0,00	4.289,68	4.289,68
EURONEXT LISBON - SOC. GESTORA MERCADOS, S.A	0,00	0,00	1.715,78	1.715,78
Moody's Investors Service, Ltd	0,00	0,00	21.800,00	21.800,00
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	0,00	0,00	51,75	51,75
Vieira de Almeida & Associados	0,00	0,00	14.662,50	14.662,50
OUTROS CREDITORES	0,00	27.756.862,94	0,00	27.756.862,94
TOTAL	113.725.920,53	36.640.616,87	44.610,50	150.411.147,90

Neste montante de juros da dívida, parte significativa – 75,8% ou 27,8 milhões de euros – corresponde a despesa com o pagamento de juros a “Outros Credores”. A parte remanescente de juros pagos, corresponde a encargos com juros de empréstimos, que totalizaram 8,9 milhões de euros e corresponderam a 24,2% do montante global de encargos totais com juros da dívida. Neste total de encargos com juros de empréstimos teve particular efeito a dedução do valor da diferença entre fluxos pagadores e recebedores decorrentes das operações de cobertura de risco de taxa de juro contratadas sobre empréstimos em carteira, e correspondente ao valor do saldo entre os fluxos pagadores da Região ao ABN e do ABN à Região, (-7,3 milhões de euros) o qual se traduziu no abatimento, em igual valor, ao montante total de encargos com juros da dívida directa.

11.3. TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRECTA

A taxa de juro implícita da dívida da Região em 2007 – 1,9% –, apresentada na coluna 4 do QUADRO 74 (dada pelo valor do rácio total de juros pagos e a média da dívida no início e fim do ano) apresentou em valor absoluto um decréscimo de 0,8% face ao valor da taxa de juro implícita da dívida registada em 2006 (2,7%) pese embora o montante da dívida se ter mantido e as taxas de juro terem registado durante o ano um movimento ascendente. Como podemos observar na mesma coluna do quadro, a taxa de juro implícita da Região registou em 2007 o valor mais baixo desde o ano de 2000.

QUADRO 74 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO

(unid.: milhões de euros)

ANOS	STOCK DE DÍVIDA MÉDIO	JUROS	TAXA JURO IMPLÍCITA	VARIAÇÃO JUROS	CONTRIBUIÇÕES PARA A VARIAÇÃO DOS JUROS		
					Efeito de Stock	Efeito preço	Efeito cruzado
2000	401	14,4	3,60%				
2001	428	19,6	4,60%	5,2	1,0	3,9	0,3
2002	444	17,1	3,90%	-2,5	0,7	-3,1	-0,1
2003	443	11,1	2,50%	-6,0	0,0	-6,0	0,0
2004(*)	461	11,8	2,60%	0,8	0,4	0,3	0,0
2005(*)	478	10,5	2,20%	-1,3	0,4	-1,7	-0,1
2006	478	12,8	2,70%	2,2	0,0	2,2	0,0
2007(*)	478	8,9	1,90%	-3,9	0,0	-4,0	0,0

(*) Em 2004, 2005 e 2007 por via dos arredondamentos o somatório dos efeitos não totaliza a variação dos juros

O encargo com juros associados à dívida directa da Região passou de 12,8 milhões de euros em 2006 para 8,9 milhões de euros em 2007, correspondente a um decréscimo em valor absoluto de cerca de -3,9 milhões de euros, decréscimo explicado na sua totalidade pelo efeito preço (-4 milhões de euros).

11.4. SALDO DA DÍVIDA DIRECTA

O valor da dívida directa da Região reportado a 31 de Dezembro de 2007 totalizava 478 252 590,00 euros, valor que se manteve praticamente inalterado face ao valor da dívida no início do ano (478 253 510,53 euros).

Por modalidades de crédito, a dívida directa da Região era representada, em parte significativa, por empréstimos obrigacionistas - 83,7% ou 400,3 milhões de euros - sendo a parte remanescente, no

valor de 78,0 milhões de euros, correspondente a empréstimos contraídos na modalidade de crédito directo.

QUADRO 75 - Dívida da RAM em 31 de Dezembro de 2007

Unid.: mil euros			
Instituições de crédito/designação do financiamento	Garantia	Prazo	Montante
1. Empréstimos Obrigacionistas			
1.1. CGD, CAI e DEPFA / Emp. "Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	10 anos	156.884
1.2. DEPFA e CALYON / Emp. "Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2018"	-	12 anos	243.410
2. Crédito Directo			
2.1. BES / Emp.l.p.	-	10 anos	12.959
2.2. B.E.I. / Emp.l.p.	-	25 anos	65.000
TOTAL			478.253

Quanto ao prazo dos empréstimos que constituíam a carteira de dívida directa da Região, exceptuados os casos do empréstimo BEI de financiamento do projecto "Desenvolvimento Madeira 2000-2006" e o empréstimo de substituição de dívida "Obrigações a taxa variável com vencimento em 2018", contratados pelos prazos de 25 e 12 anos, respectivamente, os restantes têm sido contratados pelo prazo de 10 anos. Por último, deve referir-se que com a amortização do empréstimo "RAM 97 – 1.ª à 3.ª séries" extinguíram-se todas as garantias prestadas pelo Governo da República à Região.

11.5. Dívida Indirecta

A dívida pública indirecta da Região Autónoma da Madeira, em 31 de Dezembro de 2007, atingiu 1 164,2 milhões de euros, o que, relativamente à mesma data do ano anterior, representa um acréscimo de 137,5 milhões de euros, em valor absoluto, e uma variação de 13,4%, que compara com o aumento observado em 2006 de 210,3 milhões de euros, ou seja, de 25,8% (vide Anexo XXXVII).

Daquele montante, ficaram por utilizar 26,2 milhões de euros, tendo sido efectivamente utilizados 1 137,1 milhões de euros.

O mapa da situação dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira, com reporte a 31 de Dezembro de 2007, evidencia, ainda, que no decurso do ano 2007, foram utilizados 144,1 milhões de euros de financiamentos avalizados pela Região e que as amortizações registaram o valor aproximado de 8 milhões de euros.

Da análise da distribuição das responsabilidades indirectas da Região Autónoma da Madeira por actividades económicas (vide QUADRO 76) constata-se, a partir do ano 2002, uma diminuição gradual, relativa e absoluta, dos avales prestados ao sector primário em relação aos demais sectores de actividade económica. No final do ano 2007, os avales atribuídos ao sector primário têm uma expressão muito reduzida, representando, somente, 0,8% do total do universo ou 9,5 milhões de euros.

QUADRO 76 - ESTRUTURA SECTORIAL DOS AVALES CONCEDIDOS PELA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2006-2007)

(mil euros)

Designação	2006		2007		Variação 2006-2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	11.946,49	100,0	9.476,13	100,0	-2.470,36	-20,7
TOTAL SECTOR PRIMÁRIO	11.946,49	1,2	9.476,13	0,8	-2.470,36	-20,7
Indústrias Transformadoras	3.530,85	2,8	8.505,33	6,1	4.974,48	140,9
Electricidade, Gás e Água	25.000,00	19,6	25.000,00	18,0	0,00	0,0
Construção e Obras Públicas	99.139,82	77,7	105.500,00	75,9	6.360,18	6,4
TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO	127.670,67	12,4	139.005,33	12,0	11.334,66	8,9
Comércio Grosso e Retalho, Restaurantes e Hotéis	755,26	0,1	266,10	0,0	-489,16	-64,8
Transporte, Armazenagem e Comunicações	151.000,00	17,0	166.000,00	16,3	15.000,00	9,9
Actividades Financeiras	190.000,00	21,4	190.000,00	18,7	0,00	0,0
Operações sobre imóveis e outros serviços prestados à colectividade	156.500,00	17,6	274.500,00	27,0	118.000,00	75,4
Operações sobre Imóveis e outros serviços prestados à colectividade	1.478,50	0,2	1.194,31	0,1	-284,19	-19,2
Serviços Prestados à Colectividade, Serviços Sociais e Pessoais	387.361,27	43,7	383.783,21	37,8	-3.578,06	-0,9
TOTAL SECTOR TERCIÁRIO	887.095,03	86,4	1.015.743,62	87,2	128.648,58	14,5
TOTAL GERAL	1.026.712,19	100,0	1.164.225,07	100,0	137.512,89	13,4

A partir de 2005, o sector secundário inverteu a sua evolução, verificando-se no final do ano 2007 e relativamente ao valor apurado no início do ano, um aumento das garantias pessoais prestadas pela Região, no valor de 11,3 milhões de euros (8,9%), embora não tão significativo como o verificado nos anos 2005 (60 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 176,5% em relação ao início do ano) e 2006 (33,6 milhões de euros ou acréscimo de 35,8% em relação ao início do ano). O seu peso no total das responsabilidades indirectas da Região, com referência a 31 de Dezembro de 2007, é de 12%.

Embora com um crescimento menos acentuado, o sector terciário continua a destacar-se dos restantes, em termos absolutos e relativos, com um acréscimo de 128,6 milhões de euros (14,5%) em relação ao início do ano, e representando 87,2% das responsabilidades indirectas da Região, com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Em termos de responsabilidades indirectas totais da Região, em 31 de Dezembro de 2007, destacam-se os seguintes beneficiários, todos incluídos no sector terciário: “Serviço Regional de Saúde, E.P.E.”, 23,6%, “Zarco Finance B.V.”, 16,3%, “APRAM - Administração dos Portos da R.A.M., S.A.”, 14,26%, a “SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.” e a “Ponta do Oeste -

Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.”, com, respectivamente, 9,8% e 7,8%, e os Clubes e Associações Desportivas, no âmbito de linhas de crédito de apoio à criação de infra-estruturas desportivas, com 6,1%. Em posição menos destacada, do sector secundário, segue-se a “IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.”, 4,7%, a “SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.”, 4,3%, a “IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.”, 2,2%, e do sector primário, os principais beneficiários são as Cooperativas de Banana, que no seu conjunto, detêm 0,6% dos avales prestados pela Região.

No decurso do ano de 2007 (vide Anexo XXXVLI), os novos avales prestados pela Região atingiram cerca de 147 milhões de euros (redução de 79,1 milhões de euros face ao ano anterior), dos quais 99,7% ou 146,5 milhões de euros correspondem a garantias de financiamentos contraídos por empresas públicas.

A “SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.” é a empresa que mais se evidencia nos avales concedidos pela Região no ano 2007, com 51 milhões de euros. Merecem, também, destaque a “Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.” - 36 milhões de euros -, a “SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.” - 21 milhões de euros -, a “APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.” - 15 milhões de euros -, a “MPE – Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.” - 10 milhões de euros -, bem como a “SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.” e o “CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.”, com 7 milhões de euros e 6,5 milhões de euros, respectivamente. No âmbito do desporto, apenas foi atribuído um aval, à “Associação Desportiva do Campanário”, cujo valor ronda os 0,5 milhões de euros.

Em 2007, foram cobradas comissões sobre avales prestados pela Região no valor 202,2 mil euros (vide Anexo XXXLI). Por outro lado, a Região Autónoma da Madeira foi reembolsada em 281,9 mil euros, respeitante a acordos de regularização de dívidas celebrados com os beneficiários de avales que se viram impossibilitados de cumprir os créditos bancários avalizados pela Região (vide Anexo XXXIX). O acréscimo de receita registado no ano 2007 face ao ano anterior atingiu 355,3 mil euros.

No que respeita à execução de avales concedidos, a Região Autónoma da Madeira efectuou o pagamento de 1,3 milhões de euros (vide Anexo XL), tendo celebrado acordo de regularização de dívida para reaver essas importâncias, sendo que nos casos em que tal não se proporcionou foram accionados ou estão a ser preparados os respectivos processos judiciais.

12. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL

Dando acatamento a mais uma das recomendações da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas ao Relatório sobre Conta da Região Autónoma da Madeira, o presente relatório passou a integrar um capítulo dedicado ao funcionamento do sistema de controlo interno, que abrange a actuação da Inspecção Regional de Finanças, e da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade. Importa referir que apesar da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região — Lei n.º 28/92, de 1 de Setembro — não prever tal obrigatoriedade, como ocorre com o artigo 63.º da Lei n.º 91/2001, no entanto atendendo à necessidade de prestar informação, sobre os resultados do funcionamento do sistema e dos procedimentos do controlo interno, justificam tal inclusão.

No âmbito da actividade da Inspecção Regional de Finanças, em 2007 foram iniciadas auditorias ao sistema e procedimentos de controlo interno instituídos nas áreas financeira e patrimonial, das operações de execução do Orçamento da Região, com vista a verificar se esses sistemas e procedimentos são adequados e estão operacionais, e apresentar recomendações que possam corrigir eventuais deficiências.

Para este efeito, previamente, a partir de uma matriz de risco definida pelo Conselho Coordenador do SCI, foram determinados, em função do grau de risco envolvido e a materialidade das operações subjacentes, os serviços que deverão ser objecto destes controlos, tendo sido iniciada no último trimestre a auditoria ao Instituto Regional de Emprego.

Foi, também, realizada uma auditoria às condições de atribuição do abono para falhas no âmbito da administração pública directa. Nesta auditoria foram analisados dezasseis serviços, tendo-se identificado algumas deficiências, materialmente não relevantes, na área dos sistemas de controlo interno; exercício de competências, e na atribuição de abono para falhas durante o período de férias.

A IRF realizou também três auditorias a entidades privadas beneficiárias de apoios do Governo Regional da Madeira, tendo duas auditorias ficado concluídas em 2007.

No âmbito da administração pública local, foi concluída a auditoria à Câmara Municipal do Funchal.

As acções de auditoria realizadas e concluídas em 2007, permitiram verificar deficiências em algumas áreas relativamente aos serviços e entidades auditadas ao nível de:

Administração regional	Exercício de competências
	Sistema de controlo interno
	Sistema informático
	Remuneração de abonos
	Realização de despesas
Administração local	Sistemas informação e gestão
	Controlo interno
	Exercício de competência
	Sistema informático
	Informação contabilística
	Remunerações extraordinárias/suplementos
	Realização da despesa
	Contratos públicos
	Endividamento
	Circuito de cobrança receitas
Sector privado	Controlo interno
	Disponibilidades
	Endividamento
	Existências
	Imobilizado
	Informação contabilística
	Pessoal — Remunerações do pessoal
	Pessoal — Remunerações extraordinárias/suplementos
	Prestações de serviços
Projectos co-financiados pelos fundos comunitários	Análise das candidaturas
	Controlo interno
	Acompanhamento da execução física e financeira
	Informação contabilística
	Organização dos processos nos beneficiários

Foi enviado à Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas o relatório sobre a auditoria à Câmara Municipal do Funchal.

As irregularidades detectadas foram objecto de recomendações tendo sido repostas as importâncias indevidamente pagas e corrigidas as situações apesar de não serem significativas.

O principal impacto das auditorias realizadas verificou-se ao nível de procedimentos adoptados pelos serviços os quais foram corrigidos antes de as próprias auditorias estarem concluídas. Embora as

importâncias repostas não fossem significativas, a correcção de procedimentos terá efeitos financeiros em anos seguintes.

O mesmo aconteceu com as entidades privadas, onde, apesar de as respectivas contas traduzirem a situação financeira e patrimonial das entidades auditadas, as auditorias envolveram a análise dos movimentos contabilísticos que implicaram no conjunto correcções superiores a 880 mil euros.

No âmbito das competências orgânicas da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade, definidas pelo Decreto Regulamentar Regional 19/2003/M, compete a esta Direcção Regional exercer o controlo da execução das despesas e receitas orçamentais dos serviços da administração regional directa, e velar pela garantia do cumprimento da legalidade de todas as despesas públicas autorizadas para pagamento.

A Direcção de Serviços de Contabilidade constitui o órgão da DROC, que procede à conferência de todas as despesas públicas da administração regional directa de acordo com o quadro actual legal em vigor, para o efeito é organicamente constituída pelo Departamento de Controlo da Despesa, e pelo Departamento de controlo de Vencimentos.

O Departamento de Controlo da Despesa é organicamente constituído pela Secção de Verificação da Despesa, Secção de Empreitadas, Secção de Controlo e Registo e Secção de Autorização para Pagamento, e compete garantir a conferência de todas as despesas nomeadamente:

- Aquisição de bens e serviços, correntes e de capital;
- Constituição, reconstituição e liquidação de Fundos de Maneio;
- Requisições de Fundos dos serviços dotados de autonomia administrativa, e administrativa e financeira;
- Despesas decorrentes de Contratos Programa,
- Subsídios,
- Activos e passivos financeiros,
- Ordens de Caixa

A conferência de todas as despesas, incidiu sobre o cumprimento dos aspectos formais e do regime jurídico de realização das despesas públicas, cuja análise prévia à autorização para pagamento incide sobre:

- Conformidade, nomeadamente a prévia existência de cobertura legal para a da autorização da despesa;
- Regularidade financeira, nomeadamente a garantia de cabimento orçamental e adequada classificação da despesa;
- Competência para autorização da despesa;
- Fundamentação legal da despesa, e análise quanto à sua economia eficiência e eficácia;

- Procedimento adoptado;
- Confirmação da existência de Visto Prévio do Tribunal de Contas, quando aplicável;
- Verificação quanto à situação contributiva e tributária, quando legalmente exigível.

A Secção de Empreitadas procedeu à análise de conformidade de todas as despesas autorizadas para pagamento, decorrentes da execução de empreitadas de obras públicas de acordo com os preceitos legais anteriormente descritos, e de acordo com o regime jurídico das empreitadas de obras públicas, procedendo ao controlo da sua execução financeira, e saldos contratuais, nomeadamente das liquidações normais, trabalhos a mais, e revisões de preços, para além do controlo das garantias bancárias.

O Departamento de Controlo de Vencimentos, tem por atribuições assegurar o controlo do processamento de todas as despesas, com vencimentos e outros abonos de natureza fixa e variável de todos os funcionários da administração regional directa.

Este Departamento é composto organicamente pelas Secções de Vencimentos, Ajudas de Custo e Horas Extraordinárias, e Secção de Controlo de Recibos e desempenha funções que garantem a análise sob o ponto de vista legal e da regularidade, de todas as despesas com pessoal, autorizadas para pagamento nomeadamente ao nível das remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais, e demais despesas com pessoal.

Em suma, todas as despesas autorizadas para pagamento, dos serviços que constituem o universo da administração regional directa da Região Autónoma da Madeira, estão sujeitas ao controlo interno exercido pela Direcção de Serviços de Contabilidade, da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade.

Secretaria Regional do Plano e Finanças, Junho 2008